

# BOIGY



## CADERNOS DA DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO E PEDAGÓGICO MUNICIPAL

Nº 2  
1988 ANO I



RUA DIREITA DE MANOEL DE FREITAS, COM A IGREJA DO ROSÁRIO AO FIM ( ATUAL R. DR. PAULO FRONTIN ) MOGI DAS CRUZES.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes**

No 1º número da revista **BOIGY: Cadernos da Divisão de Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal de Mogi das Cruzes**, o pedreiro fazia escavações e descobriu, no túmulo de antepassados, objetos que mudaram alguns conceitos sobre a comunidade.

**CAPÍTULO II**

Foi tanta a repercussão de sua descoberta que o pedreiro começou a desconfiar de que se continuasse a procurar, outros fatos, talvez ainda mais sensacionais, poderiam ser descobertos.

Começou, então, a se preocupar com qualquer coisa antiga que via pela frente. Vasculhou a cidade inteira e tornou-se um verdadeiro especialista em achar os locais aonde existiam coisas do passado. Encontrou principalmente papéis rasgados que ele tinha que recompor, papéis cujas letras não eram inteligíveis.

Foi, então, que o nosso pedreiro resolveu mudar de profissão. Ficou totalmente perdido por uns tempos, até que, de tanto olhar aqueles papéis, aprendeu a entender aquelas letras e a restaurar suas imperfeições.

Atualmente, durante a noite, ele se reúne com alguns amigos, que já começaram a se contagiar por sua nova paixão e ficam, madrugada a dentro, lendo e discutindo aqueles papéis velhos.

Durante o dia, duas vezes por semana, reúne os garotos da vizinhança e conta as histórias que aprendeu durante as madrugadas. São, ao todo, umas trinta crianças que, aos poucos, estão ficando com os olhinhos mais curiosos e os sorrisos mais inteligentes.

Abanam a cabeça quando ouvem histórias tristes e aplaudem quando os fatos as ajudam a enfrentar o futuro.

A comunidade está mudando... Agora, os mais velhos são muito mais respeitados, mas somente, quando falam sobre coisas verdadeiras...

**PROF. DR. ARMANDO SÉRGIO DA SILVA**  
Secretário Municipal de Educação e Cultura

O esforço deu certo.

Estamos seguros quando afirmamos isso. Depois desses meses e meses de trabalhos intensos, mais de ano, desenvolvidos por uma equipe que acredita estar na popularização do "saber história", bem como na regionalização dos estudos históricos - o primeiro passo para se reescrever a História do Brasil - estamos certos de que uma nova proposta para dinamizar a historiografia brasileira foi lançada.

O nosso principal objetivo é a democratização do acesso às informações contidas nas fontes primárias de quase quatrocentos anos de história elaborando e desenvolvendo, para tanto, um trabalho de base lato sensu. A nalizamos a conjuntura de nosso objeto, contratamos técnicos para a formação de mão-de-obra especializada (englobando universitários da área e até professores da rede de ensino), formamos uma equipe composta na maioria por jovens, que vêm se revelando excelentes profissionais. Durante esse período de realizações pudemos sentir como ela amadureceu o suficiente para o desenvolvimento de trabalhos nessa linha, estando, já, apta para fazer o mesmo fora destas cercanias. Toda a papelada que estava encostada na Divisão de Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal, sob a vigilância da nossa querida "guardiã do templo", D. Maria de Lourdes Glória (apesar de sua avançada idade é o espírito mais jovem do grupo), vem sendo sistematicamente trabalhada e acondicionada, de acordo com as mais avançadas técnicas arquivísticas. A par disso estamos iniciando um trabalho de restauro de todo o riquíssimo acervo que Mogi conservou, segundo um critério de prioridade, conforme o estado em que se encontra o documento, feito por profissionais especialmente treinados para esse mister.

Mas esse esforço que deu certo, terá que continuar a dar certo. A publicação dos "cadernos BOIGY" não pode sofrer solução de continuidade. A transcrição e publicação da vetusta documentação não poderá ser interrompida, sob a pena que todo esse projeto, que vem sendo desenvolvido com muita paciência, muito entusiasmo e sobretudo muito amor, venha a perecer por falta de apoio, tanto dos poderes públicos, como da iniciativa privada. Mais não podemos dizer, a não ser esperar e confiar.

OS EDITORES



NOV/DEZ - 1988, ANO 1, Nº 2  
Publicação Bimestral da Divisão de Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal.  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DA PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES  
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 277-Centro Cívico  
Cep 08780 - Tel: 469.1000 - R. 177 - Telex (11) 54272

Antonio Carlos Machado Teixeira  
Prefeito Municipal

Armando Sérgio da Silva  
Secretário Municipal de Educação e Cultura

**EXPEDIENTE**  
Coordenação e Conselho Editorial  
José Teixeira Neto  
Jurandy Ferraz de Campos

Responsável pelo Arquivo Histórico e Pedagógico:

Maria de Lourdes Glória  
Transcrição Paleográfica  
Equipe do Projeto Fazendo e Refazendo a História  
José de Oliveira  
Lilian Alves Macedo  
Arlene Faria Raphael  
Eloy Lima Santos  
Luís Carlos de Freitas  
Maria A. Antunes Pereira  
Maria A. Souza Lopes  
Marize Helena Campos  
Teresa Rodrigues  
Silvana Dias S. Teixeira  
**Composição**  
Cristina Akemi Obata  
Clara Hitomi Ejima  
Datilografia dos Originais  
Clara Hitomi Ejima

**Desenho da Capa**  
Wagner Jorge Ito  
**Ilustrações:**  
Wagner Jorge Ito  
Cláudio Assis Leme  
**Revisão:**  
Abib Neto  
Roberto Lemes Cardoso  
**Diagramação:**  
José Teixeira Neto

**Edigrax**

Rua Deocleciana, 118 - Tel.: 227-3775  
CEP 01106 - Ponte Pequena - São Paulo

## O CARMO EM MOGI DAS CRUZES 1

Jurandyr Ferraz de Campos

## A FUNDAÇÃO DO CONVENTO

Durante a primeira década dos seiscentos a região de "Boigy" foi sendo lentamente ocupada por colonos que migravam de São Paulo de Piratininga, ou atraídos pelos encantos e promessas de remédios para a sua pobreza, que a região oferecia, ou, quem sabe, buscando refúgio para escapar de possíveis represálias do governo da Metrópole, por suas constantes atividades de predação de indígenas.

Em 1.611, em número ainda insuficiente de acordo com as Ordenações do Reino, sob a liderança do seu primeiro povoador, Gaspar Vaz, conseguiram provisão de D. Luiz de Souza e o primitivo povoado de Boigy Mirim foi elevado a vila no dia 1º de setembro, com o nome de Santana de Mogi Mirim.

Apesar das dificuldades dos primeiros tempos, a vila começou a se consolidar e a adquirir uma configuração própria, com a abertura das primeiras ruas.

A antiga capelinha de invocação de Santana erigida por Gaspar Vaz nos limites de suas terras, ao lado da sua própria casa de morada, era agora a igreja matriz, e o Pe. Gaspar Sanches o seu primeiro vigário.

Por essa época, os carmelitas já estavam atuantes em São Paulo de Piratininga, e na vilazinha nascente - agora começando a ser conhecida como Santana das Cruzes de Mogi Mirim - muitos moradores, demonstrando grande devoção à Nossa Senhora do Carmo, movimentavam-se no sentido de que os carmelitas nela se estabelecessem com seu convento. Dentre eles, merecem destaque o vigário Pe. Gaspar Sanches e a família de Gaspar Vaz, principalmente seu genro José Preto e sua mulher Catharina Dias, uma das filhas do povoador mogicruzense.

De acordo com registros no Livro do Tombo do Carmo, os oficiais da Câmara e o Pe. Vigário Gaspar Sanches enviaram cartas ao Provincial da Ordem, Mestre Frei João da Cruz, em que pediam autorização para os carmelitas virem se estabelecer na vila.<sup>2</sup> Acolhendo favoravelmente aquelas solicitações, Frei João enviou o Pe. Frei Manoel Pereira e o Irmão Frei Sebastião da Encarnação para "...situar, fundar e povoar a dita vila, na qual pretendem fazer um convento da dita religião...". Isso foi o que declararam os próprios fundadores, ao requererem a doação de duas sesmarias: uma no "caminho da Bertioiga", e outra "da banda além do rio Parahiba", ambas com despacho favorável datado de Santos, aos 26 de janeiro de 1.626.<sup>3</sup>

Embora a autorização para a fundação do convento só fosse concedida aos 03 de março de 1.629, em despacho que assinou na Bahia D. Diogo Luiz de Oliveira, Capitão General do Brasil,<sup>4</sup> muito antes aqueles carmelitas fundadores já estavam ativos na vila de Santana das Cruzes de Mogi Mirim.

Encontramos no Livro do Tombo do Carmo o registro de uma doação que fez José Preto e sua mulher Catharina Dias aos carmelitas, onde lemos "...aonde hora se começou abrir os alicerces para a dita Igreja, onde morão os ditos padres...".<sup>5</sup> Esse documento, datado de 27 de fevereiro de 1.627 confirma, por um lado, a devoção da família de José Preto à Nossa Senhora do Carmo já que, para sustento daqueles religiosos, faziam uma doação de quatrocentos cruzados em diversos bens, como farinha de trigo e de guerra, carnes de porco e pano de algodão (tudo ao preço da praça de Santos). Essas dívidas deveriam ser entregues, a meta de no primeiro ano e a outra, no segundo, com a condição, no entanto, de terminarem a construção do convento, pois em caso contrário a nada se obrigavam. Por outro lado, esse documento nos permite, também, inferir a época provável da chegada daqueles primeiros carmelitas a Mogi, se não vejamos: se considerarmos que os fundadores residiam na vila em fevereiro de 1.627 e que

os alicerces da obra já tinham tido início, podemos concluir, com razoável margem de segurança, que aqueles religiosos nela haviam chegado há bem mais tempo, provavelmente muitos meses atrás.

Os documentos de doação daquelas primeiras sesmarias aos padres fundadores, em 1.626, no entanto, nos permitem recuar ainda mais a época da sua provável chegada à vila, se considerarmos que entre uma e outra das terras recebidas havia uma distância de muitas léguas a separá-las e que, evidentemente, teriam que ter um conhecimento prévio dos sítios que pretendiam obter, para os lados de Mogi. Portanto, podemos situar a sua chegada aproximadamente no final de 1.625, se não definitivamente, ao menos para reconhecimento da região.

O problema do local para a construção do convento, no entanto, parece não ter sido tão fácil de ser resolvido, e o Pe. Frei Manoel Pereira, juntamente com o Irmão Frei

ção para que os carmelitas se estabelecessem na vilazinha era muito grande, e a devoção de todos à Senhora do Monte do Carmo compensava qualquer sacrifício.

Definido o terreno onde seria feita a construção e tendo se iniciado as obras, o passo seguinte seria garantir um espaço mais amplo para formar a chácara do Carmo, necessária para garantir o sustento dos religiosos. No mesmo ano de 1.627 encaminharam petição à Câmara e obtiveram despacho favorável em 10 de abril, quando foi paga carta de data, com as seguintes divisões: "...os cháos que correm desde o marco que está metido na Rua do Carmo, junto à cruz, correndo do dito marco em direitura leste a oeste com a lagoa; e da dita lagoa, correndo direito até passar o rio e agoada desta villa, até o alto do outeiro que vai por detrás do ditto rio; correndo [a]sima a testada do ditto outeiro até ir confrontar com o que hoje possuem de serca na rua Direita que vai para a Igreja Matriz, aonde tem posto hua ruz para marco dos cháos, que na dita petição fazem menção, por junto da qual se há de fazer hua rua para serventia da agoada deste povo; de sorte que fiquem em quadra os cháos e terras que pedem, deixando outrosim serventia ao caminho que vem do mar, por longo da serca que o Convento fizer; e a rua que há de hir por longo da cruz para agoa da dita terra, duas braças...".<sup>7</sup>

Paralelamente, a construção foi se arastando ano a ano, como podemos inferir de muitos documentos copiados no Livro do Tombo que sempre se referem ao mosteiro como "em construção".<sup>8</sup> A partir de meados de 1.633, no entanto, cessa esse tipo de referência e tudo indica que as obras, finalmente, estavam concluídas.<sup>9</sup> Em meados do século XVIII as primitivas construções foram substituídas<sup>10</sup> e, com algumas reformas, chegaram até nós, agora restauradas.

## A VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DO CARMO

Com relação à Ordem 3ª, a sua criação se deu no ano de 1.698 quando era Vigário Provincial o Pe. Mestre Frei Manoel Ferreira da Natividade, que deu as "Actas" aos irmãos terceiros.<sup>11</sup> Mas antes disso já possuíam a sua capela, pois, segundo Frei Thimóteo Van Den Broeck, em 1.682 um antigo jazigo feio era substituído por um templo a seu serviço.<sup>12</sup> Estando este já velho e em ruínas, apesar de uma pequena reforma em 1.770, construíram nova igreja entre 1.776 e 1.782, com um gasto total de 826\$610 réis (não incluído o acabamento).<sup>13</sup> Desde essa época, todo o conjunto passou por sucessivas reformas até a sua restauração final, como hoje se apresenta. Os seis altares laterais foram construídos entre 1789-92 e tiveram um custo de 147\$120 réis,<sup>14</sup> fora a pintura e douramento, que foram realizados entre 1795-96, e ficavam em 395\$400 réis.<sup>15</sup> O Alta-mor, de maravilhosa realização em estilo barroco/rococó, é da talha de João da Cruz e foi trabalhado entre 1.803 e 1.805, quando recebeu, em três parcelas, o total de 250\$000 réis pela obra.<sup>16</sup> Pelo registro referente a 1.806 - 1.807, verificamos que foi pago a um mestre entalhador, que deve ser o mesmo João da Cruz, 8\$880 réis por compor o nicho da Senhora, a banquetta, festões e "descer" as janelas da tribuna.<sup>17</sup> No ano seguinte de 1807-08, um entalhador que ainda deve ter sido o mesmo, recebeu 40\$000 réis "de fazer Secenta e Coatro marabazes, oito Simayas de resarto, referendi dos das duas portas, coatro pillastras da capela-mor, e cavar a Imagem do Senhor crucificado do trono".<sup>18</sup> Que extraordinária força de expressão, "cavar a Imagem do Senhor crucificado do trono"! Sobretudo quando ela adquire, surpreendentemente, o sentido Michelangeliano de libertar a obra de arte, que já existia previamente, da sua clausura na matéria bruta. E que maravilhoso o resultado que ainda hoje podemos apreciar, extasiados. Na Igreja da Ordem 1ª, existe um outro Senhor crucificado no



N.6. DO CARMO - IGREJA ORDEM 3ª  
MOGI DAS CRUZES.

Sebastião da Encarnação, foram muito felizes na escolha, e também muito exigentes. Procuraram situar a sua igreja à pequena distância da Matriz, em local de topografia favorável e próximo de boa água. Ocorre que nesse terreno, que melhor se apresentava aos olhos daqueles religiosos, já tinha dono e pertencia a José de Bulhoins. Mas isso não seria obstáculo intransponível, já que o povo tinha todo interesse em que o convento fosse construído. Dessa forma, conseguiram do primeiro povoador das terras mogianas, o velho Gaspar Vaz, que fizesse uma permuta com José de Bulhoins que fosse compensador a este último: cedeu-lhe um terreno em outro local com 170 braças, em troca do pretendido pelos carmelitas que tinha 80 ou 90 braças.<sup>6</sup> A disposi-

altar do cruzeiro, do lado esquerdo - aproximadamente das mesmas dimensões que esse da Ordem 3ª. - que seguramente deve ter sido do obra do mesmo artista, pelo grande número de traços característicos que podemos observar. Mais uma despesa aparece no ano seguinte de 1808-1809, com o "intaiador das bacias e peitorais das janelas das tribunas", no valor de 83\$200 réis.<sup>19</sup> Ainda uma vez deve se tratar do nosso João da Cruz. Que conjunto de obras do mais alto valor artístico e de grande significado ele nos legou. É de se lamentar que no atual estágio de nossas pesquisas, ainda não conseguimos nenhum outro dado a seu respeito, que não o seu nome. Mas já é suficiente para cultuarmos a sua memória, como um notável artista, mestre entalhador inspiradíssimo.

A Capela da Venerável Ordem Terceira do Carmo de Mogi das Cruzes apresenta - como um dos raros casos no Estado de São Paulo - o teto da capela-mor e da nave da igreja com pinturas barrocas ditas de perspectiva, ligadas à representação arquitetural ilusionista, que correspondem ao partido "C" da 2ª. fase das pinturas nas capelas mineiras (final do século XVIII e início do XIX).<sup>20</sup> Quanto à autoria das pinturas mogianas, o livro de receitas e despesas da Venerável Ordem Terceira do Carmo (de 1764 a 1824) nos fornece elementos para elucidar a questão. Na realidade, foram dois os artistas. O responsável pela pintura do forro do corpo da Igreja foi Manoel do Sacramento, que em 1801-1802 recebeu 103\$000 réis pelos seus serviços.<sup>21</sup> Embora o lançamento do pagamento seja laconico, dizendo apenas "Dinheiro que se pagou ao pintor Manoel do Sacramento", os registros anteriores e posteriores não deixam margem a dúvidas. Assim, não poderia se referir ao teto da Capela-mor, já que ela não estava pronta. Por outro lado, um pagamento do mesmo ano diz "Dinheiro para a compra das tintas para o forro do Corpo da Igreja" que, parece-nos, confirma aquele artista como o autor dessa pintura. Quanto ao segundo pintor, Antonio dos Santos, ele aparece mais tarde, num lançamento de 1814-1815, quando recebeu 78\$720 réis "de pintar a mesma Cappella".<sup>22</sup> Embora também laconico, o registro é, no entanto, suficiente para esclarecer essa autoria. Em primeiro lugar, porque a capela, então, já estava pronta, inclusive com as obras de talha. Em segundo, porque quando o registro diz "mesma Cappella" está se referindo a uma capela da qual se estava falando. E a capela da qual se estava falando era exatamente a capela-mor, como aparece no primeiro lançamento referente àquele ano. Portanto, não há dúvida, falando os documentos, Manoel do Sacramento pintou o forro do corpo da Igreja, enquanto Antonio dos Santos pintou o forro da capela-mor. O que pode

justificar o intervalo de tempo entre uma e outra pintura é o fato de a capela-mor ter ficado pronta muito tempo depois da nave da Igreja. Mais precisamente, a nave estava pronta com os seis altares laterais acabados, pintados e dourados em 1795-96, enquanto a capela-mor só foi concluída por volta de 1.810. Teríamos que falar, ainda, da pintura do forro da sacristia da Igreja da Ordem Terceira, do mesmo período e de extraordinário valor técnico-artístico, com seus motivos decorativos de feição profana - conhecidos como "chineses" - circundando a ornamentação religiosa. Infelizmente, porém, na documentação compulsada não aparece nenhum registro alusivo a essa pintura.

O douramento de toda a Capela-mor, incluindo o altar, as tribunas e as duas portas laterais, foi feito pelo mestre dourador Antonio da Silva Pontes que trabalhou 416 dias e meio, de 1814 a 1818. Pelo seu trabalho recebeu o total de 133\$440 réis, ou seja, 320 réis por dia.<sup>23</sup>



BEIRAL DE CAÇORRO  
- BETÃO  
(IGREJAS DO CARMO)

#### NOTAS

- 1 - O presente artigo deverá ser desdobrado, futuramente, com uma análise aprofundada da construção das igrejas do Carmo, principalmente a da Venerável Ordem Terceira, cujo estudo estamos procedendo.
- 2 - Livro do Tombo do Carmo de Mogi das Cruzes. Ver descrição deste documento in Jurandyr Ferraz de Campos e Horácio da Silveira, "O Povoamento de Boiy Mirim e a Formação da Vila da Santa Anna", publicado no nº1 dos Cadernos Boigy, p. 11, nota nº40. Sempre que nos referimos a esse livro, estaremos procedendo como indicado naquela publicação. Assim, para a presente nota temos: fls. 37v a 38v, e 40 (cóp. de 1770) e p. 54 a 56, e 58 (cóp. datilográfica).
- 3 - Idem, fls. 10 a 16 (cóp. de 1770) e p. 16 (cóp. datilográfica).
- 4 - Idem, fls. 37v a 38v (cóp. de 1770) e p. 55 (cóp. datilográfica).
- 5 - Idem, fls. 2v a 4 (cóp. de 1770) e p. 5 (cóp. datilográfica).

- 6 - Idem, fls. 24 a 25v (cóp. de 1770) e p. 35 (cóp. datilográfica).
- 7 - Idem, fls. 4v e 5 (cóp. de 1770) e p. 7 e 8 (cóp. datilográfica).
- 8 - Idem, fls. 24 a 25v (cóp. de 1770) e p. 35 (cóp. datilográfica).
- 9 - Idem, fls. 8v (cóp. de 1770) e p. 13 e 14 (cóp. datilográfica).
- 10 - Livros de Gasto e Receita da Ordem 1ª do Carmo, de 1749 a 1762 (ref. pasta 06) e de 1780 a 1822 (ref. pasta 07), Arquivo Central da Província Carmelitana de Santo Elias, Carmo, Belo Horizonte (MG). Para o mês de abril de 1751, temos os seguintes lançamentos interessantes, que parecem se referir à reconstrução da igreja: "Dinheiro - Gasto = seis mil e quatrocentos que pagamos de jornais/19 ao pedreiro que faz a capela-mor ---- // 6\$400"/<sup>20</sup>. "Broxas - Gasto = trezentos e vinte em broxas para a igreja---// \$320"/<sup>28</sup>
- 11 - Livro do Tombo do Carmo de Mogi das Cruzes, p. C da cópia datilográfica, onde há uma nota, certamente de Frei Thimóteo Van Den Broeck, onde vemos essa informação. Thimóteo Van Den Broeck, "Notas Históricas para a História de Mogi das Cruzes", in "Folha de Mogi", nº LXIII, de 29/10/1.955.
- 12 - Broeck, Thimóteo Van Den Broeck, "Notas Históricas para a História de Mogi", nº LXIII, de 29/10/1.955.
- 13 - Livro de Receita e Despesa da VOT, de 1764 a 1824, fls. 100v a 180. Arquivo Central da Província Carmelitana de Santo Elias, Carmo, Belo Horizonte (MG).
- 14 - Idem, fls. 117v a 118v.
- 15 - Idem, fls. 124.
- 16 - Idem, fls. 134v a 136v.
- 17 - idem, fls. 138v.
- 18 - Idem, fls. 140v.
- 19 - Idem, fls. 142.
- 20 - Conf. a classificação de Affonso Ávila, João Marcos Machado Contijo e Reinaldo Guedes Machado, in "Barroco Mineiro - Glossário de Arquitetura e Ornamentação", co-edição Fundação João Pinheiro, Fundação Roberto Marinho e Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1980.
- 21 - Livro de Receita e Despesa da VOT (citado acima na nota nº13), fls. 132.
- 22 - Idem, fls. 154v.
- 23 - Idem, fls. 154 a 191v.

## DE "CRUZES DE MOGI" A "MOGI DAS CRUZES"

Abib Neto

### ANÁLISES GRAMATICAL E LINGÜÍSTICA

Data de 1614 - 3 anos após a instalação da Villa - o nome desta assim formado: "Santa Anna das Cruzes de mogi".

Villa conceituava-se, nas Ordenações do Reino, como o Município - pessoa jurídica de direito público interno, no exercício dos 3 Poderes, a Villa e do dois Poderes, o Município - tendo recebido, na sua instalação, no dia 1/9/1611, o nome oficial de "Santa Anna", segundo a Ata de 3/9/1611.<sup>1</sup>

Na composição do nome oficial da Villa, com os acréscimos enunciados acima, são relevantes dois conjuntos sintáticos: "Santa Anna das Cruzes" e "Cruz de mogi".

Análise gramatical de cada um dos conjuntos induz à verificação de que, no primeiro conjunto sintático, a palavra principal é "Santa Anna" e subordinado a ela é o termo "das Cruzes"; e, no 2º, a palavra principal é "Cruz" e o termo subordinado a ela é "de mogi".

É regra elementar de gramática que nos conjuntos de palavras, ligadas por preposição - no caso "de" e a forma contraída "das" - a palavra principal é a que funciona antes da preposição e a ela corresponde a idéia principal que os falantes enfatizam na sua linguagem.

Quem pede "boneca de pano", por que põe, primeiro, a palavra "boneca", senão porque é a idéia principal do conjunto?

A incorporação das palavras "Cruz" e "mogi" ao nome oficial da Villa é compreendida pela tendência involuntária e inconsciente de o povo buscar e fixar referências e caracterizações de topônimos.

Na Capitania de São Vicente, a qual pertencia a Villa de Santa Anna, vigorava o costume judicial e administrativo de fazer demarcações e aviventações de rumos, limites e confrontações de terrenos, assinalando uma cruz nos elementos que servissem de marcos naturais e artificiais.

Oficiando como Juiz de demarcações, na Villa de Santos, Brás Cubas sentenciou uma demanda de terras processada entre Mestre Bartholomeu, João Ennes e Geraldo Alves.

Pessoalmente, Brás Cubas, o meirinho João Vieira e o tabelião Diogo foram a "metter marcos", no dia 18/5/1566.

Este o excerto da execução da sentença: "(...) o qual marco há uma pedra grande que está deitada de seu nascimento, na qual foi feita por João Vieira uma cruz (...); ou tra pedra talada que assim talou o mesmo João Vieira e fez outra cruz em cima: (...) ao pé de huma arvore grande (...) e foi feito pelo dito João Vieira como marco uma

cruz; (...) sobre huma grande pedra que alli estava deitada uma cruz foi feita pelo ditto João Vieira e sahindo do matto em uma rossa do Mestre Bartholomeu está uma pedra grande com umas pancadas de machado, foi feita uma cruz pelas mãos do Snr. Capitão Braz Cubas (...).

Segundo o testemunho ocular de Clemente Álvares, registrado na Câmara da Villa de São paulo, no dia 16/12/1606, Brás Cubas extremou as suas terras das dos Goes, na Serra do Mar, por "umas cruzes em pedras inscritas" e que estão lá até agora, declara ele à Câmara.

Outrossim, no dia 25/10/1665, foi feita a justificação judicial dos limites da Villa de Santa Anna com a Villa de São Paulo, pela "ymbiaçica", atualmente, São Miguel Paulista-Itaim.

A divisa "empatou" no chamado "morro do Gy", nas "rossas de Francisco Cubas", irmão de Brás Cubas e, para a fixação dos rios, observou-se o costume de assinalá-los com cruces.

Certifica-o o trecho desta justificação:

" (...) soude se poz uma cruz em um pau; (...) se poz uma cruz em um escrito velho que diz "repartição do limite da villa de mogy com a villa de São Paulo"; (...) um pau secco de carvalho que está em pé aonde se poz uma cruz; (...) sahio a estrada Real aonde se poz uma cruz ao pau de Ibitinga (...); sahio a estrada Real de Goyas aonde se poz uma cruz ao lado do caminho (...)."

A justificação de divisas foi dada por boe e fiel depois que o Juiz mandou apregoar três vezes "se havia quem fosse contra essa posse" e, consta do documento judicial, "ninguém sahio a embargos a ella".

#### O TOPÔNIMO "MOGI"

Clemente Álvares e seus sócios, Martin Rodrigues - um índio batizado e civilizado pelos frades carmelitas - e Damião Simões encontraram "mentas de ouro" e minas de "betas" quando penetraram, pelo caminho da Borra do Campo, além das "cruzes" que, segundo depoimento do primeiro, Brás Cubas inscrevera em pedras, cumprindo uma composição de divisas com Luís Goes, lavrada em escritura pública.

Esse caminho era o divisor de águas que nascem na Serra do Mar e descem por ella.

Na orografia da Serra do Mar, "mogy", ou "mohy", ou "boigy" é nome encontrado de rio que nasce junto a Cubatão, denominando-se o respectivo vale de "mogy".

Nos autos do inventário do espólio de Martin Rodrigues foi juntado escritura de terras que consistiam de capões, "capões que estão entre dois rios a saber Gerebatiba e Bohy".

Nestes mesmos autos foi internada uma carta de dada de terras "pelo rio boh y arriba"; e juntada outra escritura que descrevia terras "pelo rio de Bohy abaixo", sendo uma légua de terras "ao longo do Bohy mirim".

A Serra do Mar ramifica-se para o Sul com diversas denominações: Cubatão, Taquari, Pouso Alto, Mogi ou do Meio.

A descrição da ramificação denominada do Meio ou Mogi é esta: corre em direção SO e localiza-se nos municípios de Santo André, Cubatão e Mogi das Cruzes.

Por estes documentos, Mogi é topônimo de rio e de ramificação da Serra do Mar e do vale, junto a Cubatão.

#### HIPÓTESES DA ORIGEM DA PALAVRA "MOGI"

Aventa-se a hipótese de a palavra "mogi" não provir do tupi-guarani, mas, do arcaico e desusado vocábulo da Língua Portuguesa - mogo.

Segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, m o g o significa o marco com o qual eram feitas demarcações, divisões e aviventações de ramos de terras.

Mogo é palavra originada do grego - mônacos - da qual derivaram, também: mosteiro, monge, Mônaco e significa só, sozinho, solteiro.

A luz das leis fonéticas assim se haveria a evolução da palavra - mogo - na linguagem popular, se comprovada a hipótese: mônacos mogum/mogi/mogy.

Essa evolução tem por si leis fonéticas e, assim, sobre não ser "arranjada", também não é fantasiosa esta hipótese da lava de Frei Thimóteo van der Broeck, o revelador da História documental de Mogi das Cruzes.

De relance, são trazidas à balha outras origens e significações da palavra "mogi" que não interessam ao nosso estudo: a) prg fixo português, originado do Grego, que dá a idéia derivada de "dificuldade": mogila-



N. S. CONCEIÇÃO DO ITAPETI  
PRIMEIRA AUTORA DE FREI AGOSTINHO  
DE JESUS - séc. XVII -  
PAVÃO DE ARTES SACRAS P. C.

lia, dificuldade de falar; mogifonia, dificuldade de emitir a voz; mogigrafia, dificuldade de escrever; mogitocia, parto difícil, etc; b) "mogi" nome de Ilha e porto do Japão; c) "mogi" nome de antigo e desusado traje.

Outra hipótese elaborada por Frei Thimóteo, sobre ser original, não foge, concretamente, aos elementos históricos e documentais a que se apegou, para formulá-la.

Lembra o Frei que os Cubas eram criadores de gado e este era da raça chamada "Gy", do mesmo modo que João Ramalho era apelidado "João Vaqueiro", por causa do gado que criava.

Lê-se na Ata da Câmara da Villa de São Paulo que, em 1576, Brás Cubas, representa do pelo irmão, Antonio Cubas, registrou a marca do seu gado que é "um "C" ferro de marca hatraz que é um "B" e a res tem a orelha fendida".

Está escrito na justificação das divisas da Villa de Santa Anna com a Villa de São Paulo, de 1665, que a divisão "empatou" no chamado "morro do Gy" e "onde Francisco Cubas tem as suas rossas".

Daí a elaboração da hipótese pelo Frei: por que não chamariam as terras do "boi Gy", já que o morro era chamado e conhecido como "morro do Gy"?

Essas hipóteses são elucubrações fundamentadas em elementos documentais e em leis fonéticas.

Hipóteses que elaboram em erros - e até em erro crasso - filiam a palavra "mogi", agragada ao nome da Villa de Santa Anna, a um curso d'águas, chamada "M'boi-i" e à palavra "mongi".

Os mais antigos documentos, cartas-dedadas, sesmarias aludem a um "ribeyro" no povoado de Mogi mirim, ao depois elevado a Villa com o nome oficial de Santa Anna. Mas, esse ribeyro não tem nome; se o tivesse, seria mencionado pelos escrivães já que servia, muitas vezes, de rumo e de referência na descrição das terras doadas.

Esse ribeyro é conhecido como Rio Negro e Ipiranga.

Crasso erro é perfilhar "mogi" a "mongi".

M o n g i significa estronde de águas ou cachoeiras.

Lê-se em memorável texto histórico que foi em "mongi" que índios desbarataram a bandeira de Luiz Grou e massacraram os seus seguidores, em 1590.

Sobreviventes do morticínio "dicerão q. hé verdade o gentio de mongi rio abacho do Anhemby perto de outro rio de jaguary (...) no ditto sitio forão dão nelles e matado e desbaratado a huns e outros".

Contaram à Câmara da Villa de São Paulo, em sessão, segundo a Ata de 5/12/1593, que voltavam dos lados do Paraíba para o Anhemby: "vinhão para esta Capitania" (São Paulo), quando os índios os atacaram.

O rio Jaguari, junto do qual foram dizi medos, não é afluente do Rio Tietê, nem existem cachoeiras em Mogi ou nas suas redondezas, entre o Tietê e o vale do Paraíba.

Documenta-se, em São José dos Campos, um rio chamado Jaguari e um lugar denominado "campos do Jaguari", à margem da Via Dom Pedro I, nas cercanias de Jacaré.

#### O POLITÔNIMO "MOGI"

O nome oficial da Villa era "Santa Anna"; a esse politônimo foram acrescentadas, pela linguagem popular, as palavras "cruzes" e "mogi".

Como nome de rio ou de ramificação da Serra do Mar, a palavra "mogi" influenciou de tal maneira a linguagem popular que, involuntária e inconscientemente, se incorporou ao nome oficial da Villa.

Os Goes demarcaram suas terras num lugar que Frei Gaspar da Madre de Deus reproduz como "Modiabay" que significa porto do Mohy ou o ponto de embarque e desembarque do rio Mohy ou Mogy.

As terras de Brás Cubas, separadas das dos Goes, segundo a sentença: "confirmo as demarcações e marcos", situavam-se "além das cruces" inscritas em pedras, abarcando a atual Taiassypeba, zona rural de Mogi das Cruzes.

Quando se deu o povoamento do lugar chamado "Boigy" que, no mapa elaborado por Teodoro Sampaio, apanhando a Capitania de São Vicente, entre 1553 e 1597, não passava de "infidelium sedes maxima ex parte incertae", ou: acampamentos de índios na melhor parte desconhecidos, - o povoado foi chamado "Mogi mirim", inclusive nos autos do processo administrativo e legislativo da sua elevação a Villa.

A incorporação da palavra "mogi" ao nome oficial da Villa é compreendida pela lei da Analogia, que pertence ao domínio da psicologia coletiva; todavia, não implica que o povo tome consciência do fato de sua influência numa palavra sobre outra, da da sua aproximação.

É também compreendida pela lei da Analogia a incorporação da palavra "cruzes" ao nome oficial da Villa.

O costume de indicar, com cruces, os marcos, ativou inconscientemente a linguagem popular a ponto de agregar essa palavra ao nome da Villa, dada a intensa atividade administrativa e judicial das demarcações de terras.

Entretentes, a atuação da lei da Analogia é histórica; a saber: a palavra "cruzes" figurou como elemento principal no

conjunto "Cruzes de Mogi", enquanto perdeu o costume de assinalar marcos com cruzeiros; enfraquecendo-se este costume, a palavra "cruzes" posiciona-se como subordinada e acessória, no conjunto: "Mogi das Cruzes".

Tendo, porém, desaparecido esse costume, a palavra "cruzes" tende a desaparecer do conjunto, sobretudo, na linguagem corrente e jornalística ou de comunicação; exemplifica-o o nome do principal jornal da terra: "Diário de Mogi".

Importa diferenciar a "significação" e o "sentido" duma palavra, para compreender a sua interferência cultural-popular.

Além da significação denotativa de ins-

trumento de pena de morte e da conotativa de sinal e símbolo do cristão, a palavra "cruz" esteve a serviço da Administração e da Justiça da Capitania de São Vicente com o sentido de assinalar marcos nas demarcações de terras.

É, pois, irresponsável o argumento de que a palavra "cruzes" foi agregada ao nome oficial da Vila de Santa Anna, com o sentido de pôr-se a serviço público das demarcações e não com a significação denotativa ou conotativa da palavra; tanto assim é que a palavra "cruzes" depois de posicionada-se como elemento subordinado no conjunto "Mogi das Cruzes", passa a desaparecer desse conjunto, à medida que o "sentido"

da palavra enfraquece e desaparece.

Dado que, há mais de 200 anos, enfraqueceu e extinguiu-se o sentido da palavra "cruz", como indicação de demarcação, a eliminação do termo "das Cruzes" é compreensível pela atuação inconsciente de outra lei, chamada do Menor Esforço.

Exemplifica-o o politônimo "São Sebastião do Rio de Janeiro": com a influência involuntária dessa lei passou a chamar-se "Rio de Janeiro" e, atualmente, ficou reduzido a "Rio".

1. Até a Lei de 1º de outubro de 1825 as Câmaras Municipais exerciam jurisdição contenciosa ou o Poder Judiciário.

## APONTAMENTOS HISTÓRICOS DE SABAUNA E DE SUA CULTURA POPULAR

JOSÉ TEIXEIRA NETO

### APRESENTAÇÃO

Estes apontamentos foram feitos pelo autor, quando desenvolvia pesquisas para o levantamento histórico dos bairros da cidade, no projeto ARIANO VILAR SUASSUNA - "O QUE É QUE MEU BAIRRO TEM", elaborado e coordenado pela Profª. Elisete da Costa Nunes, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Mogi das Cruzes. O levantamento das fontes e a pesquisa foram auxiliados pela Profª. Silvana Dias Soares Teixeira.

O objetivo deste projeto era o de despertar nas comunidades dos bairros, sua importância na formação daquela sociedade e, consequentemente, na formação cultural do povo da cidade. Isso seria feito através de várias estratégias conjuntas de ação cultural nos bairros, onde se deveria ter por base, a história local, a história do bairro, a história daquela comunidade, especialmente, enfocando as nuances de sua cultura popular.

Aqui aparece uma questão por demais interessante no desenvolvimento desse tipo de pesquisa: o tipo das fontes. São elas os depoimentos dos moradores, ex-moradores, ou pessoas ligadas ao local; nessa metodologia é a história oral que vai servir de norte à pesquisa. É claro que não desprezamos outros tipos de fontes. Associamos umas às outras, mas, tendo sempre por referencial, as "Histórias de Boca", quase sempre vivenciadas por quem as conta; se o locutor não as vivenciou, esteve - geralmente - bem próximo a elas.

Tentou-se resgatar através dessas fontes, a memória oral do povo de uma cidade extraordinariamente rica em termos de tradições (que estão desaparecendo rapidamente). O projeto foi desenvolvido em cinco bairros, nos anos de 86/87: Jardim Universo, César de Souza, Jundiapéba, Sabauna e Caputera.

Neste segundo número dos "Cadernos BOIGY", trazemos então os APONTAMENTOS HISTÓRICOS DE SABAUNA E DE SUA CULTURA POPULAR, escritos nos meses de janeiro a abril de 1987, por ocasião do desenvolvimento do projeto nesse bairro. Os escritos que a seguir tentam resgatar a vida sabaunense, foram revistos e atualizados pelo autor para a presente publicação.

### AGRADECIMENTOS \*\*\*\*\* ESPECIAIS

Dedicamos este trabalho de pesquisa à uma grande pessoa que, com seu vigor, sua vontade de realizar, sua alma aberta, sua figura carismática de doce simpatia e modos

polidos e, sua necessidade em se preocupar com a atuação do homem no mundo, nos fez sentir ainda mais a importância para desenvolvermos trabalhos deste tipo, contando pessoas, registrando suas histórias. Pessoas que apesar da longa idade temporal, renovam-se através das experiências vividas. Dedicamos este trabalho ao grande ADELINO SOARES FERREIRA.

Sentimos que para ele foi importante encontrar uma canal para se reinserir no processo social. Mas sentimos mais ainda a importância para nós por termos colaborado com isso.

Infelizmente ADELINO não viveu o suficiente em tempo de ver este trabalho editado. Todavia acreditamos que ele continua acompanhando este e muitos outros trabalhos. Sua marca de gente ficou registrada neste mundo e em nosso coração. Assessorou nossa pesquisa, dando várias referências para que ela se desenvolvesse e fosse tomando forma. Somos-lhe eternamente gratos por existir vivamente em nossa vida!

Agradecemos também ao amigo Prof. EGBERTUS NETO - o ROBERTO BAIIISTA DA COSTA, pela grande ajuda na reconstrução do texto deste levantamento, ao PROT. JURANDYR FERREAZ DE CAMPOS, um brilhante historiador desta cidade pela orientação referente à documentação desta pesquisa, e ao PROF. ABIL NETO, pela correção do texto.

### INTRODUÇÃO

Sabauna é um bairro bastante significativo na história de Mogi das Cruzes. Com 361 anos de existência, o atual distrito originou-se de uma fazenda administrada pela Irmandade dos Carmelitas, na primeira metade do século XVII. A sua significação no desenvolvimento histórico municipal e regional remonta aos fins do século XIX, quando o bairro é transformado em "Núcleo Colonial" de imigração europeia.

A partir de então, Sabauna passa a funcionar como pólo de atração das várias famílias europeias (principalmente de origem espanhola), que ali se instalam e desenvolvem a agricultura, que irá pelo período de algumas décadas abastecer os mercados paulista e carioca (este último em maior escala).

A sociedade advinda dessa mescla de nacionalidades, bem como de uma história bastante antiga, levou a Mogi das Cruzes uma gama de tradições, compondo parte considerável da cultura popular desta cidade.

Seria muita pretensão queremos resgatar toda a história de Sabauna, encerrando as questões a que nos propusemos desenvolver nestes apontamentos. Levantamos as fontes e iniciamos um trabalho a ser desenvolvido em várias outras etapas; tentamos aqui traçar um quadro geral da cultura popular daquele local, acoplando as informações da "história oficial" às da "história oral", dando maior ênfase a essa última, arriscando um outro caminho na historiografia brasileira.

### I - A ORIGEM DA LOCALIDADE: SABAUNA, A FAZENDA DE SUSTENTO DOS RELIGIOSOS DO CARMO EM MOGI

O bairro Sabauna desponta na história mogiana no segundo quartel do século XVII por ação dos padres carmelitas que, havia pouco tempo, estavam empenhados no estabelecimento de seu convento na Vila de Santa Ana de Mogi Mirim. Esses padres chegaram a pequena vila mogiana por volta de 1925.<sup>1</sup> Suas primeiras semarias adquiridas nessas paragens datam de 1626, e já no ano seguinte, davam início à edificação de seu convento.

O fato de esses religiosos necessitarem maior quantidade de terras, onde pudessem cultivá-las para o sustento de seu convento, é que nos leva à origem de Sabauna.

Recorremos às fontes para melhor esclarecimento deste nosso tema. No Livro de Tombo dessa irmandade, às folhas 16 a 18, temos o lançamento da petição que os carmelitas da vila de Mogi enviaram ao governo da Capitania em 1627, que assim está expressa: "Lançamento e Trespado da petição das terras pedidas em Sabauna. Dizem os padres de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Santa Anna das Cruzes de Mogi, frei Manuel Pereira, e o irmão, frei Sebastião da Incarnação, que nella estão fazendo hum convento da dita Ordem, para o que lhes é necessário para a ajuda e sustentação do dito Convento algumas terras pelo que pedem em nome do senhor Conde de Monsanto, lhes dêem uma légua de terras vindo do rio de Parahyba para esta villa, o qual começara acabante a data que tem o capitão José Preto no dito caminho de huma banda de outra delle; e sendo parte della em-pedida, se en-terara da dita légua nas terras que pelo ditto caminho ouver; e assim mais pedem, por deserta e devoluta, meia légua de terras que foram de Jorge Peres, e a dita légua será em quadra, e receberão esmola e mercê".<sup>2</sup> O governo da Capitania de São Vicente, na figura de Álvaro Luiz do Vale, capitão-mor e procurador do donatário, con-de de Monsanto, em março do mesmo ano, dá o despacho favorável ao pedido da irmandade nos seguintes termos: "Visto ser de tanta importância o situar-se Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo na villa de Santa Anna das Cruzes, dou aos ditos padres as datas que pedem, e lhe daria mais si mais pedirem; e se lhe passe carta e os ministros de justiça dêem a posse della (...)".<sup>3</sup>

Daí para diante a região próxima ao rio Paraíba, referendada nos documentos do período como "Sabauna" vai paulatinamente sendo trabalhada, servindo como fonte de subsistência aos carmelitanos mogianos.

Em fins do século XVII e até meados do século XVIII, as terras nessa região vão sendo ampliadas, até que, por volta de 1826, a "Fazenda Sabauna", possuía uma estrutura relativamente tímida para os padrões da época, mas bastante razoável para os fins a que se destinava. O mesmo Livro de Tombo dos carmelitas supra-citado, nos-

tra-nos com clareza o quadro da fazenda nesse período, como trasladamos a seguir: "(...) Possui mais o dito convento a sesmaria (...) na paragem chamada Sabauá (...). Nas quais terras está fundada a Fazenda Sabauá com cazas e Capella, desta fazenda vem os mantimentos para o sustento dos religiosos, e escravos que existem no convento da villa de Mogi, e nestas mesmas terras existem 60 arrendatários e pagão anualmente a quantia de 109\$200 reis (ao lado está: tem 4 prazistas ou foreiros e 48 arrendatários). Tem este esta (sic) dita fazenda (perto de) 70 escravos, e os mais são de serviço activo (perto de) 25 escravos, os mais são crianças de menor idade, doentes e velhos. A sua lavoura hé de milho, feijão, arroz, amendoim, e algum algodão que tudo hé para consumo do convento, e da mesma escravatura, e nada rende (...).<sup>4</sup> Existe uma farta documentação referente ao funcionamento da fazenda (receita e despesa da Ordem). E é merecedor de um estudo mais pormenorizado e específico. Neste trabalho não abordamos essa questão devido ao tipo de proposta explicitada na apresentação do mesmo.

Essa característica agrária de Sabauá permanece forte, desde o seu surgimento ao centro provedor da Ordem em Mogi, até meados do século corrente. O trabalho agrícola em Sabauá foi intensificado na transição do período Imperial para o Republicano, agora não mais em mãos dos camelinhas, mas, sob a mobilização de inúmeras famílias de imigrantes europeus que lá se estabeleceram, quando da política brasileira que intencionava a criação de "Núcleos Coloniais", assegurando uma reserva de mão-de-obra para o cultivo do café no Vale do Paraíba. Sabauá enquanto "Núcleo Colonial", é objeto de estudo nesta pesquisa, analisado mais adiante.

Enfocada a questão da origem do bairro, cabe-nos como segundo passo, estudar a que rela da proveniência de seu nome.

## II - A PROVENIÊNCIA DO NOME SABAÚNA

A origem do nome Sabauá é bastante controversa.

Em nossa pesquisa encontramos explicações diversas referentes a essa nomenclatura.

Isaac Grinberg afirma que o nome Sabauá quer dizer "aldeia negra", partindo da corruptela de "taba" (aldeia) e "una" (negro).<sup>5</sup> Sabe-se que em seus primórdios Sabauá abrigava a fazenda dos camelinhas, com escravos trabalhando no local, mas, mesmo assim, não encontramos relação alguma com essa denominação dada por Grinberg. O simples fato de lá ter havido o trabalho escravo não justifica que fosse Sabauá uma aldeia de negros.

Teodoro Sampaio justifica a origem do nome Sabauá, através da palavra tupi "tam ba una", um molusco de água doce, donde viria a significação "concha preta".<sup>6</sup> Dos sabauenses consultados - e foram muitos - não nos foi possível encontrar algum dado relevante que viesse a elucidar essa questão. Quase que a maioria não soube responder a origem do nome do bairro, e os que responderam, o fizeram baseados nestas duas explicações descritas acima (Grinberg e Sampaio).

Em seu Dicionário Geográfico da Província de São Paulo, João Mendes de Almeida curiosamente escreve os significados de SABAÚNA e SABAUMA. O que consideramos como curioso nessas duas definições, é que uma não tem relação com a outra, pois quando Mendes de Almeida explica a palavra SABAÚNA, faz referência a uma cachoeira no rio Tietê, abaixo da cidade de Porto Feliz, cuja palavra varia da corruptela H-ab-á-ú-na, "gretado, não liso, revoltado (...) alusivo a existir no leito, nesse lugar, gretas e buracos, pontas e arrecifes, redemoinhos feitos pelas águas por causa daquelas gretas".<sup>7</sup> E é na definição de SABAUMA que se refere a Mogi das Cruzes: "Afluente do ribeirão de Guararema, pela margem esquer-

da: no Município de Mogi das Cruzes". Continua o autor que este nome é dado a um "rio que nasce no morro de Sabauá e desagua no Mar Pequeno: entre os municípios de Iguapé e Cananéia, aos quais serve de divisa". Diz ainda João Mendes de Almeida que a palavra SABAUMA, é "corruptela de Cab-ahúim-a (desatado, lodoso) (...) Alusivo (quando se trata desses rios) a se alargarem nas margens, e a terem lodoso e atolado o leito".<sup>8</sup>

A luz da documentação do Livro de Tombo da Irmandade Camelinhana, onde se encontram suas posses em "Santana das Cruzes de Mogi Mirim", todas as vezes que se referem à região em questão, utilizam o nome SABAUMA. A fonte que temos em nosso poder, é uma cópia da "publica forma", feita pelo tabelião Álvaro Pinto da Silva Novaes, datado de Santos, em 9 de novembro de 1943. Nela se constata que em 1770, o frei Manoel Sena solicita uma cópia do livro original, que seria feita pelo tabelião Eugênio de Almeida Ramos.<sup>9</sup> E aqui um fato nos causa certa inquietação: quando aparecem as referências à SABAUMA, percebe-se que foram feitas não pelo primeiro escrivão, mas por um trasladador posteriormente. As ditas referências, em nossa cópia estão descritas entre parênteses, com indicação de estarem escritas à margem; não sabemos se é a mesma letra do original. Muito provavelmente não seria. Acreditamos ser do primeiro transcritor. Com ilustração à nossa tese, transcrevemos a seguir as tais referências: "Lançamento e Traslado da petição das terras pedidas em Sabauá (a margem está) Fazenda Sabauá"<sup>10</sup>; "Lançamento e Traslado do termo e auto de posse (à margem está) Sabauá"; "Extraído do Livro de Tombo do Convento de Nossa Senhora do Carmo da Vila de Santana das Cruzes de Mogi (...) cujo teor é o seguinte: (à margem está: pertence à Sabauá)"<sup>11</sup>; "Lançamento e Traslado da petição, despacho e traslado da escritura das terras de Sabauá. (à margem está: Botujuru junto das terras de Sabauá (...)"<sup>12</sup>; "Lançamento e Traslado da escritura de doação de terras (...) em Sabauá. (à margem está: botujuru junto as terras de Sabauá)"<sup>13</sup>; "Lançamento de escritura (...) na paragem Barraquaiacora (...) (à margem está): Barraquaiacora pertence a Sabauá"<sup>14</sup>; "Lançamento e Traslado de escritura (...) na paragem chamada ribeirão Barraquaiacora (...) por compra que fez frei Thomé Alvares de Christo. (à margem está acrescentado: pertence à Sabauá) (...)"<sup>15</sup>

Se ainda perdurarem dúvidas quanto à época em que aparece a denominação SABAUMA neste documento citado, o Livro de Gasto e Receita da Ordem 1ª do Carmo em Mogi, cujo original se encontra no Arquivo do Carmo em Belo Horizonte (M.G.), já em meados do século XVIII, elucidada definitivamente a questão. Nesta fonte, são vários os lançamentos referentes à Fazenda, sob a denominação SABAUMA, como o que transcrevemos a seguir: Gastos referentes ao mês de setembro de 1750, Fol. s/nº, "(...) Dinheiro - Gasto - oito mil seiscentos e quarenta reis em três mil pre-<sup>35</sup>cos ripares para as cazas e Capela de Sabauá - B\$640/<sup>36</sup>(...)"<sup>17</sup>

Destarte, diante da clareza do conteúdo das fontes citadas, não há margem a dúvidas de que a tese de Mendes de Almeida seja a mais correta, referendando a região como SABAUMA. O fato de hoje ser conhecida como SABAÚNA, não há dúvida de que foi uma corrupção da linguagem regional.

## III - O NÚCLEO COLONIAL

Na segunda metade do século XIX, o capitalismo assume características diferentes passando do industrial para o monopolista. As pequenas indústrias desaparecem devido à grande concorrência com as de maior porte que dominam o mercado e passam a absorvê-las. A situação da classe trabalhadora europeia piora a cada instante; com as im-

vações técnicas (máquinas), a produção das indústrias cresce progressivamente em detrimento dos salários, desencadeando assim um acúmulo de mercadoria, paralisando a própria produção e aumentando a taxa de desemprego.

Assim várias famílias europeias abandonam seus países de origem e partem em direção às Américas - principalmente para os E.U.A. e em menor escala para o Brasil. Em Mogi das Cruzes, Sabauá vai servir de núcleo colonial aos imigrantes europeus - plano de colonização desenvolvido pelo governo brasileiro (em especial o de São Paulo) onde lotes de aproximadamente três alqueires, eram financiados aos colonos para desenvolverem a produção agrícola. Na Europa, para se arregimentar famílias que viessem para o Brasil, era utilizada a propaganda enganosa de excelentes condições de trabalho e melhores condições de vida.

Mas por trás desse engodo existia o interesse do governo em criar um exército de reserva para as grandes plantações de café no Vale do Paraíba, nordeste de São Paulo e sul de Minas.



FAC-SIMIL DE UM TÍTULO DE PROPRIEDADE, DATADO DE 1892, REFERE-SE AS TERRAS DE SABAÚNA. PROPRIEDADE DA FAMÍLIA GIACCO.

Com isso o governo visa à manutenção da estrutura latifundiária extrovertida (morg cultura-café); o projeto de criação de núcleos coloniais será utilizado como alicerce básico dessa estrutura e, não somente isso, a imigração é a garantia da demanda da força de trabalho para as grandes lavouras e a futura industrialização do país.

Como as terras férteis estavam concentradas nas mãos dos grandes proprietários, restavam aos imigrantes as terras pouco produtivas sem nenhuma infra-estrutura, o que a médio prazo fará com que o imigrante venha a engrossar o exército de reserva destinado a impulsionar a grande lavoura cafeeira.<sup>18</sup>

Angelo Nanni, em sua monografia "Núcleo Colonial de Sabauá" afirma que: "Com o tempo, a tentativa do colono de buscar o lucro, sofre a interferência de agentes externos: má qualidade do solo, dificuldade da escoação de mercadorias e ação de intermediários na comercialização da produção,

contribuindo para o colono não conhecer o preço final de seu produto... A pauperização e o fracasso do imigrante camponês levam a um êxodo do núcleo colonial em direção à cidade em vista da industrialização e urbanização crescente tornando-se assim proletário urbano".<sup>19</sup>

Após a II Guerra Mundial, com a dinâmica industrial, tal fato será impulsionado. As facilidades de crédito oferecidas pelo governo ao imigrante, para a aquisição de terras tinham também por finalidade atraí-lo para o centro da província, para o trabalho futuro nessa industrialização.

Sabaúna, mesmo enfrentando todo esse contexto sócio-político-econômico, continua a prosperar até meados dos anos 40/50, quando vem o colapso, com o surgimento dos novos implementos agrícolas (tratores, arados mecânicos, etc.). Os agricultores que tinham condições de adquirir as últimas novidades do mercado, transferem-se para a região de Biritiba Mirim e Salesópolis, por esta apresentar uma topografia bem mais plana que facilitava a utilização da mecanização que agora seria empregada. Sabaúna, ao contrário, possui uma topografia totalmente acidentada, fato que, segundo nos afirmam alguns agricultores<sup>20</sup> (filhos de imigrantes que ali se estabeleceram), dificultou a utilização dos novos métodos de cultivo.

Que favorece o período de prosperidade da agricultura sabaunense, e vai proporcionar a esse distrito uma posição de destaque entre os abastecedores de gêneros primários na região sudeste, é a criação da estação ferroviária, fruto da luta dos agricultores da região, como veremos mais adiante.

#### IV - A SOCIEDADE PASSADA

No início deste século, formou-se em Sabaúna, uma sociedade bastante diversificada em termos de nacionalidade de seus integrantes: Um pequeno número de belgas, franceses, austríacos, portugueses, africanos e alemães e uma maior quantidade de brasileiros, italianos e espanhóis. Todos eles trabalhando na agricultura que aos poucos se desenvolvia na colônia.

Nesta etapa do trabalho, colhemos depoimentos de antigos moradores e percebemos uma constante: "Sabaúna era uma família só! Todos os imigrantes se davam bem!" "O dinheiro quase não existia para o luxo!" "Todos plantavam... comida sobrava bastante, pois chegava a ponto de não ter nem pra quem vender!"<sup>21</sup>

A realidade dos fatos nos mostra que se trabalhava muito para sobreviver em meio aos grandes interesses da política governamental de um Brasil agrário e latifundiário.

Diferenciando-se substancialmente dos outros bairros da cidade, Sabaúna possui uma história bastante antiga, vindo ainda a assumir as características de um centro de "integração" racial, favorecido pela sua condição de Núcleo Colonial.

Depois da implantação do núcleo colonial e a consequente imigração, destacam-se as seguintes famílias na construção da história sabaunense: MATHIAS, FRANCO, DIAS, PERONE, MALDONADO, ALABARCE, GIMENEZ, MARGINE, SIMÕES, GIACCO, VASQUES, ARIAS, LUCHE, TRIBONE, CARDANA, PININK, SPINA, JUNGERS, ARAÚJO, CÁPUA, PRADO, MARFIL, ORTIZ, SOARES, EROLES, SANCHES, NANNI entre outras.

Numa abordagem dos traços culturais e da forma de organização dos sabaunenses, temos que a sociedade que se instala em Sabaúna desenvolve-se dentro da política do

plano de Núcleo Colonial, ou seja, toda a estrutura social se organiza em função do trabalho familiar. A família é a peça fundamental da organização da colônia. Assim o imigrante que traz da Europa suas tradições camponesas, encontra nas pequenas propriedades onde se estabelece, a preservação e a manutenção do trabalho familiar. Daí e constante nos depoimentos dos antigos moradores que afirmam ser a sociedade sabaunense uma só família.

A família é o cerne da sociedade em Sabaúna. É ela quem impõe a dinâmica sócio-econômica e cultural que é implantada no núcleo.

Isto posto cabe salientar que todo o processo histórico desenvolvido no núcleo colonial é fruto da herança europeia trazida pelos imigrantes que sem uma infraestrutura das condições das terras, e um planejamento estatal inexistente, tiveram que partir de experiências passadas para desenvolver a agricultura, pois essa passa a

ser a única forma de sobrevivência dessa família; e por outro lado, a família preservava a identidade desses povos. A família é o espelho da sociedade em Sabaúna.

Os primeiros imigrantes que chegavam a Sabaúna, desciam no "Barracão, perto da linha que vai para Luiz Carlos".<sup>22</sup> Ficavam ali instalados, abrindo estradas e caminhos até os lotes adquiridos onde mais tarde edificavam suas casas. As telhas francesas, importadas, que cobriam o "barracão", serviram, depois de sua demolição, para a cobertura da antiga escola de Sabaúna.

A vida das pessoas girava em torno do próprio bairro pois, a locomoção até o centro era difícil... "3 horas a cavalo... sabíamos a Serra segurando o rabo do cavalo pela estrada velha".<sup>23</sup>

As margens da que seria a futura estrada São Paulo-Rio, (inexistente na época) entre os ramais de Sabaúna e o de Luiz Carlos, (também inexistente), encontrava-se a maior concentração das famílias espanholas - era o, conhecido Bairro do Convento. Isso não significa que este local era habitado somente por iberos; havia também italianos.

No Bairro do Convento (Est. Velha SP-RJ) morava um Sr. chamado Francisco Sanches, que ensinava, através de suas aulas, o português e o espanhol para os colonos daquele local. Quando não estava ensinando, estava em seu "puravante" tecendo alpergatas.

Outra figura bastante conhecida desta localidade foi José Augusto Garcia, que como dizem os moradores do convento "era o compê do colônia... todo tipo de agitação acontecia na casa dele... principalmente beilinhos com o Casarejos tocando sanfona".<sup>24</sup>

Ainda no bairro do convento, uma família de italianos que chegou ao Brasil em 1896 na cidade de Itatiba, vindo para Sabaúna depois de 4 anos trabalhar na agricultura, construiu ali um casarão que permanece "em pé" até os dias de hoje, à beira da Estrada Velha SP-RJ. Foi a família GIACCO.

Transcrevemos aqui, na íntegra, um texto escrito por MARTINHO GIACCO, 83 anos, quinto filho desta família de imigrantes, onde conta a história do casarão:

"O sítio onde se localiza o casarão colonial foi comprado em 1896 de Desidério Peninha e de Martinho Hidalgo por Ferdinando Giacco.

O Casarão foi construído em 1914, por Ferdinando Giacco, sendo que os tijolos e telhas foram feitos no sítio vizinho de Lourenço Caldano, de maneira artesanal.

As portas e janelas são de pinho de riga que naquela época a madeira era importada da Rússia, o madeiramento do telhado foi tirado das árvores do próprio sítio.

Ferdinando Giacco era casado com Maria Gracia Adamo e tinha seis filhos: José, Joana, Antonio, Maria, Martinho e Miquelina, sendo que Joana, Martinho e Miquelina são vivos.

Com a morte de Ferdinando e Maria Gracia o sítio passou para suas filhas: Joana, casada com Emilio Zappile e Maria casada com Olímpio Zappile.

O total da propriedade era 28 alqueires de terra.

Era um sítio agrícola exportando verduras, legumes e frutas, para o Rio e São Paulo.

Possuía um moinho de fubá, construído por Ferdinando e movido a água do próprio rio que cortava o referido sítio."

(Martinho Giacco)<sup>25</sup>

#### 1 - A Fundação de Luiz Carlos

Por volta de 1915, a família Giacco, juntamente com os Franco e os Eroles, constroem uma pequena capela, distante aproximadamente 5 km. de Sabaúna. Passado algum tempo, outras famílias vão se estabelecendo neste lugar, até que decidem construir mais uma parada na estrada de ferro, para escoarem sua produção agrícola. A partir de então nasce o pequeno povoado denominado Luiz Carlos.

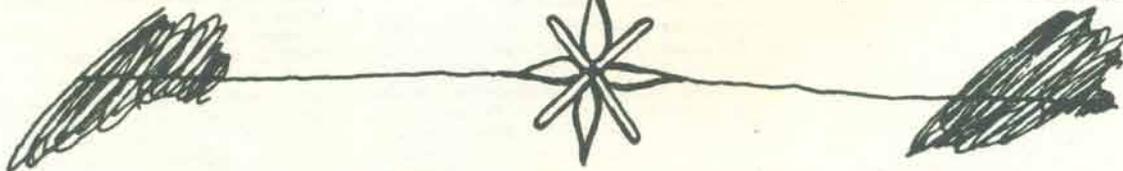
O mesmo Martinho Giacco que redigiu o texto acima transcrito, nos conta que: "em 1915 meu irmão morreu com 20 anos de idade, então construímos a igreja, que ainda está lá. Eu coloquei um altar de São Lourenço e meu pai um outro altar de São João, a família FRANCO, por intermédio de OSWALDO FRANCO põe um outro altar mais tarde."<sup>26</sup>

Manoel-Grande-Coutinho, outro morador do "convento", lembra que "nessa época foi feito um ajuntório com os moradores daqui, para que se construísse uma estação na Estrada de ferro, lá onde havia a igreja... cada um deu o que podia, 20,30, 10, 50 mil réis, mas o PEDRO EROLES e o FERDINANDO GIACCO deram 150... eu lembro que naquele tempo, eu e a molecada com uns 12,13 anos, passeava pelo mato e um dia vimos a estação sendo construída... aí falamos: Aqui não pode ser construída a estação! Nós achava que a estação devia ser feita no alto do morro onde nós tava! Imagine uma estação no alto do morro... só moleque memo"...<sup>27</sup>

Luiz Carlos vivia da agricultura de algumas fazendas que foram se desenvolvendo em suas proximidades, como também da exportação dos produtos advindos desse trabalho.

Hoje, este bairro pertence a Guararema. Permanece quase intacto, mas num marasmo econômico. Sem dúvida, um patrimônio regional, preservando todo conjunto arquitetônico construído no segundo quartel deste século.

O próximo tema de enfoque de nossa pesquisa é a relativa dinamização da vida só-



cio-econômica sabaunense, advinda da implantação da Estação Ferroviária em seu núcleo.

## 2 - A Estação Ferroviária de Sabaúna

Em 06 de outubro de 1891 e 12 de novembro do mesmo ano os colonos instalados em Sabaúna enviam respectivamente um documento ao governador da província, e outro para o secretário da agricultura, onde reivindicam a construção da estação ferroviária, obra que facilitaria o escoamento da produção. Ambos não atendem a reivindicação dos colonos, e estes não se dão por vencidos. Em 31 de julho de 1892, após uma assembleia, é formada uma comissão pelos moradores: Félix Ortega, J. Arbulo, Antonio Granado, Carmine Palumba, Zolozoski - Capitão da Casa Imperial Russa - e Vicente Riqueti, com vistas ao encaminhamento de um terceiro documento ao governador, com 56 assinaturas.

Em 1º de janeiro de 1892 tem início a nova parada da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A estação movimentou a sociedade sabaunense por muitos anos, estando intimamente ligada ao desenvolvimento de sua agricultura.

De janeiro de 1892 até 1930 funcionou numa pequena construção de madeira, ainda existente no centro de Sabaúna. A partir de então a estação se transfere para o novo prédio, que hoje também se encontra desativado das funções de estação; serve como arquivo da rede ferroviária.

Pudemos levantar através de pesquisa nos documentos existentes nesse arquivo que os mais antigos funcionários ali instalados (1902) como guardas-chaves foram: Alfredo Pinnick e Eduardo Mendes (livro caderneta de ponto - set. de 1903 a out. de 1903, Pg. 01, 2º distrito da EFEB).

Outros núcleos coloniais de São Paulo e do Sul do país não tiveram a mesma sorte, mesmo possuindo estações ferroviárias. Mas Sabaúna por estar localizada no eixo São Paulo-Rio, foi favorecida.

Ex-funcionários lembram a movimentação do bairro nos tempos do desenvolvimento agrícola: "esta estação era muito movimentada, havia movimento de passageiros e despachávamos toneladas de frutas, legumes e verduras diariamente para o Rio, São Paulo e outros lugares (...) 70 ou 80 carros de boi que, lotados de verduras, frutas e legumes paravam em frente da estação e movimentavam todo o local (...)"<sup>28</sup>

Além da movimentação dos transportes dos produtos agrícolas, os moradores desse bairro reuniam-se nos extintos jardins das plataformas, para prostrar, discutir os "causos" ou simplesmente "ver o trem passar".

A estação de Sabaúna ainda foi palco de vários eventos interessantes: desde a filmagem do (piegas) "Arapuca do Sexo", até um caso verídico do assalto ao trem pagador por volta do início da década de 50, segundo o relato de ex-funcionários e populares, onde numa investida falida, dois dos assaltantes foram presos e um morreu no local.

Hoje, a velha estação funciona como Arquivo de Tráfego e Movimento. Toda a documentação existente no arquivo da estação de Carlos de Campos fora então transferida para Sabaúna em 1968, para que a estação não ficasse desativada por completo.

Ainda referente a estação, temos uma história narrada por Adelino Soares: "O pai do S. Aristóteles de Andrade, além de professor da escola, era um grande proprietário de terras e tinha uma influência política muito grande, tanto que conseguiu fazer com que a estação fosse construída aqui em Sabaúna, e não onde seria construída a princípio, no meio do caminho entre Cesar de Souza e Sabaúna, onde o trem parava para o abastecimento de água nas caldeiras... inclusive, a topografia de lá era bem mais plana, como também já havia uma farmácia no local de propriedade de Domín-



ESTACÃO FERROVIÁRIA DE SABAÚNA - MOGI DAS CRUZES, SP

gos Campos. Mas devido aos interesses do pai do Aristóteles construíram a estação aqui."<sup>29</sup>

Além dos carregamentos vindos das plantações de Sabaúna, vinham também, no lombo dos burros, mercadorias de Salesópolis pela estrada de Sta. Catarina.

Todas as pessoas entrevistadas afirmam que "na época do trem" o bairro era muito mais movimentado, a vida era um pouco mais ativa do que nos dias de hoje. A movimentação de passageiros e o embarque das mercadorias alegravam o cotidiano do sabaunense.

Vicente Ortiz nos conta que na época da paralisação da estação, muitos engenheiros da central eram acionistas de empresas de ônibus, e fizeram força para que o tráfego fosse interrompido, favorecendo essas empresas nos transportes de passageiros. Mas seja como for, a estação vive agora de suas lembranças que associadas à função de arquivo, pode se tornar um núcleo reavivador da memória de Sabaúna.

Uma outra atividade que funcionou durante muito tempo em Sabaúna e serviu de trabalho a muitas pessoas foi a Pedreira. A curta distância do centro desse bairro, muitos filhos dos camponeses imigrantes que ali viviam, além de alguns outros, trabalharam por alguns anos, num serviço pouco leve e agradável, quebrando pedras na "pedreira da estrada de ferro". Desde o início deste século, até 1955 a pedreira funcionou ativamente até ser paralisada - segundo nos afirmam os que lá trabalharam - por haver muita terra cobrindo as pedras, o que dificultava e encarecia a produção. Depois da paralisação desta atividade de a EFEB distribuiu os trabalhadores pelas estações da estrada.

Vicente de Melo Ortiz afirma: "... trabalhei na pedreira... vida dura... quebrávamos pedra com explosivos e depois, com martelões e o "marron" (peso de + ou - 10 kls), quebrávamos o restante no menor tamanho que pudessemos, que depois eram levados pelo trem até a estrada de ferro".<sup>30</sup>

## 3 - Atividades Profissionais

Nas primeiras décadas do século XX o que movimentava profissionalmente a população economicamente ativa de Sabaúna é o trabalho agrícola e a britação de pedras; algumas pessoas trabalhavam na Rede Ferroviária mas em pouquíssimo número, e o pequeno comércio, era mantido pelas famílias dos proprietários.

Uma pequena fábrica de pólvora, a L. QUEIROZ funcionou durante algum tempo em Sabaúna, mas sem grandes ofertas de emprego. As condições de segurança eram bastante precárias para o seu funcionamento.

Em 1947 um grupo de italianos, voltando

de Guararema para S.P., no trem que então passava por Sabaúna, resolveu descer para fazer uma pesquisa nesta localidade, que como já foi visto, era baseada no cultivo agrícola. Estavam à procura de um local no interior do Estado para a implantação de sua indústria. Então no ano seguinte, o grupo PETRELLA, dirigido por esses italianos, inicia em Sabaúna a construção de uma fábrica para a produção do fio de lã. A população do bairro (nessa época estava enfraquecido um desestímulo agrícola) dá total incentivo ao tal empreendimento, visando ao emprego da mão de obra relativamente grande que então vinha se tornando ociosa no local - algumas famílias se dispuseram a ceder terrenos para a implantação da fábrica. Mas era uma indústria de pequeno porte; não supriria por completo essa necessidade. Em 1952, tem início as atividades em Sabaúna do lanificio Sta. Josefina S.A.

Darcy Luque, 23 anos de fábrica, atual gerente administrativo da KANEBO, a atual proprietária dessa indústria que agora tem sua produção modificada, conta-nos o desenvolvimento desse processo: "Na época fabricava-se o fio de lã. Mais tarde, os fios de fibra sintética - o Rayon Viscose. Como a lã é um produto caríssimo e sazonal, o aspecto mercadológico foi dificultado. Então em 1974, uma nova direção foi negociada, com a KANEBO comprando boa parte das ações. Torna-se dona em 1978, e a partir de 82 essa indústria passa a ser uma filial da Matriz de São José dos Campos. Agora a produção é feita em maior escala, pois deixamos de produzir o fio de lã e o visco se para produzirmos o fio de algodão, bem mais aceito no mercado. Atualmente contamos com 330 funcionários ativos, em sua maioria na linha de produção".<sup>31</sup>

Em Sabaúna, a mão-de-obra disponível é maior do que demanda a empresa. Mas mais de 60% do quadro de funcionários é composto por sabaunenses. Podemos constatar que a maioria dos jovens que lá habitam, preferem o trabalho nos grandes centros.

## 4 - Personagens do Bairro

Retornando ao passado, temos que, nem só do trabalho vivia a sociedade sabaunense. Justamente por ter sido uma comunidade bastante unida, a sociedade desse bairro viveu interessantes e pitorescos momentos de descontração, diversão e romantismo.

Algumas pessoas, por sua excentricidade, marcaram época na história de Sabaúna.

BENEDITO DE CAMARGO FRANCO adepto do Partido Republicano Paulista, juntamente com ALVARO RODRIGUES MATHIAS, outro partidário dessa política, lideravam as campanhas do partido em Sabaúna, onde através do tão famoso "voto do cabresto adquiriram a simpatia" dos eleitores locais. Alguns

contemporâneos desse período histórico nos relatam algumas passagens: "...éramos obrigados a colaborar com os "políticos amigos"... (Valeriano Ibanetz)<sup>32</sup> "... Naquele tempo era o voto de cabresto... o sujeito votava através das festas e favores dos políticos (ao nosso ver não muito diferente de hoje), quem entrava numa das filas nas eleições, já entrava na fila do seu candidato e do seu partido"... (Basílio Rodrigues do Prado)<sup>33</sup> "... A pessoa que não votasse no seu amigo, ou melhor, na partido dele, tinha as relações cortadas"... (anônimo).<sup>34</sup>

A liderança do PRP nesta localidade será forte, até que em 1930 Getúlio Vargas, depois da deposição de Washington Luiz, assume o Governo Provisório da República. Ou tra história referente a esse período é resgatada por um historiador nato do bairro, ADELINO SOARES FERREIRA, como veremos mais adiante. Sabaúna tem sua participação na Força Expedicionária Brasileira que com bateu na Itália, na II Guerra Mundial, com seis homens: JOÃO QUEIROZ BENITES, ALFREDO SOARES FERREIRA, ARNALDO LOPES, RUBENS FERREIRA, BASÍLIO FARIA, JOSÉ RAMOS e ANTONIO CASTILHO.

Um homem de nome JESUS CÁPUA, espanhol de Cáceres, atualmente com 86 anos, um semblante calmo e um simpático sotaque castelhano, vive em sua casa, sozinho, fazendo seus "trabalhos de benzedeiro" às pessoas que o solicitam por alguma moléstia que as inquietam. Conta-nos JESUS: "Esse dom... é uma coisa que vem de Deus! Por exemplo: não tenho interesse nenhum no que faço a não ser o de curar as pessoas... alguns dizem que fiquei louco... Eu faço uma simpatia que derruba qualquer tipo de "birus" (virus), isso ninguém faz! Não descobriram ainda, mas eu descobri... faz mais de 40 anos que eu descobri esse dom, daí pra cá, foi indo... foi indo, até agora. Quando alguém quer curar um "birus" eu curo... qual quer tipo de tumor maligno eu curo com a minha reza, scabo com aquela bicheira toda, daí é só a pessoa procurar um médico pra ele fazê a "operação" e limpar o local! "Entom" como o bicho morreu, precisa ser tirado do local. Já veio gente desenganado do "pital" (hospital)... do "pital" do Câncer e tudo... lá no "pital" o médico dizia assim: esse aí pode levá que não tem mais chance... mas eu curo".<sup>35</sup> Pedimos para que JESUS CÁPUA nos contasse algumas de suas curas, e ele afirmou: "eu tinha uma vizinha que estava tuim... eu cheguei na casa dela e a mulhé estava feia, preta, com os olhos fechados, desenganada. O filho disse que se ela tomasse uma colher de água, punha tudo prá fora... puxô o pinico e mostrô aquela tranquerada toda - pedaços de carne e sangue escuro. Olhei do lado dela e vi uma mulhé de preto com alfanje passando por cima da cabeça dela e tal e coisa... eu disse, puxa vida! Essa mulhé tá morta! Mas em todo caso Deus é grande... "bamo" vê se a gente sarva ela... fiz meu trabalho... depois levemo prá "Som Paulo" no "pital" e expliquei ao médico a "situação"... ele falou que devia ser "urceira"... Depois de dois dias ela ia operá mais sem chance. E eu disse: tenho muita fé em Nossa Senhora da Aparecida! Entom lá no "pital" de Vila Mariana, fiz uma promessa... se ela ficasse boa, eu levava ela em Aparecida do Norte. Ela foi operada, voltô pro quarto, e no dia seguinte já estava ba tendo papo com a sua companheira de quarto, e com 5 dias "vortô" pra casa".<sup>36</sup> CÁPUA nos conta mais um dentre tantos casos que viveu: "... Uma mãe uma vez chegou em casa e disse: meu filho está com nó nas tripa e com desinteria... "Entom" dei pra ele um chá de pitanga. Depois de uns dias vi que não era desinteria... o que saía da li era "sangre"... Aí eu benzi e o pai levou na Santa Casa e o médico que já tinha examinado ele uma outra vez, disse: ué! Agora já pode operá, já desinfecionô. Daí operô e agora está bem, trabalhando na "Elgin".<sup>37</sup> Pedimos a ele que nos contasse co-

mo era o ritual que utilizava para a realização destas "tantas curas". E ele nos disse: "o meu trabalho é só eu que posso fazer, não posso contá a ninguém. As vezes médiums de "Som Paulo", vem aqui pra nós trabalhar em conjunto, mas eu não consigo, faço meu trabalho sozinho, pois o meu guia é protetor de todos, trabalho só com ele sem pegá outro... Eu tenho certeza que eu derrubo "quarquê" tipo de "birus".<sup>38</sup> JESUS CÁPUA diz ainda que continua em sua casa à disposição de quem o solicitar.

Sabaúna teve um professor que muito contribuiu para a formação educacional de seus moradores. A seguir transcrevemos sua biografia, do original que se encontra na escola que leva seu nome:

"Aristóteles de Andrade, nasceu na cidade de Paraíba, Estado de São Paulo, no dia 1º de abril de 1871. Era filho do advogado Guido José de Andrade, natural de Estância, Estado de Sergipe, e de D. Marcelina de Carvalho Andrade, natural de Paraíba. Tinha duas irmãs, Deise e Benedita, ambas professoras, mas apenas a primeira exerceu esta função na cidade de Paraíba.

Estudou na Escola Normal "Caetano de Campos", em São Paulo, diplomando-se em 31.11.1892.

Na cidade de Amparo, exerceu pela primeira vez o cargo de professor, transferindo-se depois para o Núcleo Colonial de Sabaúna, cuja escola ficava na fazenda do Capitão Francisco de Mello Souza, bairro do Itapeti no município de Mogi das Cruzes.

Aí contraiu núpcias com D. Izaura de Mello Souza, filha do Capitão.

No Núcleo Colonial lecionou no prédio onde funciona hoje a Cadeia Pública, aí residindo perto de 15 anos.

Pelos seus esforços, conseguiu através de seu cunhado, Francisco Fernando Lopes, diretor da Colônia, que o governo do Estado construiu dois chalés para duas classes, um masculino, para seus alunos e outra feminina, para uma professora.

Anos mais tarde, em 1959, esses dois chalés foram demolidos dando lugar à construção do prédio, onde ainda hoje depois de algumas reformas continua a funcionar a escola.

Foi oficial da Guarda Nacional, tendo ocupado o posto de 1º Tenente.

Foi membro destacado do extinto P.R.P. (PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA), tradicional partido político de São Paulo, desde os primeiros anos da Proclamação da República até os idos de 1930.

Tendo se apegado por demais à terra em que vivia o professor Aristóteles de Andrade não mediu esforços para elevar Sabaúna à categoria de distrito e isto foi conseguido pelo Decreto nº 1758 de 27 de dezembro de 1920.

Fundou em Sabaúna o Curso de Alfabetização de Adultos onde deu aulas durante algum tempo.

Por ser um homem de grande atividade, o Prof. Aristóteles de Andrade conseguiu trazer para Sabaúna muitos melhoramentos e entre os principais destacamos: a rede elétrica, o chafariz, a fundação da 1ª Banda de Música. Colaborou na construção da Igreja e também deu a sua contribuição ao teatro, que naquela época funcionava em um velho sobrado.

O Professor tinha um hobby que era colecionar selos e livros românticos: era grande amigo de Monteiro Lobato e também primo do Dr. Oscar Thompson, elemento de grande influência na Instalação Pública do Estado de São Paulo.

Os primeiros professores que lecionaram na época juntamente com o professor Aristóteles de Andrade, foram os professores Adolfo Cardoso e o professor José Claro Machado.

Aposentado em 17 de maio de 1923, montou em Sabaúna uma casa de comércio chamada "Casa de Ônibus".

Aristóteles de Andrade faleceu aos 70 anos de idade, no dia 02 de setembro de

1941, na cidade de Mogi das Cruzes, sendo enterrado em Sabaúna no dia 03, mais tarde seu corpo foi trasladado para Mogi das Cruzes.

pelos seus grandes serviços prestados à população do distrito de Sabaúna, através de indicação nº 1686, de autoria do Deputado Estadual Henrique Peres, aprovado pela Assembléia Legislativa, do Estado de São Paulo, teve seu nome, através do Decreto nº 23020-D, publicado no Diário Oficial de 03 de janeiro de 1954, atribuído ao Grupo Escolar de Sabaúna, hoje unificado ao ex-ginásio de Sabaúna, formando a E.E. de 1º grau "Prof. Aristóteles de Andrade".<sup>39</sup>

Outros personagens serão enfocados em outros temas no decorrer desta pesquisa.

### 5 - Os Costumes

No centro de Sabaúna, muito antes da construção da Praça Jesuino Mathias Franco, havia um campo de terra com um coreto no centro. De um lado a Estrada de Ferro, do outro a Igreja de N.S. do Carmo, de um outro ainda, o prédio da Delegacia. Assim era a praça central dessa localidade desde fins do século XIX até meados do século XX. Ocupando o coreto, ou no salão de bailes na esquina dessa praça com a rua principal, já em 1927 jovens artistas mostravam suas habilidades musicais no 1º grupo de música do bairro: era o grupo "Flor de Liz", fundado por EUCLIDES MELO E SOUZA. Mais tarde ADAMASTOR CORTÉZ mestrava o grupo nas festividades e apresentações. Em 1934, depois de enfraquecida essa pequena banda, fundou-se a 2ª Banda de Música de Sabaúna, a CORPORAÇÃO MUSICAL LIRA SABAUNENSE, cujo maestro era AUGUSTO DE OLIVEIRA. Mas teve curta duração. Então em 1940 um 3º grupo musical era formado: a CORPORAÇÃO MUSICAL NOSSA SENHORA DO CARMO, tendo na maestria o músico JÚLIO ERNESTO. Por volta do final da década de 40 extinguiu suas atividades. Adelino Soares e Vicente Ortiz, músicos ex-componentes dessas corporações, contam-nos algumas passagens: "no coreto da praça nós tocávamos sempre, mas sem uniforme... Ao mesmo tempo em que existia a Banda, nós mantínhamos um Regional para animar as festinhas de Sabaúna". (Adelino Soares) 40 "... Fui músico das bandas de Sabaúna desde 1928... iam nos tocar em Sta. Catarina, Biritiba, Salesópolis e outros lugares... era muito mais agitado este bairro antes... foi uma pena ter acabado tudo isso". (Vicente Ortiz) 41

Outros músicos ainda participavam ativamente dessas bandas: Godofredo Jungers, Pedro Jungers, João Jungers, Pedro Estebanez, Augusto Benedito Siqueira, Arthur Estebanez, Abel de Barros, Felipe Caetano, Rafael Martins, Lauro Serrano, Antonio Batista, José Ramos entre outros.

Um outro entretenimento bastante cultuado pelo povo sabaunense era o futebol, esporte cogitado entre a juventude e adultos da época. Os primeiros times que existiram em Sabaúna foram o IDEAL F.C. e o UNIÃO F.C., depois o Sabaúna F.C. em 32, como 1º Clube de Futebol, e o Ferroviário F.C. Em 1945 houve a fundação do União Sabaunense F.C., como nos conta S. Adelino: "Eg se time foi campeão varzeano (competição organizada pela Liga Municipal de Futebol de Mogi das Cruzes); conquistou esse título várias vezes, inclusive campeão do 4º centenário da fundação da cidade de São Paulo em 1954. Foi extinto com a fundação do Grêmio Recreativo Santa Josefina, fundado por Cantídio Cabral Filho, que em tempo algum deixou rastro de qualquer projeção, quer no campo esportivo, quanto no recreativo. E em 14 de dezembro de 1979 é criado o esporte Clube Sabaúna. Até hoje grande parte da população jovem de Sabaúna apóia com bastante vigor o clube de seu bairro". 42

O mesmo ADELINO SOARES conta-nos a história do cinema em Sabaúna. Em 1928, Sabaúna recebeu a iluminação elétrica. Até então a iluminação era feita com querosene. Nessa época já havia um cinema no bairro,

de propriedade do Sr. Antonio Moreira. Este homem tinha nos fundos do prédio da sala de projeção, um gerador de energia movido a gasolina que proporcionava o funcionamento do tal cinema. Os filmes eram mudos, e o cunhado do proprietário dirigia um grupo musical que acompanhava os filmes com violino, cavaquinho, flauta e etc.. Corria o ano de 1935, quando Soares e Nogueira Santos, um farmacêutico de Paraíba, se associaram na implantação de novo cinema, que funcionava no seguinte esquema: NOGUEIRA locava os filmes de São Paulo para serem exibidos na quinta-feira em Sabaúna, e no fim de semana em Paraíba, onde ele possuía outro cinema; o filme que lá era exibido na quinta-feira, era projetado em Sabaúna no final de semana.

As projeções contavam geralmente com seriados do tipo "A Mão que Aperta", ou então, filmes curtos como "A Bela Feiticeira" ou "O Último dos Moicanos". Para se assistir a essas sessões pagava-se a quantia de mil e quinhentos réis no domingo, com direito a uma bonificação na quinta-feira, visando a atrair a população para os espetáculos. Lembramos aqui que esse "merchandising" era muito utilizado no Cine Parque, em Mogi, pelo Cap. Quinzinho.

Mas os antigos moradores afirmam que como o dinheiro era difícil, nem sempre podiam frequentar o cinema. Assim essa comunidade criava muitas outras formas de entretenimento que envolvia praticamente todos os seus moradores.

As festas religiosas eram muito comuns. A participação dos jovens, velhos e crianças era total, pois o clima que os envolvia despertava a participação, como notamos nos depoimentos resgatados a seguir em tre tantos outros:

"No dia de Reis eram feitas as serestas uns dois meses antes, na casa de um e de outro para arrecadar fundos para a festa, e no dia 6 se fazia o almoço com a população do local".<sup>43</sup>

"A nossa diversão eram bailes, festas, carnaval, Semana Santa, festas juninas com sanfoneiros, orquestras e leilões - um dava leitão, outro dava cabrito, batata, pois a fartura era grande..."<sup>44</sup>

"O nosso divertimento era no próprio camarão, como também no bairro... São João, São Pedro. Minha mãe fazia as formadas de bolo, pães e meu pai fazia os vinhos..."<sup>45</sup> (Por sinal muito bons, segundo a nossa degustação!)

"Nois fazia bailinho, festinhas juninas... e no carnaval, nois fazia farra no centrinho..."<sup>46</sup>

"As nossas diversões eram... as festas juninas nas Igrejas, as rezas... Festa do Divino, N.S. do Carmo, de São Lourenço em Luiz Carlos e Bom Jesus na Lagoa Nova - nevavam 10 ou 15 bois para fazer o afogado".<sup>47</sup>

"Folias de Reis era muito cotada aqui. As pessoas saíam pedindo prendas e depois comiam todos juntos".<sup>48</sup>

"A festa de Santa Cruz era muito gostosa, era feita pelo Vicente Ortiz... Mas as outras também eram boas".<sup>49</sup>

Ao som, às vezes da "Bandinha", às vezes do Regional, e regadas com a Pinga Sabaúna, do alambique da fazenda dos Francos, as quermesses eram feitas pelos próprios moradores, e eram realizadas no campo de futebol que havia no lugar onde hoje se encontra a Kanabo.

Um tal Gabriel Noronha introduziu nessas festas a "Fogueira Mineira" que queima de cima para baixo, ao contrário das que até então eram feitas. A sua construção se fazia da seguinte maneira: "... 3 ou 4 metros de lenha, com ninho de vegetação seca em cima, que depois era molhada com querosene ou gasolina. Aí para se colocar o fogo lá em cima, todos tinham medo. Então puxavam um fio de arame lá de cima até um ponto baixo que qualquer um alcançasse, e pegavam um canudo do foquete (vara), tiravam as bombas e acionavam ali em baixo para subir e acender a fogueira".<sup>50</sup>

Nessas festas havia a presença de uma figura bastante original da comunidade sabaúnaense: MANOEL MARFIL SANCHEZ, o Mané Sapateiro, considerado o leiloeiro oficial de Sabaúna. Quando Manoel chegou a esse bairro, vindo de Vargem Grande-onde aprendeu o ofício de sapateiro com um tio; havia um sapateiro em Sabaúna que estava de partida para São Paulo. Então deixou suas ferramentas para Manoel, que através de seu trabalho artesanal, seria conhecido como Mané Sapateiro. Mais tarde ensinaria este ofício a Vicente Ortiz, outro morador do local. Mané Sapateiro, com seu martelinho, coordenava os leilões das festas sabaúnaenses: leitões, doces, bolos e muitas outras prendas.

Outras figuras excêntricas nessas festas, como também nas tardes de domingo, eram as dos Irmãos Simões, Os Craveiros, pois sempre com um cravo na lapela do paletó galanteavam as mocinhas do lugar.

Nos meses que antecediam a festa de Folias de Reis no dia 6 de janeiro, as casas, ou melhor, os lares de Sabaúna recebiam visitas nada comuns. Os músicos, através de um conjunto regional, maniam-se de seus instrumentos e saíam em "Via Sacra", pelas casas das famílias que já os esperavam: "... Nós comparecíamos às casas que já eram avisadas, para nos esperarem com as guloseimas e beberragens. Então tinha o trombone, violão, flautas, violino, cavaquinho, pandeiro, e cantávamos uma música assim:

"Aqui estamos um, dois, três quatro, cinco ou mesmo seis viemos lhe pedir licença

para lhe cantar os reis abre a porta homem de luz permita nossa entrada por Deus e por Jesus"

Depois comíamos, bebíamos e íamos para a outra casa. No fim, quando chegava o dia da festa chamávamos todos os moradores para comermos juntos..."<sup>51</sup>

Passados alguns dias após a Folia de Reis, começavam os preparativos do carnaval. Durante os quatro dias dessa festa o povo de Sabaúna desfilara, cantava, pulava dentro de um clima bastante carnavalesco, mesmo que fosse uma comunidade pequena e ruralista.

Durante o dia, havia o desfile pela pequena "Rua Principal" da localidade, com carros de boi enfeitados com bandeirolas coloridas, e várias pessoas em cima cantando as músicas tradicionais do antigo carnaval de Sabaúna. CARMEM MARFIL PRADO, MARIA LOPES MARFIL ALVARES e BASÍLIO RODRIGUES DO PRADO relatam aqui algumas características dessa festa: "Sabaúna era gostosa no carnaval, pois todos participavam, só havia cinco ruas no centrinho... era bem mais gostoso os bailes no salão". (Carmem M. Prado). "No carnaval nós saía de carro de boi até Luiz Carlos, e ia cantando. O Zé Pereira ia com o bombo em cima do carro e ele dava umas três ou quatro bambada daquelas(!) e nós cantava:

"Viva o Zé Pereira no dia de carnaval tomo uma bebedeira que pra ninguém faz né!"

A outra música... essa é feia... acho que não vou cantá não... tem palavra feia no meio!... mas tá bom eu canto:

"No arto daquele morro tem uma véia pra morrer os corvos tão dizendo tem carne pra comê"

... e assim a gente aproveitava pra valê os desfile".<sup>52</sup>

A família Simões fazia os "cavalinhos-de-jacá", (simulavam um cavaleiro sobre seu cavalo, com as pernas de pano, ficando com as suas próprias pernas livres para poderem-se locomover).

Algumas pessoas iam até o armazém do "seu" Vicente comprar o lança-perfume por "9 merreís... eram: Dolo, Metálico e outros de 200 ml, que ele trazia de São Paulo".

Mas uma festa, ou melhor, uma brincadeira que virou tradição em Sabaúna, foi (e até certo ponto ainda é) a festa de JUDAS. Antigamente, quando chegava o sábado de aleluia, todos já esperavam para ler o Testamento do Judas, onde vinha escrito o legado que este mito "deixava aos sabaúnaenses". Durante todo ano alguns "grupos secretos", sob o maior sigilo, escolhiam pessoas que, de uma maneira ou de outra, pos-

### CAUTO DE REIS DE SABAÚNA (PASTORIL)

Aqui estamos um, dois, três  
quatro, cinco mesmo seis  
Viemos lhe pedir licença  
Para lhe cantar os Reis  
Abra a porta homem de luz  
Permita nossa entrada  
Por Deus e por Jesus.

MELODIA TRANSCRITA POR MAESTRO ANTONIO FRERE MÁRMOZA (NIQUINHO).

Aqui estamos um, dois, três  
quatro, cinco mesmo seis  
Viemos lhe pedir licença  
Para lhe cantar os Reis  
Abra a porta homem de luz  
Permita nossa entrada  
Por Deus e por Jesus.

Antonio Frere Marmoza  
Dey/88

suam certa projeção na localidade, para serem satirizados no testamento que a princípio era afixado nos postes junto aos bonecos, e depois (antigamente), distribuídos em baixo das portas das casas. Para cada uma dessas pessoas escolhidas, o Judeu deixava uma parte de suas vestes. Com o passar do tempo, talvez por questões pessoais, ou simplesmente medo de agredir diretamente, alguns grupos que redigiam os testamentos, deram uma conotação diferente ao sentido desta brincadeira, isto é, passaram, segundo o depoimento de muitos moradores, "a mexer, com a moral dos outros", "a cutucar a vida pessoal do sujeito" e coisas do gênero. Até hoje, a brincadeira é feita, mas só que na maioria das vezes com um sentido agressivo, procurando os pontos mais baixos dos moradores dessa localidade. Há ainda o espírito sadio. Através de quadras com rimas ironizavam outros moradores, no seu trabalho, na sua maneira de ser.

Um outro movimento que dinamizou acidentalmente os moradores de Sabaúna, foi a reforma da Igreja de N.S. do Carmo de Sabaúna.

Através de uma comissão formada em 1961 pelos moradores locais, foi eleito um homem de nome ARMANDO CONSTANTINO, para coordenar os trabalhos de reforma da pequena capelinha, que existia, e hoje, encontra-se totalmente descaracterizada, uma nova Igreja de N.S. do Carmo.

Segundo CONSTANTINO, "a igreja foi reconstruída com muita dificuldade, pois muita gente não acreditava na realização, pensando que o dinheiro sempre sumia... para mim e para os que cumpriam a comissão, foi uma questão de honra nesses 9 anos de reconstrução, coordenar os trabalhos. Através de apelos à população, festas e campanhas, conseguimos o quase necessário para a reforma... Fazíamos comumente campanhas de quilo de terra, saco de cimento, telhas, pedras e mão-de-obra... houve sábados em que juntamos 40 a 60 pessoas para trabalhar no regime de mutirão... não havia nem lugar para se trabalhar quase!"<sup>53</sup>

Assim, em 1969, a comissão de obras, fundada no mês de julho de 1961 "... entrou aos fiéis de Sabaúna a Igreja Matriz de N.S. do Carmo completamente remodelada e com nova torre, construída graças ao espírito cristão da população sabaunense".<sup>54</sup>

Essa comissão, no início, foi dinamizada por FRANCISCO RODRIGUES MATHIAS e OTÁVIO MATHIAS. No término das obras estava assim composta: PRES: Armando Constantino; VICE-PRES: Antônio Gomes de Faria e Cântido Cabral Filho; SECRETÁRIOS: João Cristóvão de Souza, Joaquim Cardoso Franco e Epaminondas Sene Varajão; TESOUREIROS: Antônio Faustino da Silva, Benedito Carlos Guedes e José Figueira Filho; VOGAIS: Antônio F. da Costa Filho, Sebastião Rosa Siqueira, Nelson Gomes de Faria, Benedito Constantino, José Mathias Soares, Francisco Guimaraes e Joaquim Cardoso de Souza.<sup>55</sup>

#### V - OS "CASOS"

Neste item do trabalho, procuramos compilar as histórias interessantes, e os "casos" acontecidos na "Colônia de Sabaúna". Consideramos de muita importância o registro dessas histórias, por serem elas vivenciadas pelos moradores da localidade. São fatos não considerados pela "História Oficial", pela falta de documentação que comprove a sua veracidade, mas que permanecem vivos na memória do povo, sendo transmitidos como herança familiar. São histórias que mantêm vivo um passado não tangível de nosso patrimônio histórico e cultural.

Conta-nos MANOEL COUTINHO, o Mané Grande, dois "casos" marcantes na história do Bairro do Convento:

"... Tinha o caso do João Leite... Havia a reza que as pessoas daqui frequentavam. O João Leite desceu pra aqui pra ir na reza e de noite voltava bêbado de Rosasor... e ele tinha muita raiva dos espa-

nhois que moravam aqui. Então na volta da reza ele gritava:

- Ó espanhol, fia da puta! - falava assim mesmo como eu estou falando!

- Ó espanhol pula aqui!... e assim era toda vez. O espanhol dizia: - Poxá eu não estou fazendo nada, tô na minha casa... Ai, um dia o espanhol pegou um cacete e foi pra estrada. Quando o João Leite passou (vinha cambaleando) gritou: - Ó espanhol, pula aqui!... E o espanhol pulou memo e "tumba" nas costas dele que caiu na vala... meteteu ele! Mais tarde a família veio procurar o pai que tinha sumido, aí viram ele andando segurando no capim e nos mato. Nunca mais foi na reza...!

"O outro - e esse tem morte no meio - é que tinha três rapazes: o Anísio, o Dito e o Sorocabá, todos bebedores. Sempre que vinham do armazém que tinha aqui, ficavam de rinha com um espanhol que chamava João Avale. Um dia o espanhol estava fazendo uma porteira aqui no vizinho, e os 3 chegaram... - Ó espanhol, é hoje! "Atracaram o espanhol no chão e começaram a bater no homem! A mulher dele ouvindo aquilo, gritou para o filho que estava lá em cima na roça: - Pedro, corre aqui que estão batendo no teu pai! Todos os espanhóis traziam um retrato da Espanha, que guardavam no fundo do baú - o retrato era uma espécie de "pigarda" que é carregada pela boca -, e o Pedro pegou o retrato e foi pra cima dos três.

Um deles estava segurando o pai dele, e então ele gritou: - Solte já meu pai! E atirou no rapaz... tão perto que estava deixou o rapaz no chão. E os outros correram... O Pedrão (filho do espanhol) saiu correndo atrás e atirou de novo. Um deles se jogou no chão, fingindo que levou o tiro. Pedrão continuou atrás do terceiro que conseguiu escapar. Quando voltou para ver o que estava caído no chão, o Pedrão viu que não havia acertado coisa nenhuma. Aí começou a arrancar os cabelos de raiva; pois queria matar os três! Chamaram a polícia de Guararema e tudo. O espanhol e o seu filho fugiram para Mogi e depois para a Argentina, e deixaram o sítio para um amigo cuidar e vender... Naquele tempo, quando se matava alguém se fugia para longe..."<sup>56</sup>

Martinho Giacco e sua filha Terezinha Zappile relatam-nos que em seu sítio, no casarão, havia sacis que faziam tranças no rabo dos cavalos, mas "depois sabíamos que eram os morcegos que se enroscavam e, na tentativa de sair, enroscavam-se no rabo, fazendo parecer tranças".<sup>57</sup>

Na fazenda dos GIMENEZ, os irmãos assustavam os visitantes, com um pano branco sobre o corpo atrás do bambuzal da entrada do sítio, "Um dia - contam-nos ERNESTO, IRENE e ALBERTO GIMENEZ - um rapaz que fugiu da revolução de 32, estava passando por aqui... nós assustamos o moço e ele saiu correndo tanto que achamos que ele voltou direto para as trincheiras!"<sup>58</sup>

Na fazenda de Nito Franco, morava um homem chamado Pedro Ribas, padrinho de D. Maria Lopes Marfil Álvares. Esta senhora nos contou uma história bastante excêntrica que presenciou nesse lugar: "Eu tinha 12 anos - minha irmã morava na fazenda do Nito Franco - me lembro muito bem a época: era no tempo de tirar batatinha - dezembro - nós tava eu e a minha irmã e mais uns 90 brinchos jogando carta e escutamos pedradas no telhado... a cachorra latia - era a Diana - que nem louca... E toca a jogar pedra... toca a jogar pedra! Os terrão caía em cima da mesa onde nós jogava, pelo telhado! Você pode acreditar! Eu vi com os meus próprios olhos... A minha mãe estava fazendo pão doce de natal, e as chaleiras caía do fogão, juntava bico com bico, as massas de pão virava terra, as roupas das meninas virava do avesso... Ai, meu cunhado que era espanhol não acreditava em nada disso e chegou um amigo dele e disse: - Ó cumpadre! Amanhã eu vou para Bom Jesus e

vou trazer alguém pra benzê essa casa. Se não, o senhor vai ter que sai daqui. E ele, quando voltou; trouxe um benzedeiro... Um pretão grande. Ele pegou uma caneca com pólvora e botô fogo... Depois apagou. Benzeu os quatro canto da casa por dentro e depois pois água e disse que cada um tinha que beber um pouco. Depois ele ia mostrá quem havia feito esse mal. Eu não bebi! Mas fiquei com remorso até hoje! Ai pegou e pois numa tabuinha que nem uma tela... a fotografia do home apareceu direitinho... era o mau feitor. Quando o meu cunhado foi procurar o chapéu e o peletô pra levar o pretão para Bom Jesus, não estava lá no armário... estava num pé de limão no quintal. A vida do meu padrinho ficou toda atrapalhada até hoje, pois isso aconteceu na casa dele. Se eu fosse uma pessoa letrada, eu ia escrevê essa história e mandá pra televisão. As coisas ficaro assim por 4 dia: o lampião apagava, o almoço sumia da mesa e tudo..."<sup>59</sup>

Uma lenda muito antiga de Sabaúna é a da fazenda Botuquara relatada aqui por D. Dulce Ackel Franco:

"... o dono dessa fazenda numa ocasião fez um empréstimo no banco, e depois não teve dinheiro para pagar. Mas se ele vendesse todos os escravos que possuía conseguiria saldar a dívida. A sua idéia foi a de não vendê-los. Mas um fato inesperado o derrubou: veio a Lei Áurea, fazendo com que os seus escravos fossem libertados. Então o proprietário teve de entregar a fazenda ao banco. Assim essa fazenda passou a ser conhecida como Fazenda do Banco. E, dizem os mais antigos, as coisas por lá nunca mais foram as mesmas... Pensam que os escravos amaldiçoaram o local".<sup>60</sup>

Um fato interessante ocorreu no Bairro do Convento em Sabaúna com o feirante Albi no Simões, só que mais próximo aos nossos dias, Albino nos descreve o acontecido:

"Uma vez perou uma veraneio aqui no bairro, e os moços me disseram que faltava óleo; me pediram para dar uma olhada e emprestar um pouco de óleo do meu caminhãozinho. Mas eu vi que só com um pouquinho de óleo já encheu! Desconfiei, pois vi que não era esse o problema. Ai eles disseram que eram da política e precisavam de um carro para leva uns negócios, e me perguntaram se eu não podia levar. Eu disse não! Mas um amigo que estava perto se ofereceu para levar. Então pegaram uns malotes que estavam na veraneio e jogaram em cima do caminhão, e pediram para cobrir. Eu vi um winchester em baixo dos malotes... e eu falei em espanhol com um deles que tinha a fala castelhana: Por que non me dá esta espingarda? E ele disse: - Se non o delegado me come o rabo! Então meu amigo levou eles pra São Paulo. Depois chegou um rodoviário meu colega à paisana, estava a passeio, e me perguntou de quem era esse carro. Eu contei a história e ele disse: -Ai! Ai! Ai! Verifiquei a placa, me disse: - Seu Albino, isso aqui é um assalto dos grandes! Arrabou o carro, e viu que tinha bastante talão de cheque, dinheiro e moeda... Fomos até a Vila Suíça atrás deles mas não conseguimos alcançá-los. Liguei pra polícia e fiquei lá até quase meia noite quando chegou o caminhão de volta. Ai veio a polícia de Mogi, Guararema, Sabaúna, Salesópolis, com metralhadora e outras armas. Meu amigo voltou são e salvo. Depois os home, perto da estação do Bráz em São Paulo e nem desconfio de nada. O assalto tinha acontecido na Prunval em São José dos Campos, onde levaram 150 milhões na época. O pessoal do DEIC vinha toda hora em casa pra eu reconhecer os ladrões, mas nunca acharo os home... foi um susto terrível".<sup>61</sup>

Um homem que tem uma relação estreita com Sabaúna por ter lá nascido e se criado, conhece a história do local com bastante domínio.

Ele escreveu alguns casos interessantes referentes à sociedade sabaunense, que fizemos questão de resgatá-los aqui pela sua originalidade e simplicidade nas coloca-

ções. Ele é Adelino Soares Ferreira, que muito contribuiu para as pesquisas desse trabalho.

Suas crônicas refletem claramente nuances da vida de Sabaúna. A seguir, a íntegra de seus textos escritos especialmente para o nosso trabalho:

#### A - ALGUNS FATOS PITORESCOS OCORRIDOS EM SABAÚNA por Adelino Soares Ferreira

"Com a vitória da Revolução Getulista em 1930 e consequente queda do P.R. (Partido Republicano) - em São Paulo, P.R.P. (Paulista), em Minas, P.R.M. (mineiro) e assim por diante, deposto o então Presidente da República Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, em seguida exilado, todas as autoridades em todo o Brasil foram substituídas por adeptos do P.D. (Partido do Getúlio Vargas), e em Mogi, o chefe político passou a ser o médico Dr. Milton Cruz, adversário ferrenho de outro médico, Dr. Deodato Wertheimer, chefe político do vencido P.R.P.. A residência da família do Dr. Deodato foi invadida por seus adversários políticos, provocando a quebra de tudo que lá encontraram. Para a população pobre da cidade, tal acontecimento entristeceu muito, pois como médico o Dr. Deodato, muito humanitário, nada cobrava pelas consultas, fornecendo gratuitamente medicamentos aos pacientes que não podiam comprar. Porém na política era visto por seus adversários como prepotente, daí sofrendo tão tremenda vingança.

Em Paraíba, como não podia deixar de ser, as substituições no comando da política também ocorreram. Joaquim Arias (PD) substituiu a Benedito de Camargo Franco (P.R.P.) de quem Dr. Deodato era amigo pessoal e em cuja residência (bairro Botuquara-Sabaúna) Dr. Deodato se escondeu, com a família, fugindo da fúria de seus adversários políticos.

Joaquim Arias, espanhol, ficou sendo também além de chefe político, subprefeito, que se encarregou de indicar correligionários para os demais cargos, sendo então nomeado subdelegado de polícia, Lourenço Nanni, mais conhecido por Dante (Não Dantas) era Dante, mesmo.

Este subdelegado, usando da autoridade que o cargo lhe conferia e do prestígio político de que desfrutava, constantemente "armava" suas molecagens, embora chefe de família que era. Chefiava todos os anos um grupo coeso, para a preparação do Sábado de Aleluia, confeccionando os bonecos (judas), compondo o indispensável "testamento" e transportando para o reduto do Judas, carros de bois, carroças, cavalos, carrinhos e tudo que encontravam nos quintais das casas de seus proprietários. Tudo feito de madrugada. Tais pertences, só podiam ser recolhidos por seus proprietários. Após o ato solene da prática da justiça (malhação dos bonecos) ao meio dia (12 h.) do Sábado de Aleluia.

Tudo era festa, ninguém reclamava, não por concordância e sim por respeito à autoridade do subdelegado, pois todos sabiam ser ele o patrocinador de tais atos.

Certa feita, porém, Dante e seus comparsas transportaram para o reduto do traidor, considerável quantidade de tijolos, propriedade do português Manoel Barbosa da Rocha, que embora não se envolvendo em política gozava de muito prestígio junto às autoridades mogianas, inclusive de um Juiz de Direito. Sabendo que Dante era o chefe da "gang", Barbosa ameaçou-o de denunciá-lo às autoridades maiores se os tijolos não fossem removidos para o local de onde haviam sido retirados, dando-lhe prazo de 24 h. para a exigida devolução.

Foi muito divertido ver Dante, durante a noite, sozinho, removendo os tijolos em carrinho de mão para o local devido, não contando para esse serviço com a ajuda de seus comparsas que se negaram a fazê-lo. Humilhação imposta ao subdelegado motivou muita gozação até por parte do chefe político e subprefeito Joaquim Arias". 62

#### B - A MORTE DO CABRITO E SUAS CONSEQUÊNCIAS O SUBDELEGADO SAÍU-SE MAL por Adelino Soares Ferreira

"O destacamento policial de Sabaúna com punha-se de um único elemento: O soldado (hoje, PM) Jeremias.

O prédio em que estava instalada a Subdelegacia de polícia era ao mesmo tempo casa e residência do policial. Este possuía uma cabra com seu cabrito. No prédio atualmente está instalado o cartório de Registro Civil.

Certa feita, Dante, o subdelegado e alguns companheiros de "molecagens" (nome destes omitidos para não melindrar seus descendentes familiares que residem no distrito) teve a infeliz idéia de matar o cabrito, assado que foi no forno da padaria de Manuel de Barros Pinto (português) para então servir de banquete, altas horas da noite, regado a vinho e cerveja e dele tomando parte os componentes do grupo glutão atrevido.

No dia seguinte, o soldado Jeremias, dando pela falta do cabrito, deparou com a pele do bichinho pregado à porta da subdelegacia. Não lhe foi difícil descobrir quem foi o responsável por tal façanha, pois o subdelegado era useiro de tais façanhas, porém nada poderá fazer contra o principal responsável por tal ato pois estava subordinado à autoridade de Dante.

Algum tempo depois, foi criada pelo governo estadual a guarda civil e seus componentes eram conhecidos e chamados por "grilos" que tinham como única função fiscalizar o tráfego de automóveis e caminhões pelas estradas, todas de terra, não sendo permitida velocidade que ultrapassasse a marca de 40 a 50 quilômetros horários. Motorista que transitasse a 60 quilômetros horários era multado e qualificado de louco!

Jeremias, o soldado, transferiu-se para a guarda civil e foi destacado para fiscalizar o trânsito na estrada São Paulo-Rio (única ligação rodoviária na época entre as duas capitais) e diariamente se plantava no trecho do bairro do Botujuru entre Mogi e Sabaúna.

Dante, o subdelegado, possuía um automóvel Chevrolet com o qual, semanalmente, transportava mercadoria de São Paulo para abastecer o comércio de Sabaúna, passando obrigatoriamente pelo bairro Botujuru, onde o "grilo" Jeremias exercia fiscalização. Jeremias teve então oportunidade para "vingar" a perda e morte de seu cabrito. Todas as semanas, quando Dante passava por ali, de volta de São Paulo, era "barrado" pelo fiscal de trânsito, que com ou sem motivos graves aplicava-lhe multas.

Jeremias nada recebeu pela perda do cabrito, porém, Dante, através das multas que lhe foram aplicadas pagou ao Estado muitas vezes o valor do bichinho que servira de banquete ao motorista "infrator". Este já havia se esquecido do que havia feito, porém Jeremias jamais o esquecerá, vingando-se das humilhações que sofrera quando subordinado que estava à autoridade do subdelegado "moleque".

São as voltas que a vida dá". 63

#### C - FESTA DA PADROEIRA E PACTO

"Os quatro alegres compadres"

por Adelino Soares Ferreira  
(NA HISTÓRIA MEXICANA ERAM APENAS TRÊS)

"Na década (1930/40) havia em Sabaúna um grupo formado por quatro rapazes e que, sempre muito unidos organizavam festinhas, bailes, etc, pois sempre propiciavam oportunidades para encontros de olhares (só de olhares) com moças que moravam fora do perímetro urbano da localidade.

O grupo se compunha de:

1. JOÃO BATISTA RAMOS, conferente da estação férrea, atualmente com 83 anos de idade e residente em Queluz.

2. JOÃO LEMES DE OLIVEIRA, balconista (naquele tempo caixeiro) do armazém de se-

cos e molhados, propriedade de Aristides de Souza Pinto. Reside atualmente em São Paulo - 73 anos.

3. ANTONIO SOARES FERREIRA, balconista do bar Luso Brasileiro, propriedade de João Soares Ferreira, de quem era filho. Reside atualmente em Jacareí (73 anos).

4. ADELINO SOARES FERREIRA, balconista da Casa Soares, loja de tecidos que vendia desde o simples alfinete até capas para boiadeiros (ainda em uso no Rio Grande do Sul) loja essa de Adelino. Reside atualmente em Mogi das Cruzes. (70 anos) ou setenta cruzados e oitenta centavos.

Certa feita, talvez em 1936, os quatro rapazes foram nomeados festeiros de N.S. do Carmo, padroeira da localidade. Montaram o esquema para realização da festa, naturalmente com a colaboração das mocinhas e sob olhares críticos das senhoras beatas que faziam questão de preservar a moral e o respeito pelas normas da igreja católica.

Realizada a festa com todas as pompas, terminou com a realização do Leilão das Prendas arrecadadas. E o leiloeiro, outro não era senão Manoel Marfil, mais conhecido por Manoel Sapateiro (sua profissão) o homem do martelinho que ainda pode ser visto na casa de familiares (D. Maria Marfil e Carmen Marfil do Prado).

No dia seguinte ao término da festa, preparado o balancete, as contas foram prestadas ao Vigário de Mogi das Cruzes, já que Sabaúna ainda não era sede de paróquia.

Entre os quatro festeiros fôra firmado um pacto que consistia na obrigatoriedade do uso de gravata, diariamente, quer em serviço ou fora dele. Vencido o prazo estabelecido para a vigência do "pacto", seis meses, tendo seus participantes cumprido religiosamente a promessa feita, culminou com uma festiva canja de galinha, e para tal "banquete" o local escolhido foi o Bar Luso Brasileiro que nesse dia não contou com os serviços do balconista Antonio, envolvido que estava pelas festividades do dia.

para João Batista Ramos, na qualidade de conferente da estação, o uso da gravata não lhe causou qualquer transtorno, já que o regulamento da Estrada de Ferro o exigia.

Para Antonio, balconista do bar de Adelino, balconista da loja, o uso obrigatório da gravata até que caía muito bem, pois dava a estes rapazes uma aparência de esmero em suas indumentárias, e muito a gosto dos fregueses dessas casas comerciais.

Porém para João Lemes de Oliveira, caixeiro que era do armazém de secos e molhados, a coisa não caiu muito a gosto, pois parecia ridículo um caixeiro todo engravata abração a sacos de feijão, arroz, farelo, cortando carne seca e bacalhau, servindo querosene aos litros (vinha em tambores de 200 litros). Propiciava gozação de todos os frequentadores do estabelecimento comercial.

Mas o uso diário e "obrigatório" de gravata pelo então ex-festeiros, propiciou à população críticas contudentes, pois diziam que a festa havia deixado saldo de caixa tão volumoso que deu aos festeiros recursos financeiros para poderem adquirir gravatas borboletas (muito em uso na época)". 64

#### VI - O INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

Sabaúna até o ano de 1920 era uma extensão da zona rural da cidade de Mogi das Cruzes. A partir dessa época passa a existir como distrito. Em 1921, houve a instalação da Subprefeitura de Polícia e Cartório de Registro Civil e anexo.

Com a instação do distrito foram nomeados para os cargos de administração, o "Chefe Político (PRP) Benedito de Camargo Franco; Subprefeito, Aristóteles de Andrade (professor); Subdelegado de Polícia, Adelino Estebanes; Oficial do Registro Civil

e Tabela, Leopoldo de Melo e Souza; Juiz de Paz, Álvaro Rodrigues Mathias, tendo no 1º e 2º suplentes respectivamente João Soares Ferreira e José Arantes de Moraes".<sup>65</sup>

#### VII - SABAUNA NOJE

Hoje, o distrito de Sabauna vive de uma pequena agricultura, desenvolvida por algumas famílias que ainda trabalham no ramo, como também da indústria têxtil que ali existe. Mas essas atividades não atendem a demanda da pequena população local. Os jovens, pelo menos a grande maioria, buscam novas experiências profissionais fora de lá, mas sem perder totalmente o vínculo com Sabauna. A sociedade que ali se formou, como vimos, criou fortes laços e tradições que ainda permanecem vividos na vida de seus moradores e ex-moradores.

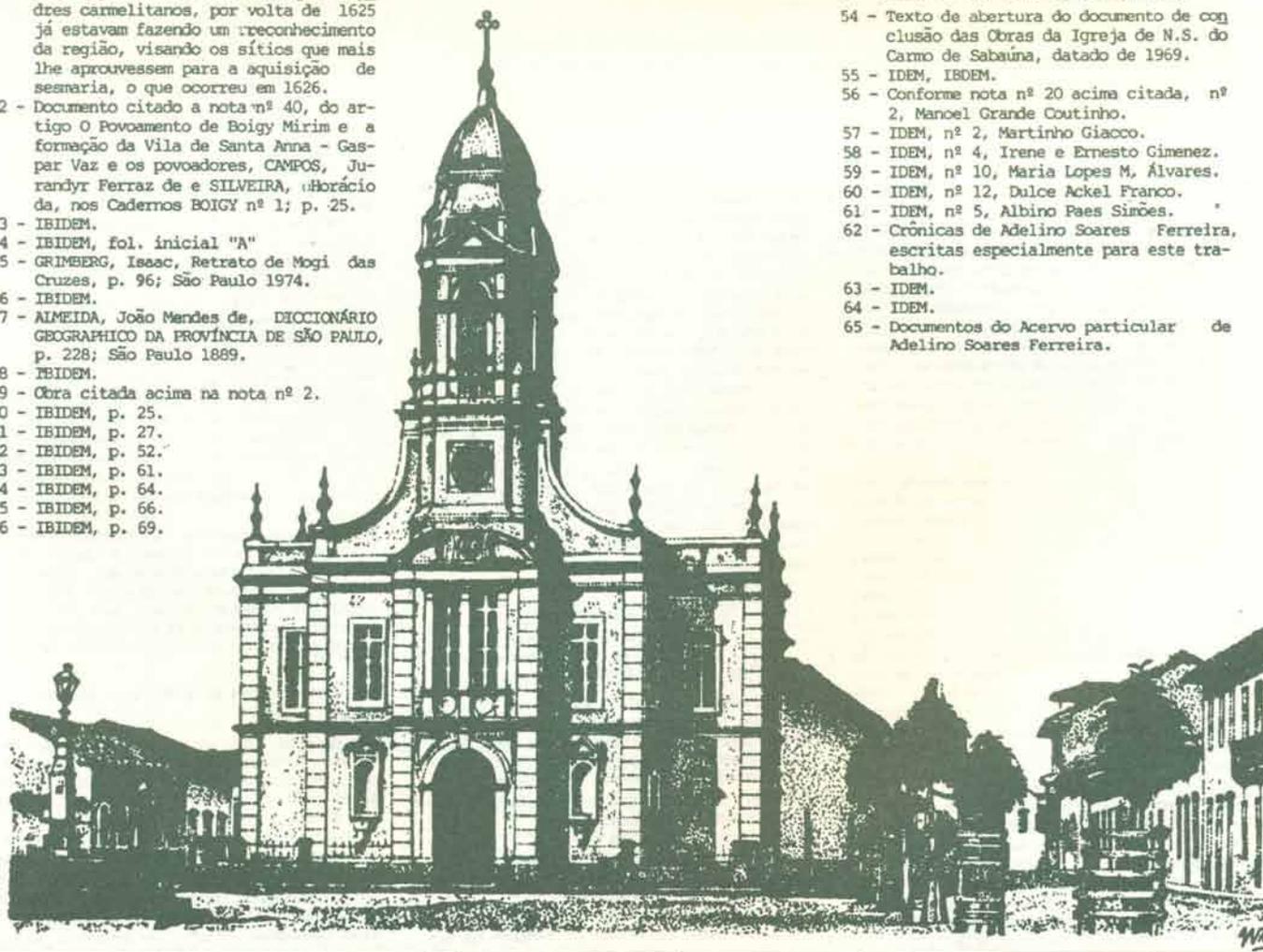
A vida em Sabauna, apesar da proximidade da capital São Paulo, preserva qualidades extremas. O progresso em Sabauna existe. A partir do momento em que a comunidade preserva suas tradições, o caminho para o desenvolvimento no presente, ainda que conflitante, torna-se viável.

Concluimos estes apontamentos propondo que outras pesquisas venham a ser desenvolvidas, utilizando-se tanto as fontes da "história oficial" como as da "história oral", regionalizando os estudos históricos, desenvolvendo uma linha historiográfica mais dinâmica no sentido de se fazer uma Nova História do Brasil.

#### NOTAS

- 1 - CAMPOS, Jurandyr Ferraz de, O CARMO EM MOGI DAS CRUZES - A FUNDAÇÃO DO CAMPOS; publicação do Museu de Arte Sacra de Mogi das Cruzes. Neste trabalho, a p. 2, o autor afirma que os padres carmelitanos, por volta de 1625 já estavam fazendo um reconhecimento da região, visando os sítios que mais lhe aprouvessem para a aquisição de sesmaria, o que ocorreu em 1626.
- 2 - Documento citado a nota nº 40, do artigo O Povoamento de Boigy Mirim e a formação da Vila de Santa Anna - Gaspar Vaz e os povoadores, CAMPOS, Jurandyr Ferraz de e SILVEIRA, Horácio da, nos Cadernos BOIGY nº 1; p. 25.
- 3 - IBIDEM.
- 4 - IBIDEM, fol. inicial "A"
- 5 - GRIMBERG, Isaac, Retrato de Mogi das Cruzes, p. 96; São Paulo 1974.
- 6 - IBIDEM.
- 7 - ALMEIDA, João Mendes de, DICCIONÁRIO GEOGRAPHICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, p. 228; São Paulo 1889.
- 8 - IBIDEM.
- 9 - Obra citada acima na nota nº 2.
- 10 - IBIDEM, p. 25.
- 11 - IBIDEM, p. 27.
- 12 - IBIDEM, p. 52.
- 13 - IBIDEM, p. 61.
- 14 - IBIDEM, p. 64.
- 15 - IBIDEM, p. 66.
- 16 - IBIDEM, p. 69.

- 17 - Cópia fac-simulada do original do Livro de Gasto e Receita da Ordem 1ª do Carmo em Belo Horizonte (M.G.).
- 18 - Essa questão é enfocada por Caio Pardo Jr em sua "HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL", 31ª ED, Ed. Brasiliense, p. 248, no item "pequena propriedade"; Maria Thereza Schorer Petrone também discute brilhantemente esse tema em seu livro "O IMIGRANTE E A PEQUENA PROPRIEDADE", col. Tudo é História, ed. Brasiliense, 1ª EDIÇÃO.
- 19 - NANNI, Ângelo, O NÚCLEO COLONIAL DE SABAUNA, Monografia do curso de História do Brasil, UMC 1986, p. 13A, Mogi das Cruzes.
- 20 - ARQUIVO DE HISTÓRIA DE BAIROS do proj. "O QUE É QUE MEU BAIRRO TEM" nº 5, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura em 1987, coordenado pela profª Elisete Costa Nunes, pesquisa desenvolvida pelo prof. José Teixeira Neto e Silvana Dias Soares Teixeira; levantamento histórico de Sabauna, fita cassete nº 1, entrevista com Valeriano Ibanes. Na medida que as entrevistas forem aparecendo no texto, as notas referentes a elas estarão aqui descritas da seguinte forma: "conforme nota nº 20 acima citada", seguido do nº da fita cassete e do nome da pessoa entrevistada.
- 21 - IBIDEM.
- 22 - IBIDEM, nº 3, Ernesto Gimenez.
- 23 - IBIDEM, nº 2, Manoel - Grande - Coutinho.
- 24 - IBIDEM.
- 25 - Texto escrito especialmente para este trabalho, por Martinho Giacco, ex-morador do Casarão no bairro do Convento em Sabauna.
- 26 - Conforme nota nº 20 acima citada, nº 2, Martinho Giacco.
- 27 - IDEM, nº 3, Manoel - Grande - Coutinho.
- 28 - DIÁRIO DE MOGI, segundo caderno de domingo, 12 de abril de 1981, "O Silêncio das Velhas Estações"; reportagem de Vanice Assaz; depoimento de Vinícios dos Santos, ex-agente da estação de Sabauna.
- 29 - Conforme nota nº 20 acima citada, nº 6, Adelino Soares Ferreira.
- 30 - IDEM, nº 8, Vicente Ortiz.
- 31 - IDEM, nº 10, Darcy Luque.
- 32 - IDEM, nº 1, Valeriano Ibanes.
- 33 - IDEM, nº 8, Basílio Rodrigues do Prado.
- 34 - IDEM, anônimo.
- 35 - IDEM, nº 7, Jesus Cápua.
- 36 - IDEM, IBIDEM.
- 37 - IDEM, IBIDEM.
- 38 - IDEM, IBIDEM.
- 39 - Cópia da Biografia do prof. Aristóteles de Andrade, em posse da EEPG de mesmo nome em Sabauna.
- 40 - Conforme nota nº 20 acima citada, nº 6, Adelino Soares Ferreira.
- 41 - IDEM, nº 8, Vicente Ortiz.
- 42 - IDEM, nº 10, Adelino Soares Ferreira.
- 43 - IDEM, nº 1, Alfredo Soares Ferreira.
- 44 - IDEM, nº 1, Valeriano Ibanes.
- 45 - IDEM, nº 2, Teresinha Giacco Zapille.
- 46 - IDEM, nº 5, Albino Paes Simões.
- 47 - IDEM, nº 4, Irene Gimenez.
- 48 - IDEM, nº 9, Laura Figueira Mathias.
- 49 - IDEM, nº 10, Carmem Marfil Prado.
- 50 - IDEM, nº 11, Adelino Soares Ferreira.
- 51 - IDEM, IBIDEM.
- 52 - IDEM, nº 9, Maria Lopes M. Álvares.
- 53 - IDEM, nº 10, Armando Constantino.
- 54 - Texto de abertura do documento de conclusão das Obras da Igreja de N.S. do Carmo de Sabauna, datado de 1969.
- 55 - IDEM, IBIDEM.
- 56 - Conforme nota nº 20 acima citada, nº 2, Manoel Grande Coutinho.
- 57 - IDEM, nº 2, Martinho Giacco.
- 58 - IDEM, nº 4, Irene e Ernesto Gimenez.
- 59 - IDEM, nº 10, Maria Lopes M. Álvares.
- 60 - IDEM, nº 12, Dulce Ackel Franco.
- 61 - IDEM, nº 5, Albino Paes Simões.
- 62 - Crônicas de Adelino Soares Ferreira, escritas especialmente para este trabalho.
- 63 - IDEM.
- 64 - IDEM.
- 65 - Documentos do Acervo particular de Adelino Soares Ferreira.



## CULTURA POPULAR

### LENDAS DE MOGI DAS CRUZES

NYSSIA FREITAS MEIRA

Quantas e quantas lendas se perpetuaram em nossa Mogi secular!

À medida que elas vão sendo relatadas, vão surgindo variantes, deformações e, até, uma pitada de exagero.

Às vezes, figuras populares de nossa cidade transformam-se em lendas que vão sendo passadas de geração a geração.

O Bairro Mogilar, hoje chamado de Vila Avignon, por muito tempo, teve também o seu fantasma.

Conta a lenda que um grileiro, após ter se apossado de muitas terras deste bairro, acabou sendo assassinado perto da Serra do Itapeti.

Após sua morte, começou a ser visto, montado a cavalo, pelas terras do Mogilar que lhe tinham pertencido. Parecia vigiar atentamente aquelas terras que tinham sido a sua obsessão em vida e muitos o viram vagar na escuridão da noite. (Lenda contada por Walkíria Ofir de Moraes).

Outra lenda que enfoca uma personalidade mogiana é a que se refere a Frei Muniz. Este era bem conhecido do povo, principalmente, por ter constituído família, por sinal, bem numerosa.

Dizem os antigos que, depois de sua morte, era visto nas esquinas das igrejas, como se estivesse esperando alguém.

Durante longos anos, a cena se repetiu, impondo medo à população que tão bem o conhecia.

A Lenda do Corpo Seco refere-se a outra figura da cidade, bem conhecida. Era riquíssimo e por demais avaro.

Dono de muitos imóveis, possuía também uma vila nas imediações do Cine Urupema, hoje em fase de abandono.

Mas, para a construção do novo cinema, nos finais da década de 40, este homem teve de desalojar os moradores da pobre vila.

Aí morava uma velhinha que estava às portas da morte, e, vendo-se obrigada mesmo tão doente a deixar o seu pobre lar, lançou uma praga sobre o proprietário, dizendo que, antes mesmo de sua morte, seu corpo ficaria seco, como um cadáver.

Segundo o povo, o fato se concretizou.

Outra lenda que, durante muito tempo, foi contada e recontada é a que foi narrada por Dona Ernestina Ferreira da Cruz

ao ex-aluno Antônio Carlos Najjar Hernandez.

Ei-la...

Dois de novembro, dia de Finados.

Todas as casas comerciais se achavam fechadas. Havia, nessa época, muito respeito por esse dia dedicado aos Mortos. Não se usavam roupas de cores berrantes, não se faziam festas, não se cantava, não se ligavam rádios.

Num salão de beleza, na Rua Senador Dantas, perto do atual Colégio São Marcos, senhoras e senhoritas esperavam cada uma sua vez, para se embelezarem.

A tarde estava cinzenta e muito triste, lá fora.

Dentro do salão, a conversa animada; os assuntos eram variados e todas as cabeleireiras atendiam, com um largo sorriso necessário para agradar às freguesas.

De repente, entra uma bela moça e senta-se na cadeira, em frente ao espelho, para ser penteada.

A dona do salão foi atendê-la e começou a pentear seus lindos cabelos, mas, para grande surpresa das pessoas presentes, os cabelos da loira iam caindo às mechas.

A cabeleireira, muito assustada, começou a desculpar-se com as freguesas, pois nunca tinha acontecido isso a ela. Mas, para espanto de todas as freguesas, a moça levantou-se e disse:

- Senhora, não precisa se desculpar de nada. Nada aconteceu, não pertenço a esse mundo. Sou do além.

A dona do salão teve um desmaio, do qual não mais voltou.





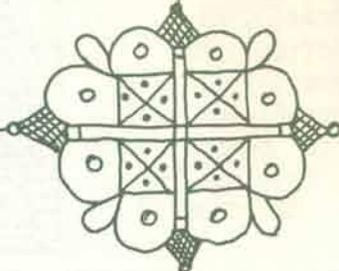
# projeto FAZENDO & REFAZENDO a história

Consoante do que foi apresentado no 1º número de nossa publicação, a segunda parte dos cadernos BOIGY, trará os resultados do projeto Fazendo e Refazendo a História, ou seja, as transcrições paleográficas desenvolvidas pela equipe de paleógrafos do projeto. A publicação dos documentos contidos nos livros, bem como os avulsos, do Arquivo Histórico Mogiano, recebem continuidade neste segundo número dos Cadernos BOIGY.

A SEÇÃO ESPECIAL, desta vez, traz a transcrição de uma obra histórica raríssima, de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa historiográfica brasileira, o Incunábulo Português: REGIMENTO PROVEYTOSO CONTRA A PESTENENÇA (1496 a 1500). É uma valiosa fonte que abriga informações referentes à grande peste avassaladora da Península Ibérica, que remonta à época dos grandes descobrimentos. O conteúdo dessas informações pode, com certeza, elucidar ou desmistificar as questões que dizem respeito à colonização do Continente Americano e especialmente da colonização do Brasil.

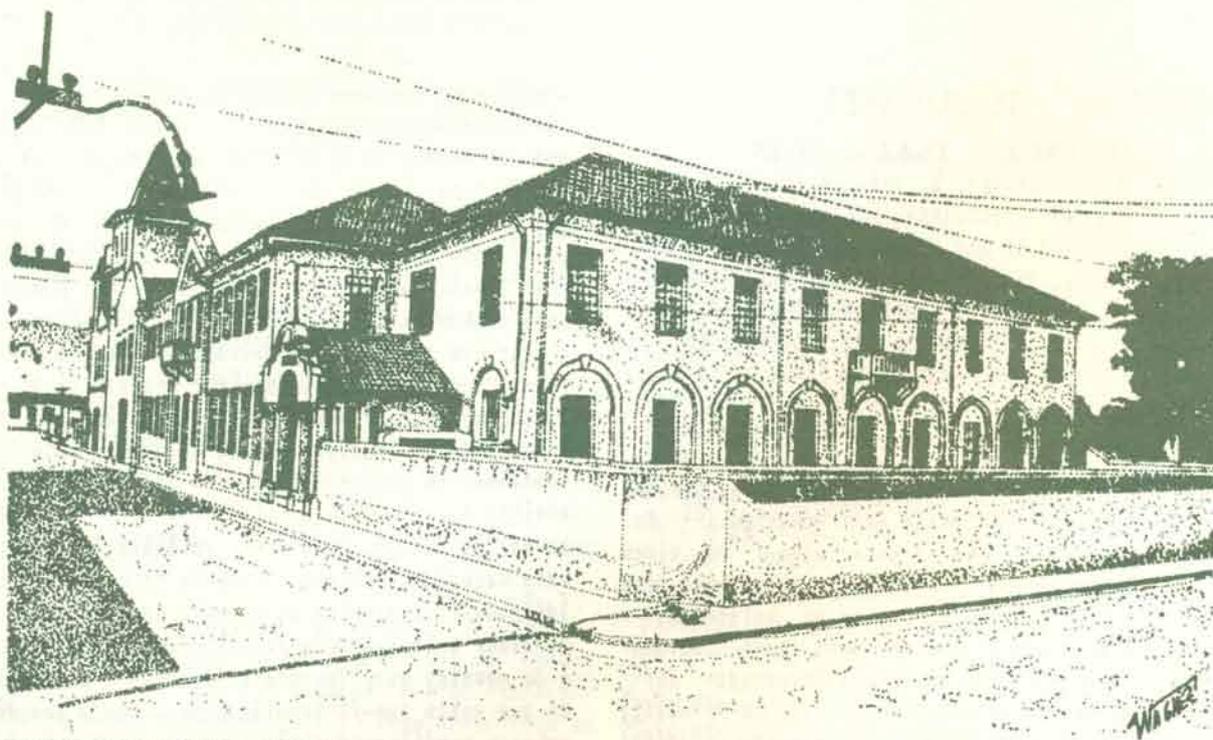
A sua transcrição, que ora publicamos, além destes fatores, mostra a polivalência dos paleógrafos da equipe do projeto Fazendo e Refazendo a História. É um documento escrito em português arcaico, diferindo consideravelmente dos documentos mogianos - matéria prima dos nossos paleógrafos -, propondo uma outra metodologia no sentido de se reescrever a História do Brasil, dentro das linhas historiográficas mais modernas.

Descrevemos, a seguir, um resumo das normas metodológicas, utilizadas nas transcrições paleográficas do projeto Fazendo e Refazendo a História. Como já foi referido na publicação passada, os critérios por nós utilizados estão embasados nos tratados paleográficos de Augusto Millares Carlo e Inácio Montecon (Álbum de Paleografia Hispanoamericana de Los Siglos XVI e XVII. México D.F., Instituto Panamericano de Geografía e História, 1955, vol. I, II, III); e de Ricardo Blanco (Estudos Paleográficos, São Paulo, Laserprint Editorial Ltda., 1987). Associando as informações desses tratados às questões específicas da escrita antiga mogiana, procedemos da seguinte forma:



São preservadas as peculiaridades próprias do documento, conservando a ortografia, salvo quando, numa publicação, possa dar margem à leitura equivocada, mudando o sentido da frase; ao final de cada linha existe uma barra inclinada seguida de um número que corresponde à sua ordem na folha do manuscrito original; o **negrito** é utilizado para grafar as palavras embutidas nas abreviaturas, que na transcrição são desdobradas, bem como para caracterizar qualquer intervenção do transcritor no texto; às letras maiúsculas e minúsculas, a pontuação e acentuação são empregadas de acordo com a ortografia moderna, para que não haja interpretação contrária ao sentido do documento; o **colchete**, em **negrito**, indica acréscimo do transcritor numa palavra que esteja com a letra faltante. Por exemplo: Cãm|a|ra.; o **parêntese** em **negrito**, indica explicações apontadas pelo transcritor; as leituras duvidosas não resolvidas pelo paleógrafo, vem indicadas com o ponto de interrogação entre parênteses, em **negrito** - (?), em seguida da versão dada; o emprego do **(sic)** se dá como advertência quando aparecem palavras corrompidas que na transcrição são mantidas como tais; no caso de documentos possuir vários fôlios, a mudança de fôlio é indicada com duas barras paralelas inclinadas, seguidas da abreviação "Fol" (fólios), do nº correspondente, e da abreviação "r" (reto, anverso) ou "v" (verso, reverso) em **negrito**. Por exemplo: //(Fol, 4v); a indicação de assinatura vem descrita com a letra "a" minúscula, entre parênteses, em **negrito** - (a).

A metodologia da transcrição paleográfica compõe-se de inúmeras outras regras que não nos cabe apresentar aqui. Cada região, cada local onde eram expedidos documentos possui características de escrita próprias e, conseqüentemente, problemas paleográficos específicos. Mas a transcrição deve ser feita dentro de normas convencionalizadas, facilitando os trabalhos nesse sentido e proporcionando acesso à interpretação das fontes documentais.



CARMO - HOJE DAS CRUZES; SOBREJAS DAS ORDENS 3ª E 1ª E ANTIGO CONVENTO, HOJE COLÉGIO SANTA MÔNICA



REPRODUÇÃO DA GRAVURA DO INCUNÁBULO PORTUGUÊS "REGIMENTO PROVEITOSO CONTRA HA PESTEINENÇA".

## DOCUMENTOS - SÉCULO XVII

### ATAS DA CÂMARA - 1642 a 1646

I ALVARÁ DO REI DE PORTUGAL D. JOÃO IV, DE 23 DE JUNHO DE 1642, ONDE MANDA "DECLARAR, QUE A CAPITANIA DO RIO DE IANERO E AS DE SÃO VISENTE E ESPÍRITO SANTO, E AS MAIS DAQUELE DESTREITO, ão DE ESTAR SOBORDINADAS ÀS ORDENS E JURISDIÇÃO DO GOVERNADOR E CAPITÃO GERAL DO ESTADO DO BRAZIL" E CANCELA UMA SUA PROVISÃO, DE 06 DE SETEMBRO DE 1641, PASSADA EM FAVOR DE SALVADOR DE SÁ E BENEVIDES.

(Fol. 3 r)

Treslado do Alvará de Sua/<sup>18</sup>Magestade, pera que não co-/<sup>19</sup>nhesão a Salvador de Sá de/<sup>20</sup>Venavide./<sup>21</sup> Eu, El Rei, faso a saber aos que este alva-/<sup>22</sup>rã virem que eu estou enformado que/<sup>23</sup>pasando-se em seis dias do mês de setembro/<sup>24</sup>do ano pasado de seissentos e corenta e hum/<sup>25</sup>uma provizam minha pera Salvador de/<sup>26</sup>Sá de Venavide, Capitão meu e Governador da/<sup>27</sup>Capitania do Rio de Ianero, traçar do be-/<sup>28</sup>ne [fi] sios das minas da Capitania de São Viçente,/<sup>29</sup>//(Fol 3 v)+/ por se haveren incorporado nelle as pro-/<sup>1</sup>

vizois que, nos anos atrás, se avião pasado/<sup>2</sup> \ a / Dõn Francisqu de Souza, sobre o aver (?)/<sup>3</sup>e benefi- sio das minas, se enten-/<sup>4</sup>deu que, em vertude delas, a dita capi-/<sup>5</sup>tania do Rio de Ianero e seu governo [a] iur[is-]/<sup>6</sup>disão, se avião soparado de todo o go-/<sup>7</sup>verno do Estado do Brasil. Não sendo tal mi- nha/<sup>8</sup>tensão, e pera que de todo sesem dúvidas he seja melhor/<sup>9</sup>servido, ei por vem e me [a] pras dé de- clarar que a dita pro-/<sup>10</sup>vizam, por ser pasada pello conselho da fazenda e não/<sup>11</sup>por Secretário do Estado a que pertense, e por onde se/<sup>12</sup>pasarão as de Don Francisqu de Souza, e sem se me aver/<sup>13</sup>referido que continhão se pasarão de governo,/<sup>14</sup> não há de ter efeito; e que a dita Capitania do Rio/<sup>15</sup> de Ianero e as de São Visente e do Espírito Santo, e todas/<sup>16</sup> as mais daquele destreito estão, he ão de estar, sobor- [di]nada/<sup>17</sup> e sogeita às orden e condisões, e do Go- vernador e Capitão/<sup>18</sup> Geral do Estado do Brazil, asin e da maneira que/<sup>19</sup> senpre estiverão; e quero, e man- do que nesta com-/<sup>20</sup>formidade se proseda sem dúvida, embargo nem/<sup>21</sup> contradisão alguma, e que asin é minha vontade e mer-/<sup>22</sup>sê; e que todas as ordens dadas an-

tes desta, sobre a mesma<sup>23</sup> matéria, e não valhão nem tenham forcas e vigor, e so-<sup>24</sup>mente se cumpra o conteúdo neste alvará, o qual vale-<sup>25</sup>rá como carta passada pela sonchelaria, posto que<sup>26</sup> por ela não pase; e seu efeito ia (2) de uzar mais de hum a-<sup>27</sup>no, sem embargo das ordenasões que contrariarão dis-<sup>28</sup>põe. Iuão Perera de Souto Maior o fes em Alcântara, aos 20/<sup>29</sup> e três dias do mês de iunho, de mil e seissentos e coren-<sup>30</sup>ta e dous anos. Eu, Francisquo de Casena, o fis escre-<sup>31</sup>ver. Rei. Alvará per que Sua Magestade há por vem/<sup>32</sup>mandar declarar que a Capitania do Rio de Ianero/<sup>33</sup> e as de São Visente e Espirito Santo, e as mais daquele/<sup>34</sup>destrito, ão de estar sobor (sic) sobor [di]nadas às ordens e iu-<sup>35</sup>

r[is]disão do Governador e Capitão Geral do Estado do/<sup>36</sup>Brazil. Pera Sua Magestade ver, fica resgista-da (sic)/<sup>37</sup>este alvará Del Rei Nosso Senhor no libro (2) 40 do resgisto de sua/<sup>38</sup>Real Fazenda, a folhas 12 verso, do Estado do/<sup>39</sup>Brazil. Baía, 2 de setembro de mil e seissentos e coren-<sup>40</sup>ta e dous anos. Gonçalo Pinto de Freitas. Fiqua resgitado/<sup>41</sup>este alvará Del Rei Noso Senhor noso (sic), dos registo da/<sup>42</sup> // (fol. 4 r)+/ Câmara, que ora serve, folha 232. Baía, 2 de setembro/<sup>1</sup>de mil e seissentos e corenta e dous. Sebastião da Ro-<sup>2</sup>xcha Pita. Fiqua este alvará de Sua Magestade botada/<sup>3</sup>neste libro da Câmara, per não aver libro de registo.<sup>4</sup> Oje, trinta e hum do mês de ianero, de mil e seissentos e corenta/<sup>5</sup>e três anos. Eu, Antonio Fernandez, escrivão da Câmara o escre-<sup>6</sup>vi e o botei neste libro. Antonio Fernandez (a).

NOTA: Na linha 4, depois do "das", foi escrita uma palavra por engano, que o escrivão nos dá a impressão de ter tentado corrigir por cima, e acabou por anular o escrito com riscos, repetindo o termo "minas" em seguida.

Na linha 8, após o termo "Brazil", foi escrito por engano a palavra "sendo" e anulado com um risco.

Na linha 12, após o termo "por", o escrivão iniciou a palavra "secretário" com "qu" e corrigiu por cima com "c", ficando meio borrado.

Transcrição Paleográfica:  
PROF. JOSÉ TEIXEIRA NETO

### LIVRO DE CARTAS DE DATAS DE CHÃOS DA VILA 1622 a 1632

- 2 CARTA DE DATA DE 24 DE DEZEMBRO DE 1624, A GASPAR GONÇALVES, "MORADOR NESTA VILLA", NA QUAL PEDIU E OBTIVE "QUINZE BRASAS DE TESTADA DE CHÃOS COM SEUS QUINTAIS, ACABANTE A DATA DE INÁSIO DE CHAVES, CORRENDO PELA RUA ABAICHO QUE VAI PERA HO RIBEIRO DE MOGI MIRIM".

(fol. 40 r)

Carta de Gaspar Gonçalvez/<sup>1</sup> Os hofisiais da Câmara desta villa/<sup>2</sup> de Santa Ana de Mogi, da Capitania/<sup>3</sup> de São Vicente, costa do Brazill, etcetera.<sup>4</sup> Todo ao diante nomeados, Antonio Dell-<sup>5</sup>gado d'Escovar e Fernão Marques, vreado-<sup>6</sup>res, Izidro Collaso Villella, juis hordinário, Igna-<sup>7</sup>sio de Xhaves, procurador do

Concelho, fa-<sup>8</sup>zemos a saber aos que esta nosa carta/<sup>9</sup> de dada de chãos pera cazas e quinta-<sup>10</sup>is, des te dia pera todo sempre for a-<sup>11</sup>presentada, e ho conhesimento della com/<sup>12</sup> direito pertenser, que por sua piti-<sup>13</sup>são nos emviou a dizer Gaspar Gonçalvez, morador/<sup>14</sup> nesta villa, que elle sopricante não/<sup>15</sup> tem chãos pera fazer suas cazas, como/<sup>16</sup> morador; pel lo que pede a Vossas Mercês lhe fa-<sup>17</sup>são mercê de lhe mandar dar quinze bra-<sup>18</sup>sas de testada de chãos, com seus quinta-<sup>19</sup>is, acabante a data de Inásio de Chaves,<sup>20</sup> correndo pella rua abaicho que vai pera/<sup>21</sup> ho ribeiro de Mogi Mirim. E receberá mersê.<sup>22</sup> Ho que visto por nós a dita pitisão, na/<sup>23</sup> quall puzemos ho despacho seguinte (sic):/<sup>24</sup> damos ao sopricante hos chãos que/<sup>25</sup> pede, conforme a sua pitisão, não/<sup>26</sup> sendo dadas, e sendo dadas correrá ha-<sup>27</sup>trás hou adiante; e ho escrivão da Câ-<sup>28</sup>mara lhe pasará sua carta que será re-<sup>29</sup>gistada nos llivos (sic) dos registos que/<sup>30</sup> serve nesta Câmara. Dada nesta villa,<sup>31</sup> em os vinte e quatro dias do mês de de-<sup>32</sup>zembro da era de mill e seissentos he/<sup>33</sup> vinte e quatro anos, os quais chãos que/<sup>34</sup> // (fol. 40 v) +/ lhe nós asim damos, na manera decllara-<sup>1</sup>do, lhos avemos por dados pera elle e sua/<sup>2</sup>molher, e filhos erderos, asedentes he de-<sup>3</sup>sendentes que após elles vierem, com suas em-<sup>4</sup>tradas e serventias novas e antigas, sem/<sup>5</sup> foro nem pensão, sallvo dízimo a Deus, no-<sup>6</sup>so senhor; e portanto mandamos aos hofisi-<sup>7</sup>ais e ministros das justisas lhos mesão he/<sup>8</sup> demarquem e lhe dêm delles pose, pera que/<sup>9</sup> os llogrem e aprovei tem e fasão nelles suas/<sup>10</sup> bemeitorias, sem dúvida nem embar-<sup>11</sup>go que lhe seja posto. De que lhe mandamos/<sup>12</sup> pasar a presente por nós asinada, somen-<sup>13</sup>te que será registada nos livros dos re-<sup>14</sup>gistos que serve nesta Câmara. Dada ne-<sup>15</sup>lla, em os vinte e quatro dias do mês de/<sup>16</sup> dezembro de mill e seis sentos e vinte/<sup>17</sup> e quatro anos. Jerônimo Rodriguez, escrivão da Câ-<sup>18</sup>mara ho fes, por nosso mandado. Ano do na-<sup>19</sup>simento de Noso Senhor Josu Cristo de mill e se-<sup>20</sup>issentos e vinte e quatro anos.<sup>21</sup> (1ª Col.): Consertado comigo, juis,<sup>22</sup> Izidro Collaco Villella (a).<sup>23</sup> Consertado comigo,<sup>24</sup> escrivão, Jerônimo Rodriguez (a).<sup>25</sup> (2ª Col.): Izidro Collaco Villella (a).<sup>26</sup> Fernão Marques (a).<sup>27</sup> Inásio de Chaves de Freytas (a).<sup>28</sup>

NOTAS: No fol. 40 v, temos as seguintes observações: Na linha nº1, o "ar" de "Gaspar" e o "61" de "Gonçalves" se sobrepuzeram ao sinal +, do alto da p..

Na linha nº23, o escrivão começou uma palavra com um "d", e por cima, bem forte, acrescentou o "v" de "visto".

Na linha nº30, após iniciar uma palavra que não é possível identificar, o escrivão acrescentou, por cima, o "ll" de "llivos".

- 3 CARTA DE DATA DE 10 DE AGOSTO DE 1625, A FRANCISCO RODRIGUES. FORAM CONCEDIDOS "QUINZE BRASAS DE CHÃOS PARTINDO COM SEU CUNHADO GASPAR GONÇALVES, RUA ABAICHO DONDE HORA MORA"; E MAIS DEZ, PARA QUINTAL.

(Fol. 40 v)

Carta de Francisco Rodrigues/<sup>29</sup> Os hofisiais da Câmara desta villa de San-/<sup>30</sup>ta Ana de Mogi da da (sic) Capitania de São/<sup>31</sup> Visente, da costa do Brazill, et cetera. Manoell/<sup>32</sup> de Freitas e Manoell Gomes, Vreadores, Bo-/<sup>33</sup>nifásio Rodrigues, juis ordinário, Diogo Fernandes, pro-/<sup>34</sup>curador do Conselho, fazemos a saber aos //(fol. 41 r)+/<sup>1</sup> que esta nosa carta de data de chãos/<sup>1</sup> pera casas e quintais, deste dia pera/<sup>2</sup> toso sempre, for apresentada e o conhe-/<sup>3</sup>simento della com direito pertenser, que/<sup>4</sup>por sua pitisão nos emviou a dizer Francisco Rodrigues,<sup>5</sup> morador nesta dita villa de Santana,<sup>6</sup> que elle não tem chãos nesta dita villa pe-/<sup>7</sup>ra fazer suas cazas, pello que nos pidia/<sup>8</sup> lhe desemos quinze brasas de chãos par-/<sup>9</sup>tindo com seu cunhado Gaspar Gonsalves, rua/<sup>10</sup> abaicho donde hora mora; a quall por/<sup>11</sup> nós visto a dita sua pitisão puzemos/<sup>12</sup> ho despacho seginte: damos ao sopri-/<sup>13</sup>cante os chãos que pede na sua pitisão,<sup>14</sup> quinze brasas, e pera quintall, des; os qua-/<sup>15</sup>is chãos que lhe nós asim damos, na mane-/<sup>16</sup>ra decllarado, lhe os avemos por dados pe-/<sup>17</sup>ra elle e sua mulher e filhos erderos, asenden-/<sup>18</sup>tes e descendentes que após elles vierem,<sup>19</sup> de que se lhe pa-  
sará carta que será registada/<sup>20</sup> nos llivros dos registos que serve nesta Câmara-/<sup>21</sup>ra. Dada em ella, em os des dias do mês de/<sup>22</sup> agosto de mill e seissentos e vinte e sinco/<sup>23</sup> anos. Os quais chãos que lhe nós asim damos,<sup>24</sup> na manera decllarados, lhe damos com suas/<sup>25</sup> emtras e serventias, novas e antigas, sem/<sup>26</sup> foro nem pensão, sallvo dízimo a Deus, No-/<sup>27</sup>so Senhor; e portanto mandamos aos hofi-/<sup>28</sup>siais da Câmara, digo, e ministros das justi-/<sup>29</sup> //(fol. 41 v) +/  
tisas lhes mesão e demarquem e dê-lles (sic) . pose,<sup>1</sup> pera que os llogrem, aproveitem e fasão ne-/<sup>2</sup>lles suas bemeitorias, sem dúvida mem (sic) em-/<sup>3</sup>bargo que lhe seja posto. De que lhe manda-/<sup>4</sup>mos passar a presente, por nós asinada,<sup>5</sup> somentes que será registada nos llivros que/<sup>6</sup> serve nesta Câmara. Dada nella, em os des/<sup>7</sup> dias do mês de agosto de mill e seissentos/<sup>8</sup> e vinte e [s]inco anos. Jerônimo Rodrigues, escrivão da Câmara-/<sup>9</sup>ra o fes por noso mandado e a botou neste/<sup>10</sup> llivro dos registos. Ano do nasimento de No-/<sup>11</sup>so Senhor Jesu Cristo de mill e seissentos e vinte/<sup>12</sup> e sinco anos.<sup>13</sup> (Col. A): Consertado comigo,<sup>14</sup> escrivão, Jerônimo Rodrigues (a)./<sup>15</sup> (Col. B): Comsertado/<sup>16</sup> comigo, juis,<sup>17</sup> Bonifásio Rodrigues (a)./<sup>18</sup>

Transcrição Paleográfica:  
PROF. JURANDYR FERRAZ DE CAMPOS

## DOCUMENTOS - SÉCULO XVIII

## ATAS DA CÂMARA - 1702 a 1706

- 4 ATA DE 29 DE SETEMBRO DE 1702 NA QUAL. O PROCURADOR DO CONSELHO, À VISTA DE CARTA DO SR. CORREGEDOR EM QUE, PARA PODER VIR EM CORREIÇÃO, PEDE AOS HOMENS QUE TIVESSEM NEGROS QUE OS CEDESSEM PARA O SEU COMBOIO, O QUE FOI ATENDIDO.

(Fol. 3 v)

Termo de breanca/<sup>1</sup> Aos vinte e nove dias do mês de setembro/<sup>2</sup> da era de mil e setesentos e dois annos, nes-/<sup>3</sup>ta vila de Santa Anna das Cruzes de/<sup>4</sup> Mogi, em Câmara dela, se ajuntarão/<sup>5</sup> os senhores officiaes da Câmara para fa-/<sup>6</sup>zerem breanca. E logo foi perguntado/<sup>7</sup> pelo br[ea]ador mais velho se tinha que re-/<sup>8</sup>querer, e logo foi dito pelo procurador do con-/<sup>9</sup>celho, que visto a carta do Sr. corregedor,<sup>10</sup> em que pede o eimbio para vir em corre-/<sup>11</sup>ção, se chamaço aos homens que tem negros,<sup>12</sup> para que dêem cada qual o seu. E logo foram/<sup>13</sup> chamados, e cada hum deu o seu para o dito com-/<sup>14</sup>boi[o]. De que mandaram fazer este termo/<sup>15</sup> que asinaram; e eu, Brás da Silva o escrevi.<sup>16</sup> Antonio Delgado da Silva (a)/<sup>17</sup> Thome Moreira Velho (a)/<sup>18</sup> João Pais Florião (a)/<sup>19</sup> Antonio de Alvarenga (a)/<sup>20</sup>

- 5 ATA DE 11 DE OUTUBRO DE 1702 REFERENTE À ELEIÇÃO DE BARRETE, DETERMINADA PELO DESEMBARGADOR ANTONIO LUIS PELEIA, QUE NESTA VILA ESTAVA EM CORREIÇÃO ONDE ELEGERAM PARA JUIZ, JORGE DA COSTA PINA EM LUGAR DE ANTONIO LEITÃO POR ESTE ÚLTIMO HAVER MUDADO DE DOMICÍLIO.

Termo de breanca/<sup>21</sup> Aos doze dias dos mês de outubro, da era de mil/<sup>22</sup> e setesentos e dois annos, nesta villa de Santa Anna/<sup>23</sup> das Cruzes de Mogi, em Câmara desta vila, se a-/<sup>24</sup> juntarão os officiaes da Câmara a requerimento/<sup>25</sup> do povo (?) para se fazer hum juiz de barrete,<sup>26</sup> //(fol. 4 r) visto o juis Antonio de Oliveira Leitão/<sup>1</sup> mudar de domicilio, sendo de emleição, e/<sup>2</sup> não assistir neste domicilio, do que deram/<sup>3</sup> para o Sr Desembargador Antonio Luis Peleia,<sup>4</sup> ouvidor geral desta repartição, estando/<sup>5</sup> nesta vila em correição a que respondeu/<sup>6</sup> que hera bem assertado fazer ce o dito juis,<sup>7</sup> e que o que dita Câmara fizece. E ajunto/<sup>8</sup> com o dito povo o avia por bem feito, e os/<sup>9</sup> acharão na ocazião dezaceis homes, pouco/<sup>10</sup> mais ou menos, republicamos e todos ma-/<sup>11</sup> is forão chamados, e o juis, Sargento mor,<sup>12</sup> Antonio Delgado da Silva lhes foi dado/<sup>13</sup> juramento dos santos evangelhos em hum livro/<sup>14</sup> deles, para que fizecem o dito juis; e seus votos/<sup>15</sup> sam os seguintes:<sup>16</sup> Jorge da Costa Pina (15 votos)/<sup>17</sup> Sebastião da Fonseca Pinto (11 votos)/<sup>18</sup> Cappitam João Correa (1 voto)/<sup>19</sup> E logo se achou sahir Jorge da Costa Pina/<sup>20</sup> com quinze botos; e Sebastião da Fonseca Pinto com onze botos e o Cappitam João/<sup>22</sup> Correa com hum boto. E logo os ditos offi-/<sup>23</sup> ciais da Câmara, vendo os botos dos homes/<sup>24</sup> republicannos, mandaram chamar a/<sup>25</sup> Jorge da Costa Pina e lhe deram o juramento/<sup>26</sup> dos santos evangelhos em hum livro deles,<sup>27</sup> para que, bem e verdadeiramente, fizece seu/<sup>28</sup> juízo como Deos, e El Rei lhe encomenda.<sup>29</sup> E se prometeu asim fazer, de que/<sup>30</sup> //(fol. 4 v) de que mandaram fazer este termo/<sup>1</sup> em que todos assinaram. Eu, Brás/<sup>2</sup> da Silva Carneiro, escrivão da Câmara/<sup>3</sup> o escrevi.<sup>4</sup> Thomé Moreira Velho (a)/<sup>5</sup> João Pais Florião (a)/<sup>6</sup> Antonio Delgado da Silva (a)/<sup>7</sup> Jorge da Costa Pinna (a)/<sup>8</sup> Antonio de Alvarenna

Temudo (a)/<sup>9</sup>

- 6 ATA DE 19 DE NOVEMBRO DE 1702 QUE DISPÕE SOBRE A FEITURA DE ATERRADOS NA VILA, CONVOCANDO-SE CABOS E TENDO A CÂMARA MANDADO FAZER OS QUARTÉIS PARA OS MESMOS.

Termo de breança/<sup>10</sup> Aos dozanove dias do mês de nobembro (sic), da era/<sup>11</sup> de mil e setessentos e dois annos, nesta vila de/<sup>12</sup> Santa Anna das Cruzes de Mogy, no paço/<sup>13</sup> do concelho dela, se ajuntarão os officiaes/<sup>14</sup> da Câmara para fazer breança. E logo pelo/<sup>15</sup> breador mais velho, foi preguntado ao pre-<sup>16</sup>curador do concelho se tinha que requerer. E logo foi dito pelo precurador que se fizece/<sup>9</sup> o aterrado, e que se fizecem cabos para/<sup>10</sup> fazerem o dito aterrado; e logo os ditos/<sup>11</sup> officiaes da Câmara mandaram fazer/<sup>12</sup> coartéis para se fazer os ditos aterrados;/<sup>13</sup> de que mandaram fazer este termo/<sup>14</sup> que asinarão. Eu, Brás da Silva, o escrevy/<sup>15</sup> // // // // // <sup>16</sup> (fol. 5 r) Thomé Moreira Velho (a)/<sup>1</sup> Antonio Delgado da Silva (a)/<sup>2</sup> Antonio de Alvarenga Temudo (a)/<sup>3</sup>

- 7 ATA DE 09 DE DEZEMBRO DE 1702 EM QUE O PADRE VIGÁRIO APRESENTOU UMA PROVISÃO DO SR. BISPO PARA VIGÁRIO EN COMENDADO, O QUE OS OFICIAIS PUZERAM O "CUMPRAÇE".

Termo de breança/<sup>4</sup> Aos nove dias do mês de dezembro, de mil/<sup>5</sup> e setessentos e dois annos, nesta vila de Mogy,/<sup>6</sup> em pouzadas do juís ordinário, digo, bre-/<sup>7</sup> ador mais velho, se ajuntarão os officiaes/<sup>8</sup> da Câmara para fazer breança. E logo foi/<sup>9</sup> preguntado pelo breador mais velho ao/<sup>10</sup> precurador, se tinha que requerer. E logo foi/<sup>11</sup> e logo foi (sic) dito pelo procurador do concelho que/<sup>12</sup> não tinha que requer[er]; e logo apareceu o padre vigário,/<sup>13</sup> e apresentou o padre vigário huma provizão do Sr Bispo,/<sup>14</sup> padre vigário encomendado, e lhe puzerão o cum-/<sup>15</sup> praçe. De que mandaram fazer este termo que/<sup>16</sup> asinaram. Eu, Brás da Silva Carneiro, escri-/<sup>17</sup> vão da Câmara o escrevi./<sup>18</sup> Thomé Moreira Velho (a)/<sup>19</sup> Antonio Delgado da Silva (a)/<sup>20</sup> Jorge da Costa Pinna (a)/<sup>21</sup>

Transcrição Paleográfica:  
MARIZE HELENA CAMPOS  
ELOY LIMA SANTOS

#### RECEITA E DESPESA - 1717 a 1805

- 8 LANÇAMENTO DO DÉBITO DO CAPITÃO MANOEL PEREIRA DE LIMA, AUSENTE NAS MINAS, NO VALOR DE 2080 RÉIS QUE OS OFICIAIS DA CÂMARA MANDARAM COBRAR EXECUTIVAMENTE. LANÇAMENTO DE UM DÉBITO DO CAPITÃO MANOEL PINTO RAMILLO, NO VALOR DE 32560 RÉIS EM QUE FOI GLOZADO. LANÇAMENTO DE UM DÉBITO DO PROCURADOR DOMINGOS NUNES, NO VALOR DE 18540 RÉIS COM QUE FOI GLOZADO. RECIBO DO PROCURADOR ATUAL, SANTOS MARTINS, DA DÍVIDA ACIMA DE 18540 RÉIS; E OUTRO RECIBO DO MESMO PROCURADOR DA DÍVIDA DE 32560 RÉIS.

(fol. 49 v)

+ / Acha-se a fs. 38 v, ter o capitam/<sup>1</sup> Manoel Pereira de Lima, ausente nas Minas,/<sup>2</sup> na fs. 39 v, recebido do procurador do/<sup>3</sup> Conselho, o Capitam António Gonsalvez

Naves,/<sup>4</sup> 2080 réis, com que se saie - (a margem direita: 2080)/<sup>5</sup> os quais mando que os officiaes da Câ-/<sup>6</sup> mera cobrem executivamente pela sua/<sup>7</sup> fazenda./<sup>8</sup> Outrosi ordeno que os ditos officiaes co-/<sup>9</sup> brem pela fazenda do Capitam Manoel Pin-/<sup>10</sup> to Ramillo 32560, com que se saie - (a margem direita: 32560)/<sup>11</sup> em que foi glozado, como se pode ver/<sup>12</sup> a fs. 32 v./<sup>13</sup> Ultimamente farão os officiaes da/<sup>14</sup> Câmara cobrar executivamente pela fazenda/<sup>15</sup> do procurador Domingos Nunes, 18540 réis, com/<sup>16</sup> que se sae - (a margem direita: 18540)/<sup>17</sup> em que foi glozado, como consta a/<sup>18</sup> fs. 29./<sup>19</sup> Sylva (rubrica)./<sup>20</sup> Resebio o procurador atual, Santos/<sup>21</sup> Martins, do procurador pasado, Domingos Nu-/<sup>22</sup> nes Rodrigues, a coantia asima dita, de de-/<sup>23</sup> zoito mil e quinhentos e corenta réis/<sup>24</sup> e por firmeza do referido se assigna-/<sup>25</sup> rão. Eu, Verísimo Cordeiro de Vasconcelos, escrivão (a margem direita: //18540)/<sup>26</sup> da Câmara que o escrevi./<sup>27</sup> Belbezen (rubrica)/<sup>28</sup> Delgado (rubrica)/<sup>29</sup> Nogueira Candia (rubrica)/<sup>30</sup> Martins (rubrica)./<sup>31</sup>

(fol. 50 r)

+ / Resebio o procurador actual, Santos/<sup>1</sup> Martiñs, do Capitam Manoel Pinto Ra-/<sup>2</sup> millo, trinta e dois mil e quinhent-/<sup>3</sup> tos e sesenta réis, em os vinte e seis de/<sup>4</sup> julho de 1717 annos, e per firmeza do asi-/<sup>5</sup> mado (?), se assignaram todos juntos os/<sup>6</sup> ditos officiaes da Câmara. E eu, Verísimo/<sup>7</sup> Cordeiro de Vasconcelos, escrivão delle que o es- (a margem direita: // 32560 réis)/<sup>8</sup> crevy. Belbezen (rubrica) Delgado (rubrica)/<sup>9</sup> Nogueira Candia (rubrica)/<sup>10</sup> Martins (rubrica)/<sup>11</sup>

Transcrição Paleográfica:  
PROF. MARIA APARECIDA ANTUNES PEREIRA  
PROF. TERESA RODRIGUES

#### TERMOS DE ELEIÇÕES - 1742 a 1765

- 9 TERMO DE ELEIÇÃO DE 1º DE JUNHO DE 1743, ONDE O JUIZ PRESIDENTE, ANTONIO CORREIA PINTO E OS DEMAIS OFICIAIS DA CÂMARA NOMEARAM PARA ALMOTACÉIS: ANTONIO DE GOIS, JOÃO DA FONSECA, ANTONIO DE FONTES, SALVADOR DA CUNHA, SALVADOR DE MATOS E JOÃO DOMINGUES DE CARVALHO.

//(fol. 4 v) Termo de como se procedeu/<sup>1</sup> eleicam para se fazerem al-/<sup>2</sup> motacéis, ao primeiro do mês/<sup>3</sup> de junho, de mil e cetecentos e/<sup>4</sup> corenta e três annos./<sup>5</sup> Ao primeiro dia do mês de junho, de mil e/<sup>6</sup> cetecentos e corenta e três annos, nesta/<sup>7</sup> vila de Santa Anna das Cruzes de/<sup>8</sup> Mogi, em os pacos (sic) e conselhos de-/<sup>9</sup> la, ad[on]de se ajuntaram o juis pre-/<sup>10</sup> zidente, Antonio Correia Pinto e os mais/<sup>11</sup> ofeciaes ofecias (sic) da dita Câmara, e por e[ss]te/<sup>12</sup> foi nomiado aos ditos almotacéis,/<sup>13</sup> e saber: o juis ordinário, Antonio Correia/<sup>14</sup> Pinto, por almotacel; Antonio de/<sup>15</sup> Gois, o veriador mais velho, Mano-/<sup>16</sup> el da Fonseca Velho, nomio [u] a Joam/<sup>17</sup> da Fonseca; o veriador Joam Soares,/<sup>18</sup> nomiou Antonio de Fontes;/<sup>19</sup> veriador Dominguos da Cunha, nomiou/<sup>20</sup> Sal- vador da Cunha; o procurador no-/<sup>21</sup> miou Salvador de Matos, e eu, Carillos/<sup>22</sup> José de Campos, escrivam da Câmara, no-/<sup>23</sup> meio a Joam Domingos de Carvalho./<sup>24</sup>

Antonio de Gois para para (sic) julho, /<sup>25</sup> João da Fonceca para agosto, /<sup>26</sup> Antonio de Fontes para setembro, /<sup>27</sup> Salvador da Cunha para outubro, /<sup>28</sup> Salvador de Matos para nobembro (sic) /<sup>29</sup>

**(Fol. 5 r)**

Joam Domingues de Carvalho para dezembro. /<sup>1</sup> E deram os ditos almotacéis por bem eligi- /<sup>2</sup> dos. Do que mandaram fazer este termo de /<sup>3</sup> eleicam que assim o mandaram fazer. /<sup>4</sup> E eu, Carllos Jose de Campos, escrivam da /<sup>5</sup> Câmara que o escrevi. /<sup>6</sup> Pinto (rubrica) /<sup>7</sup> Coelho (rubrica) /<sup>8</sup> Soares (rubrica) /<sup>9</sup> Lobo (rubrica) /<sup>10</sup> Car dozo (rubrica) /<sup>11</sup>

**IO TERMO E FORMA DE ELEIÇÃO DE BARRETE DE 1º DE SETEMBRO DE 1743, ONDE ELEGERAM PARA JUIZ, ANTONIO DE FONTES BARBOSA, EM LUGAR DO CAPITÃO JOÃO DOS SANTOS SILVA, POR ESTE TER IDO PARA MINAS GERAIS.**

Termo de como se porcedeu /<sup>12</sup> eleicam de barrete em lugar /<sup>13</sup> do capitam João dos Santos Silva. /<sup>14</sup> Ao primeiro dia do mês de setembro, de mil e setecentos /<sup>15</sup> e corenta e três annos, nesta villa de Santa Anna /<sup>16</sup> das Cruzes de Mogi, em os pacos do concelho dela, adon- /<sup>17</sup> de se ajuntaram os ofeciais, digo, o juiz presiden- /<sup>18</sup> te, Antonio Correia Pinto e mais ofeciais des- /<sup>19</sup> ta Câmara abaixo acinados, para efeito de /<sup>20</sup> ce porceder aleisam de juiz de barrete, em lugar do /<sup>21</sup> que se foi para as Minas Jerais. E sendo para este efei- /<sup>22</sup> to se convocaram os homeñs, todos aqueles que se a- /<sup>23</sup> // (Fol. 5 v) que se acharan nesta vila, todos republi- /<sup>1</sup> canos, e se tratou entre todos a dita eleicam, /<sup>2</sup> e de cumum voto (?) pelo povo, o que assim /<sup>3</sup> mandaram os ditos ofeciais, concordando en- /<sup>4</sup> tre cim dipois de ter hido a votos pelo povo, a /<sup>5</sup> ao que levava a mais votos. Como na eleisam /<sup>6</sup> se verá em que ficaram por higoal, Antonio /<sup>7</sup> de Fontes com cinco votos, Sebastiam Nunes /<sup>8</sup> cinco votos, Domingos Pimenta cinco votos. /<sup>9</sup> Joam Domingues de Carvalho cinco votos, e como /<sup>10</sup> estes estavam higoais, Comcordaram os ditos ofeciais /<sup>11</sup> e escolheram que focce dezempatado pelo dito juiz, /<sup>12</sup> pelo coal foi dezen patado, por fé a Antonio /<sup>13</sup> de Fontes Barboza, no coal votaram os mais ve- /<sup>14</sup> riadores, de que sahio e houveram por bem feito. /<sup>15</sup> E logo mandaram buscar pa- ra lhe darem ju- /<sup>16</sup> ramento dos Santos Evangelhos, pa- ra servir a dita /<sup>17</sup> a lei pocam. De que mandaram fazer este termo /<sup>18</sup> de ileicam, em que acinaram acima, o manda- /<sup>19</sup> ra fazer em que acinaram. E eu, Carllos Joze /<sup>20</sup> de Campos, escrivam desta Câmara que o escre- vi. /<sup>21</sup> Pintto (rubrica) /<sup>22</sup> Coelho (rubrica) /<sup>23</sup> Soares Lobo (rubrica) /<sup>24</sup> Cardozo (rubrica) /<sup>25</sup>

**(Fol. 6 r)**

Forma de como se porcedeu emleicam de /<sup>1</sup> barrete na peca de Antonio de Fontes /<sup>2</sup> Marcelo Correia (2 vo- tos) /<sup>3</sup> Antonio de Godoi (1 voto) /<sup>4</sup> Antonio de Fontes (5 votos) /<sup>5</sup> Sebastiam Munis (5 votos) /<sup>6</sup> Domingos Pimenta (5 votos) /<sup>7</sup> João Domingos de Carvalho (5 vo- tos) /<sup>8</sup> Domingos Fernandez (1 voto) /<sup>9</sup> Antonio Coelho

de Azevedo (1 voto) /<sup>10</sup> Vericimo João (1 voto) /<sup>11</sup> Ma- noel Machado (2 votos) /<sup>12</sup> Inacio de Moraes (1 vo- to) /<sup>13</sup> Pedro Nunes (1 voto) /<sup>14</sup> Antonio da Cunha Gago (3 votos) /<sup>15</sup> e desta maneira houveram eles, ditos ofeciais, a /<sup>16</sup> emleicam por bem feita. E assim a man- da- /<sup>17</sup> ram fazer em escolhe o juiz ordinário, coal /<sup>18</sup> dos que tinham mais votos havia de ser juiz. E co- mo /<sup>19</sup> coatro heram por higoal, hentre todos escolhe- ram /<sup>20</sup> Antonio de Fontes, em que todos os ditos ofe- /<sup>21</sup> ciais o aseitaram para servir a dita o /<sup>22</sup> // (Fol. 6 v) A dita ocupacom, e o mandaram logo /<sup>1</sup> chamar para se lhe dar juramento para /<sup>2</sup> poder servir o dito cargo. Do que de tudo /<sup>3</sup> isto mandaram os di- tos ofeciais fa- /<sup>4</sup> zer este termo de eleicam, em que /<sup>5</sup> asinaram. E eu, Carllos Joze de Campos, /<sup>6</sup> escrivam desta Câmara que o escrevi. /<sup>7</sup> Tornaram aqui [a] asi- nar os ofisiais por asina- /<sup>8</sup> rem por en enganados (sic). /<sup>9</sup> Pintto (rubrica) /<sup>10</sup> Coelho (rubrica) /<sup>11</sup> Soa- res (rubrica) /<sup>12</sup> Lobo (rubrica) /<sup>13</sup> Cardozo (rubri- ca) /<sup>14</sup>

Transcrição Paleográfica:  
PROF. SILVANA DIAS SOARES TEIXEIRA

**REGISTROS DE ALVARÁS - 1732 a 1749**

**II ALVARÁ DE 19 DE MARÇO DE 1732, PELO QUAL O REI DE PORTUGAL ORDENA O ESTABELECIMENTO DE JUÍZES DE ÓRFÃOS TRIENAIS, SEPARADOS DOS JUÍZES ORDINÁRIOS, "SOMENTE NAS VILAS (...) QUE TIVEREM COATROSENTAS VEZINHOS NO SEU DESTRIITO; E NAS VILAS MENORES, "AONDE CO MODAMENTE PUDER HUM JUÍZ DOS ÓRFÃOS SERVIR EM DEFÉ- RENTES VILLAS, SE CRIE TAMBÉM SEPARADOS (...)", CON- TANDO QUE NA JURISDIÇÃO TOTAL DESSAS PEQUENAS VILAS O NÚMERO DE VEZINHOS TAMBÉM NÃO SEJA INFERIOR A QUATROCENTOS. DETERMINA AINDA O MESMO ALVARÁ QUE FOSSEM CRIADOS ESCRIVÃES DOS ÓRFÃOS SEPARADAMENTE, TAMBÉM SOB A MESMA ALEGAÇÃO ACIMA DESCRITA, E, POR ÚLTIMO, ESTABELECE O CRITÉRIO DOS SALÁRIOS COMPETENTES.**

**(Fol. 6 r)**

Resisto de Regimento /<sup>21</sup> Por o (?) (sic) teor hé o se- guinte. /<sup>22</sup> Eu, el rei, faço saber aos que es- /<sup>23</sup> te meu alvará virem que sendo- (?) /<sup>24</sup> me apresenta [do] os mutivos (?) que ouve /<sup>25</sup> para neste reino, nestes rei- no (sic) serem /<sup>26</sup> creados juizes de órfãos separa- dos /<sup>27</sup> dos juizes ordinários, o que pellas mes- /<sup>28</sup> mas ma (sic) rezois hera comveneente /<sup>29</sup> // (Fol. 6 v) conveniente os ouvesse no Brazil pois, /<sup>1</sup> as ocaziois dos juizes ordinários e ta- /<sup>2</sup> baliains lhes nam davam lugar apro- /<sup>3</sup> ver (sic), com o preçiso cuidado sobre as poses /<sup>4</sup> e bens dos órfãos dos órfãos (sic) e atenden- /<sup>5</sup> do a ser esta matéria muito impor- /<sup>6</sup> tante ao bem público e no que este /<sup>7</sup> respeito se me consul- tou pello meu /<sup>8</sup> Conselho Ultramarino, sendo ouvi- /<sup>9</sup> do o procurador de minha coroa, foi /<sup>10</sup> servido orde- nar-se estabaleçerem /<sup>11</sup> no Brazil, juizes dos órf- ãos tria- /<sup>12</sup> nais, separados dos juizes ordiná- /<sup>13</sup> rios, tam somentes na [s] villas que /<sup>14</sup> tiverem coa- trosentos vezinhos no /<sup>15</sup> seu destriito, e dahy para sima, /<sup>16</sup> em cada huma das coais haja hum juiz /<sup>17</sup> dos órfãos seaparado dos iuizes or- /<sup>18</sup> dinários, mais que

nas outras villas/<sup>19</sup> menores aonde comodamente poder/<sup>20</sup> hum juiz dos órfãos servir em deferen-/<sup>21</sup>tes villas; se crie também separado,<sup>22</sup> contanto que na sua jurisdição não/<sup>23</sup> tenha menos de coatosentos ve-  
zinhos,<sup>24</sup> e por na mesma forma, se criem/<sup>25</sup> escri-  
vaens dos órfãos separados/<sup>26</sup> em número suficiente,  
com decla-/<sup>27</sup>raçam que, nas villas onde ouver/<sup>28</sup> juí-  
zes de fora, seriam também dos/<sup>29</sup> órfãos; e por ser  
conveniente-/<sup>30</sup> // (Fol. 7 r) emte se estabeleçer tam-  
bém aos juizes e offeçiais/<sup>1</sup> dos mesmos órfãos do  
Brasil selários compe-/<sup>2</sup>tes, fui outrosim servido  
se lhes dese o/<sup>3</sup> regimento que nesta parte devem ob-  
servar,<sup>4</sup> na forma seguinte:<sup>5</sup> O juiz dos órfãos,  
por fazer coaqual (sic)/<sup>6</sup> partilha, levará somente  
dez réis por/<sup>7</sup> milheiro da fazenda partida, até a  
con-/<sup>8</sup>tia de sem mil réis, em que deve mil/<sup>9</sup> réis; e  
nam levará mais se a fazenda nam/<sup>10</sup> chegar a valer  
hum conto de réis, e chegan-/<sup>11</sup>do a esta coantia le-  
vará dois mil réis; e/<sup>12</sup> nam levará mais enquanto a  
fazenda nam/<sup>13</sup> valer dois contos de réis, e chegan-  
do a/<sup>14</sup> esta coantia levará três mil réis ao/<sup>15</sup> mos-  
trarem outra qualquer coantia/<sup>16</sup> major de fazenda  
que partir entre/<sup>17</sup> os erdeiros.<sup>18</sup> Os partedores te-  
ram, ambos juntos,<sup>19</sup> outro tanto selário como tem o  
juiz, e este/<sup>20</sup> levará de tomar as contas aos tuto-  
res e/<sup>21</sup> curadores, outro tanto de selário como/<sup>22</sup>  
tem de fazer a partilha, levando a dez/<sup>23</sup> réis por  
milheiro do rendimento/<sup>24</sup> da fazenda dos menores ou  
a sem réis/<sup>25</sup> por cada menor de que tomar conta,  
coal/<sup>26</sup> o juiz mais quizer; de caminhos, e asi-/<sup>27</sup>  
gnaturas, [e] cellos, terá o mesmo que ti-/<sup>28</sup> ver o  
juiz ordinário; e de inquerir tes-/<sup>29</sup>temunhas, o mes-  
mo que o enqueridor;<sup>30</sup> e de contar os autos, coando  
lhe compe-/<sup>31</sup>ter, terá o mesmo que o contador; os es-  
crivais dos órfãos levaram o mesmo/<sup>1</sup> que os mais  
escrivais de judicial; e aos/<sup>2</sup> avaliadores, mandara o  
juiz dos orffãos/<sup>3</sup> pagar os dias que percizamente gas-  
tarem nas avaliações dos bens na mes-/<sup>4</sup>ma forma que se  
pagar na mesma/<sup>5</sup> terra aos offeçiais de semelhantes o-  
ffeições e condições que tiveram os mes-/<sup>6</sup>mos  
avaliadores, os coais devem ser pe-/<sup>7</sup>ssoas da terra  
aonde estiverem os bens e/<sup>8</sup> fazendas avaliadas,  
para saberem dar-/<sup>9</sup> lhes a verda deira estimacam;  
e os juizes/<sup>10</sup> dos órfãos nam vam fora da terra a fa-  
zer/<sup>11</sup> deligençias sem neseçidade, para/<sup>12</sup> que nam  
façam despesas supérfluas;<sup>13</sup> as partes e ouvidores  
quando forem em correi-/<sup>14</sup>çam examinem esta matéria,  
e acham-/<sup>15</sup>do que os juizes dos órfãos desne-  
cessaria-/<sup>16</sup>mente levaram selários dos caminhos/<sup>17</sup>  
lhes façam repor. Contudo, o mais que a-/<sup>18</sup>qui se  
nam acha declarado, observe o juiz/<sup>19</sup> dos órfãos o que  
se acha desposto na or-/<sup>20</sup>denaçam do Reino.<sup>21</sup> Pello  
que mando a todos os ouvi-/<sup>22</sup>dores do estado do Brazil  
cumpram e facam/<sup>23</sup> comprir tudo o que neste alvará e  
regimen-/<sup>24</sup>to se contém, fazendo-se eleiçam das pe-  
ssoas que hajam de servir es-/<sup>25</sup>tes offícios de/<sup>26</sup>  
juizes de órfãos; quando se fa-/<sup>27</sup>rem as/<sup>28</sup> eleicois dos  
mais offeçiais de juistissa,<sup>29</sup> e na forma que despõem a  
ordenaça/<sup>30</sup> // (Fol.

8 r) ordenaçam dele, primeiro títollo, sento e se-  
nte, elegendo os eleitores huma pessoa apta/<sup>2</sup> pa-  
ra servir este offício pello tempo de/<sup>3</sup> três annos,  
a coal será depois aprovada pello/<sup>4</sup> ouvidor na mesma  
forma que forem as mais/<sup>5</sup> juistissas, porque neste  
juizo dos órfãos/<sup>6</sup> se praticará o mesmo que nos or-  
dinários/<sup>7</sup> em coanto a ser aprovado e confirmado  
pe-/<sup>8</sup>lla mesma parte, e dará fiança na forma/<sup>9</sup> da or-  
denaçam e servirá três annos, no fim/<sup>10</sup> dos coais  
lhe tirará o ouvidor rezidência/<sup>11</sup> e os seus  
offeçiais, da mesma sorte que os pro-/<sup>12</sup>vedores de-  
vem fazer neste Reino aos juí-/<sup>13</sup>zes dos órfãos per-  
pétuos; e sem embargo dis-/<sup>14</sup>to, am de estar ssogei-  
tos às deyassas gerais/<sup>15</sup> que annualmente devem os ou-  
vidores/<sup>16</sup> tirar dos ofeçiais de juistissa; ainda  
que nam/<sup>17</sup> deixem de servir juiz offícios que nam ti-  
ve-/<sup>18</sup>rem culpa formada, terem a vacatu-/<sup>19</sup>ra os mais  
offeçiais na forma da lei. E/<sup>20</sup> quando hum juiz ou-  
ver de servir em defe-/<sup>21</sup>rente villas, será em cada  
treano (?) elei-/<sup>22</sup>to em huma das villas em que há  
de ser-/<sup>23</sup>vir alternadamente, prencipiando/<sup>24</sup> a elei-  
çam no primeiro triennio/<sup>25</sup> mais antiga, de sorte  
que igualmen-/<sup>26</sup>te entrem as villas nesta eleiçam  
de/<sup>27</sup> juizes dos órfãos, havendo nellas pe-/<sup>28</sup>ssoas  
aptas pera este offício, o que tudo/<sup>29</sup> se há de pra-  
cticar nas çidades e villas/<sup>30</sup> em que inda nam ouver  
juizes dos ór-<sup>31</sup>ffãos proprietários postos ppr  
mim/<sup>32</sup> // (Fol. 8 v) por mim; e enquanto eu nam man-  
dar/<sup>1</sup> pessoas que hajam de servir estes/<sup>2</sup> ofeçios de  
juizes dos órfãos, e man-/<sup>3</sup>daram os ditos ouvidores  
resistar/<sup>4</sup> este alvará e regimentos nos li-/<sup>5</sup>vros  
das câmeras de todas as villas/<sup>6</sup> de sua jurdicam, pa-  
ra constar, o que/<sup>7</sup> nelle ordeno ao juizes dos ór-  
ffãos, será obrigados a ter cópia/<sup>8</sup> delle na mesma  
forma que sam/<sup>9</sup> obrigados a ter o seu regimen-  
to/<sup>10</sup> e hei por bem que este se cumpra/<sup>11</sup> e goar [de]  
defintivamente como nelle/<sup>12</sup> se contém, sem embargo  
da orde-/<sup>13</sup>nacam do livro segundo, títollo/<sup>14</sup> coren-  
ta e coatro, valerá como car-/<sup>15</sup>ta e nam pasará pel-  
la chancela-/<sup>16</sup>ria, sem embargo da mesma orde-/<sup>17</sup>naçam  
de livro segundo, títollo/<sup>18</sup> trinta e nove, em  
contrário, lixboa/<sup>19</sup> Ocidental (sic), a dois de  
maio de 1732.<sup>20</sup> R.E.Y.<sup>21</sup> // 22

Alvará por que Vossa Magestade há por/<sup>23</sup> bem ordenar  
se estabalecam/<sup>24</sup> no Brazil juizes dos órfãos  
trie-/<sup>25</sup>nais, separados dos juizes ordiná-/<sup>26</sup>rios,  
tam somente nas villas/<sup>27</sup> // (Fol. 9 r) villas que ti-  
verem coatosentos vezinhos/<sup>1</sup> no seu destrito, e da-  
hy para cima, em ca-/<sup>2</sup>da huma das coais haja hum  
juiz dos/<sup>3</sup> órfãos, separado dos juizes ordiná-  
rios;<sup>4</sup> mas que nas outras villas menores,<sup>5</sup> aonde co-  
modamente puder hum juiz/<sup>6</sup> dos órfãos servir em de-  
ferentes vi-/<sup>7</sup>llas, se crie também separado, comtan-  
to/<sup>8</sup> que na sua jurisdição mantenha/<sup>9</sup> menos de coa-  
trosentos vezinhos; e que/<sup>10</sup> na mesma forma se criem  
escrivais/<sup>11</sup> dos órfãos, separados em núm[er]o  
su-/<sup>12</sup>ficiente, com declaraçam que nas/<sup>13</sup> villas on-  
de ouver juizes de fora se-/<sup>14</sup>ja estes também dos  
órfãos, como/<sup>15</sup> neste se declara pera Vossa Magesta

de/16 ver./17 Por resolução de Sua Magestade, de/18 de sanove de março de 1732, em/19 consulta do Conselho Ultramarino/20 de dois de dezembro de mil e setesentos/21 e trinta// Joseph de Carvalho Abreo/22// Joam de Souza// o secretário/23 Manoel Caetano Lopes da La-/24bra o fez escrever.// Rezistado/25 a fls. 261 do Lº 7 de provizois/26 da secretaria do Conselho Ultramari-/27no. Lisboa Ocidental, onze de/28 maio de 1732// Manoel Cae-/29tano Lopes da Lavra//Joam ta-/30 // (Fol. 9 v) Joam Tavares o fez// e na [a] se continua/1 mais no dito regimen [to] que eu,/2 escrevam da Câmara, o tr [a] nladei/3 e o rezistei na forma que nella/4 se acha escripto tudo bem e fiel-/5 mente e me asignei, em os vinte/6 e seis dias dos mês de abril [de] 732./7 Verísimo Cordeiro de Vasconcelos (a)/8

**Mogi das Cruzes, Livros de Registros da Câmara de 1732 a 1749.** Compõe-se este livro de 76 p., numeradas e rubricadas no canto superior direito com a rubrica Candia. A numeração tem início na quinta p. Não há termo de abertura ou encerramento. O livro está envolto numa capa de papelão, resultado de uma encadernação posterior. As folhas medem 30,0/32,00 cm e seu estado de conservação é bom. Divisão de Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal.

Transcrição Paleográfica:  
LILIAN ALVES MACEDO  
ARLENE FARIA RAPHALL SILVA

## REGISTROS DE BANDOS - 1752 a 1829

- 12 CÓPIA DO BANDO DO GENERAL GOMES FREIRE DE ANDRADE, PASSADA NO RIO DE JANEIRO AOS 16 DE JANEIRO DE 1752, ONDE TRATA DAS CONDIÇÕES PARA ESTIMULAR O POVOAMENTO DAS ALDEIAS QUE SE ENCONTRAVAM POVOADAS PELOS PADRES DA COMPANHIA, NO EXTREMO SUL, APÓS O AJUSTE DA DIVISÃO DAS TERRAS DE PORTUGAL E ESPANHA NA AMÉRICA. COPIADO NA VILA DE MOGI, AOS 12 DE MARÇO DE 1752, PELO ESCRIVÃO ANTONIO MONIZ Jezu MARIA.

(Fol. 3 r)

Cópia do Bando do Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor General Gomes Frei-/1re de Andrade, sobre o estabelecimento dos que quizerem hir/2 povoar as aldeas dos Reverendíssimos Padres/1 da Companhia, na re partição/3 das terras das Coroas de Portugal e Castella./4 Gomes Freire de Andrade, do Concelho de Sua Magestade,/5 Mestre de Campo, General de seus exércitos, Governador e Capi-/6tam general das Capitánias do Rio de Janeiro com o governo/7 das Minas Gerais, etc. Porquanto Sua Magestade foi servido/8 ajustar com a corte de Madrid a divizem de ambas as/9 monarchias na América, cedendo El Rei Cathólico pella parte/10 meridional as terras que correm do ribeiro de Castilhos, gran-/11de, cabeceiras do Rio Negro e Ubi qui, e baixando pello seo/12 curso [a] thé entrar no Uruguahí, sobe por este rio fazendo divi-/13zam as duas monarchias, ficando a parte de Sua Magesta-/14de Fidelíssimas cedidas por El Rei Cathólico, as sette Aldeas/15 que os padres da companhia tem estabelecido desta parte/16 e o mais terreno que athé agora

foi duvidoso, e subindo a/17 demarçam pello dito Rio Uruguahí, sobe também pe-/18llo Piquiri e vai por terra do Rio Grande da Curitiba/19 e decendo por elle entra na Paraná e subindo por este/20 assima vay buscar o Rio Uguirehy e de suas cabeceiras por/21 terra pasa o certam a buscar o Rio Corrientes, e por elle bai-/22xa [a] thé entrar no Paragoay pello qual sobe [a] thé chegar/23 a lagoa Xarays de onde nasse o dito Rio e se segue a/24 mais demarcação para a parte do Pará como está esta-/25 balecida pello referido tratado. Faço saber a toda a pessoa/26 que se quizer com a sua família ou sem ella estabale-/27cer nas ditas terras, tanto nas Sette Aldeas que hoje se achão/28 povoadas e os padres entregam inteiras em cazas, como nas/29 mais terras que dellas correm para Castilhos, Rio Grande e/30 Santa Catherina lhe concedo, em nome de Sua Magesta-/31de, o mesmo mantimento, subsistência, ferramenta e mais/32 conveniências que o dito Senhor tem concedido aos cazaes/33 que mandou tirar nas Ilhas e ao presente estão na de Santa/34 // (Fol. 3 v) Santa Catherina dando-se-lhe maior número de gados e é-/1goas que os a estes na dita Ilha são permitidos, e além/2 das referidas conveniências se permite a qualquer pessoa/3 que com sua família, ou só, se for estabelecer nas ditas/4 terras o não possam [no termo de três annos] executar pe-/5llas dividas, que [a] thé o presente tiver contrahido, e que se/6 entenderá, continuando a rezidir nos ditos [e] stabalecimen-/7tos com declaração deste privilégio, não gozaram aque-/8llas pessoas que se levantarem ou fugirem com fazenda alhea/9 para as ditas Aldeas e mais terras, a qual logo poderam ha-/10ver-se os donos, procedendo-se contra quem o roubo fizer. To-/11das as mais pessoas que se quizerem estabelecer nas terras/12 que correm para o Cuyabá, cedidas na dita demarcação,/13 se concedem as mesmas graças, privilégios, liberdades/14 e as mais conveniências e izenções que se concederam/15 aos estabalecidos em Matto Grosso, e para que cada hum/16 possa saber com individuas as conveniências e privilégios que são concedidos aos que fizerem os referidos es-/18tabalecimentos, declaro que nas mãons dos ouvidores das/19 comarcas de São Paulo, Parnagoá e do Coronel Christovão/20 Pereira se acham as cópias das provizoens e ordens de Sua/21 Magestade em que concede o referido; e toda a pessoa ou/22 família que se resolver passar a este estabelecimento-/23to marchará ao Rio Grande de São Pedro ou a Castilho,/24 aonde estarey para dar as providências que forem pre-/25cizas para a sua acomodação; e para que chegue a no-/26ticia de todos, mandey lançar este bando, a som de cay-/27xas, na prassa de Santos, São Paulo e Parnagoá que se/28 rezistará nesta Secretaria do Governo e nas mais partes/29 referidas. Dado nesta cidade de São Sebastião do Rio/30 de Janeiro, em os dezaceis de janeiro de mil settecentos e/31 sicenta e dous. O Secretário do Governo, Antonio da/32 Rocha Machado, o fez escrever// Gomes Freire de Andra-/33de// Rezistado no livro décimo quinto

das ordens do Go-<sup>34</sup>verno a folhas trinta e cinco. Rio, a dezaceis de janeiro de<sup>35</sup> // (Fol. 4 r) mil setecentos e sincoenta e dous. // Antonio da Rocha<sup>1</sup> Machado. // Rezistada no livro dos rezistos da Câmara da<sup>2</sup> villa de Goratinguetá, a folhas trinta e três, em sette de fe-<sup>3</sup>vereiro de mil settecentos e sincoenta e dous annos. Manoel<sup>4</sup> Gomes de Syqueira // Rezistada no livro dos rezistos da Câ-<sup>5</sup>mera da villa de Taubathé, a folhas sincoenta e hua. Tauba-<sup>6</sup>thé, dezacete de fevereiro de mil settecentos e sincoenta<sup>7</sup> e dous annos. // Damazo Alvres de Abreu. // Rezista do no li-<sup>8</sup>vro dos rezistos da Câmara da villa de Jacarehy, a folhas no-<sup>9</sup>venta e três verso, em vinte e sette de fevereiro de mil se-<sup>10</sup>ttecentos e sicoenta e dous. Pedro Matheos Pereira La-<sup>11</sup>ssos. // E nam se continha mais em o dito bando<sup>2</sup> do qual<sup>12</sup> extrahí esta cópia, bem e fielmente, e está sem cou-<sup>13</sup>za que dúvida fassa pello ler, correr, conferir e a elle me<sup>14</sup> reporte em fé de que me assigno. Nesta villa de San-<sup>15</sup>ta Anna das Cruzes de Mogi, aos doze dias do mês de mar-<sup>16</sup>ço de mil settecentos e sincoenta e dous. Eu, Antonio Mo-<sup>17</sup>niz Jesu Maria, escrivam Câmara o escrevi e assignei.<sup>18</sup> // (1ª Col.) Conferido por mim, escrivam<sup>19</sup> Antonio Moniz de Jesu Maria (a)<sup>20</sup> Moniz (rubrica)<sup>21</sup> // (2ª Col.)

NOTA 1: Na folha 3, linha 3, "Reverendissimos Padres", está abreviado "R.R.P.P.", de acordo com o uso da época.

NOTA 2: Na folha 4, linha 12, a palavra "bando" aparece rasurada pelo escrivão, dando a impressão de "bantho"; optamos pela transcrição corrente, para facilitar a leitura do texto.

Transcrição Paleográfica:  
LUIZ CARLOS DE FREITAS  
MARTA APARECIDA DE SOUZA LOPES

## DOCUMENTOS - SÉCULO XIX

### AVULSO - 1833

- 13 COMUNICADO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR, DE 2 DE JULHO DE 1833, ONDE DETERMINA A ORGANIZAÇÃO DAS GUARDAS NACIONAIS NAS VILAS DA PROVÍNCIA, DIANTE DA POSSIBILIDADE DE AS FORÇAS RESTAURADORAS DO IMPÉRIO PROMOVEREM A VOLTA DO EX-IMPERADOR PEDRO I DE PORTUGAL PARA O BRASIL, SOB A ALEGAÇÃO DE QUE "A RESTAURAÇÃO SERIA INJURIOSA À NAÇÃO BRASILEIRA, PORIA EM RISCO O THRONO CONSTITUCIONAL DO SENHOR D. PEDRO 2º".

(Fol. s/nº r)

Constando-me pela mensagem que a Regência em nome do Im-<sup>1</sup>perador o Senhor Dom Pedro 2º fez do Corpo Legislativo, e pelas<sup>2</sup> comunicações officiaes que me foram dirigidas por ordem da<sup>3</sup> mesma Regência os motivos que há para suspeitar-se, que o<sup>4</sup> ex-Imperador Dom Pedro tenta vir a este Império, quando<sup>5</sup> mallogrem-se suas esperanças em Portugal, à testa do seu Exérci-<sup>6</sup>to, composto de foragidos estrangeiros, alimentando quiméricas<sup>7</sup> esperanças de torná-lo a escravizar, e devendo estar-se preve-<sup>8</sup>nido contra tentativas de similhante natureza, como pede<sup>9</sup> a seguran

ça, e dignidade nacional, e em tal cazo repellir a<sup>10</sup> força com a força, e sustentar o systema jurado à custa de to-<sup>11</sup>dos os sacrificios, por isso que a restauração, além de quanto<sup>12</sup> seria injurioza à Nação Brasileira, poria em risco o Thro-<sup>13</sup>no Constitucional do Senhor D. Pedro 2º, que só pode segurar<sup>14</sup> a paz; e tranqüillidade pública, determino a Vossas Mercês que pre-<sup>15</sup>enchendo as disposições da Lei de 18 de agosto de 1831 dentro<sup>16</sup> de 15 dias, depois de lhes ser este entregue concluaõ a organi-<sup>17</sup>zação das Guardas Nacionaes, e me dêem parte de tudo quan-<sup>18</sup>to possa concorrer para o seu inteiro complemento de baixo da<sup>19</sup> maior responsabilidade.<sup>20</sup> Deos guarde a Vossas Mercês Palácio do Governo de São Paulo, 2 de julho de<sup>21</sup> 1833. // <sup>22</sup> Rafael Tobias d'Aguiar (a)<sup>23</sup> Recebeu-ce este officio a<sup>24</sup> 14 de julho d[<sup>25</sup>e] 1833/<sup>25</sup> Senhores Prezidente e Membros da Câmara/<sup>26</sup> Municipal da Villa de Mogi das Cruzes/<sup>27</sup>.

NOTA: O texto deve ter sido escrito pelo escrivão da quella repartição, pois a letra e a tinta diferem daquelas da assinatura. O recibo deve ter sido passado pelo escrivão da Câmara de Mogi.

Mogi das Cruzes, documento avulso - correspondências do governo provincial de São Paulo à Vila de Mogi. Folha única, medindo 45 x 28 cm, dobrada ao meio; as demais partes estão em branco. As extremidades laterais, direita e esquerda recebem dobras para dentro, encobrindo o texto. Seu estado de conservação é razoável, necessitando de restauração. Divisão de Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal.

Transcrição Paleográfica:  
PROF. SILVANA BIAS SOARES TEIXEIRA  
PROF. JOSÉ TEIXEIRA NETO

### AVULSO - 1838

- 14 PEDIDO DO JUIZ DE PAZ, JOSÉ DE CARVALHO, DO CURATO DE SÃO JOSÉ DE PARAITINGA, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1838, ONDE PEDE À CÂMARA DE MOGY QUE TRANSMITA AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA SEU PEDIDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CADEIA NAQUELE CURATO, EM VIRTUDE DE ACONTECIMENTOS DESAGRADÁVEIS E PITORESCOS QUE VINHAM OCORRENDO NO LOCAL.

(Fol. s/nº r)

Para manter a ordem, e obestar (sic) desgraças, que succe-<sup>1</sup>dem, e acabão de succeder entre a plebe rustica, muito<sup>2</sup> principalmente em estação como esta tão remota, que<sup>3</sup> dista dessa villa sette legoas: torna-se indispensável<sup>4</sup> construir-se neste curato huma cadeia em ponto<sup>5</sup> pequeno, que pelo ursamento (sic) se pode obter com a<sup>6</sup> limitada despeza de cento e cincoenta mil réis de mão<sup>7</sup> obra, coadjuvando esse o sustento, e o mais que for<sup>8</sup> necessário; isto a prol deste miserável povo, que vin-<sup>9</sup>do casualmente à missa, ex (sic) que apparece hum bêbado<sup>10</sup> turbulento, hé quando \ e vai / conduzi-lo para essa vila, e quando<sup>11</sup> lá chega, já o bêbado está sam, e volta com a escolta<sup>12</sup> ficando a escolta castigada, e o bêbado sem castigo; por<sup>13</sup> isso que requezito a VV.SS. que

hãõ de transmitir/<sup>14</sup>cópia deste officio para o Exmo. Senhor Prezidente da Província/<sup>15</sup>a fim de mandar construir a dita cadeia a cus-/<sup>16</sup>ta d[a] Fazenda Nacional, com a maior brevidade/<sup>17</sup>/(Fol. s/nº v) brevidade possível (sic), afim de evitar, que/<sup>1</sup> torne a acontecer o que acontesseu no dia de-/<sup>2</sup>zoito deste corrente de huns imbragados se trava-/<sup>3</sup>rem donde rezultou de hum estar à morte,/<sup>4</sup>e outro já sepultado cauzando prejuízo ao/<sup>5</sup>público, e ofença à moral./<sup>6</sup>Deos guarde a VV.SS./<sup>7</sup>Curato de São José da Paraitinga, 20 de Fevereiro/<sup>8</sup>de 1838/<sup>9</sup>Ilmo. Senhor Presidente/<sup>10</sup>E Vereadores da Câmara Muni-/<sup>11</sup>cipal da Villa de Mogi das/<sup>12</sup>Cruzes/<sup>13</sup>José Luis de Carvalho (a)/<sup>14</sup>

Juis de Paz/<sup>15</sup>

Mogi das Cruzes, 20 de fevereiro de 1838, documento avulso - correspondências. É uma folha única, medindo 40,5 x 26,00 cm, dobrada ao meio, formando 4 p.. As p. 2r e 2v estão em branco. As laterais esquerda e direita, recebem dobra para dentro do documento, encobrindo o texto da p. 1, formando o "envelope". Seu estado de conservação é razoável, necessitando de restauração. Recebeu carga de timol em nov/88. Divisão de Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal.

Transcrição Paleográfica:  
MARIA DE LOURDES GLÓRIA

## SEÇÃO ESPECIAL

### 15 A SITUAÇÃO EPIDÊMICA DA PENÍNSULA IBÉRICA NA ÉPOCA DOS GRANDES DESCOBRIMENTOS

Tornou-se lugar comum no anedotário popular, justificar os desacertos brasileiros à qualidade de sua colonização. "Fomos colonizados pela escória portuguesa, por degredados"... enfim, na ridícula busca remota dos nossos fracassos, reside um fato de importância capital que os donos das lapidárias conclusões acima citadas, invariavelmente desconhecem. Por esta razão transcrevemos aqui uma fonte primária notável sobre o grande surto de Peste que assolou a Península Ibérica nos anos das grandes navegações, e, tanto quanto possível, tentaremos abordar alguns problemas que podem ser aventados a partir do documento.

I - O Regimento proveytoso contra ha pestenença do qual localizamos uma bela edição fac-simulada de 1962 no Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, trata-se de um raro incunábulo português impresso em Lisboa entre 1496 e 1500. Todavia, o texto original tem sua autoria atribuída a Johannes Jacoki - seguramente judeu - e talvez catalão. O Franciscano Frei Luis de Ras traduziu tal Regimento para o português e ele foi divulgado pela península com o fito de observar cuidados que a população devia ter em relação à Peste que castigava cruelmente Portugal e Espanha no período (1480 - 1497).

II - A leitura do texto coloca-nos frente a um autor que exercia as práticas médicas, aprendidas provavelmente na Universidade de Montpellier, centro de excelência de ensino médico na Baixa Idade Média, pois para lá, além de convergirem herdeiros da famosa escola Médica de Salerno, caminharam também judeus expulsos da Andaluzia. Não significa isso contudo que a Universidade nos séculos finais da Idade Média tenha representado progressos significativos para o conhecimento

médico. Mesmo os chamados centros de excelência da área médica como, Oxford, Paris e Montpellier, conheceram uma fase de estagnação que os colocam em singular inferioridade à Escola de Salerno (séc. XII). O texto aqui transcrito é um testemunho bem concreto desta estagnação. Se o autor cita Avicena, e lembra princípios do Regimen Sanitatis Salernitanum, no mais a compreensão da Peste se faz dentro dos princípios Hipocráticos e Galênicos que eram debatidos no ensino Superior. Chega mesmo a incorporar a idéia do pus lancedabile... desta forma, se o apóstema rompe, "lança o mal de fora e faz o homem ser muito são"...

É notável verificar que a Escola de Salerno conheceu seu apogeu no século anterior ao século das Universidades. Ganhou apoio das autoridades, mesclou sabios de origens diversas (árabes, judeus, gregos e cristãos), enfim, praticou o que para a Medicina é fundamental - a experimentação -, daí ter avançado em conhecimentos anatomo-fisiológicos, em terapêutica e cirurgia. A experimentação todavia teria seus dias contados. As Universidades colocaram todas as áreas de ensino no método escolástico que pretendia levar ao conhecimento pela observação e pela razão, mas o método não albergava o sentido da experimentação. Posto isso, é de se concluir que a grande manifestação de Peste na Europa a partir de 1348 e com ciclos regulares durante vários séculos, encontrou a medicina despreparada para enfrentar o mal. De qualquer maneira, o homem do fim da Idade Média sabia da alta contagiosidade, da necessidade de não se frequentar aglomerações, e, para ló de um século de epidemia, mesmo sem detectar que o vetor da zoonose era a pulga, sabia pelo menos que a mortandade atingia os roedores, daí a necessidade de se manter as cidades mais limpas e evitar que os ares ficassem "empeçonhados".

Curiosamente, o texto que ora publicamos não menciona os roedores, apenas as moscas. Mas fala dos ares empeçonhados pelos cadáveres, o que

nos leva a deduzir que a mortandade nestas paragens foi muito alta, particularmente entre 1480 - 1497.

III - Os ciclos de Peste levam ao medo e o medo "aproxima o homem de Deus". De fato, o fim da Idade Média e o início dos tempos modernos não é um período de descrença, tanto quanto nosso colonizador não é simplesmente um desterrado a cumprir uma missão impossível para um país em baixa demográfica. Eu diria que o Brasil foi colonizado pelos "sobreviventes", necessariamente fortes e ousados ainda que por vezes "fora da lei".

IV - A transcrição deste documento é antes de mais nada um apelo à reflexão sobre as relações Brasil-Portugal no século XVI, partindo de fontes outras que não as convencionais, e tentando ver o que o mental coletivo peninsular passou ao nosso povo em decorrência das traumáticas experiências da Europa com a Peste Negra.

PROF. DR. IVONE HARQUES DIAS  
PROF. ADJUNTA DE HISTÓRIA MEDIEVAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
PROF. TITULAR DE HISTÓRIA MEDIEVAL DA UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES  
PRESIDENTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS MEDIEVAIS E RENASCENTISTAS

#### BIBLIOGRAFIA

- OLIVEIRA MARQUES, A.H. - A Sociedade Medieval Portuguesa. Lisboa, 1987.  
BIRABEN, J.N. - Les Hommes et la Peste en France et dans les Pays Européens et Méditerranéens. Paris, 1975.  
SILVA, V.D. - A Legislação Econômica e Social Consecutiva à Peste Negra de 1348 e sua significação no contexto da depressão do fim da Idade Média. SP, 1976.  
DELUMEAU, J. - da peur en Occident. Paris, 1978.  
SOUSA, A.T. - Curso de História da Medicina das Origens ao fim do séc. XVI. Lisboa, 1981.

### REGIMENTO PROVEYTOSO CONTRA HA PESTENENÇA - 1496 a 1500

(Fol. 1: Traz o desenho de um brasão, que vai até o meio da página, o qual não foi identificado. Logo abaixo vem o título da obra: Regimento proveytoso contra ha pestenença.)

(Fol. 2: Traz o desenho de uma Nossa Senhora com o Menino no colo, e um homem ajoelhado diante da Santa tendo abaixo, em latim, o seguinte: Ora pro nobis

sancta dei genitrix. Ut mereamur<sup>1</sup> peste epydimie ille si transire et promissionem Christi<sup>2</sup> optine-re.<sup>3</sup>\*

## (Fol. 3)

Começa-se hum boom regimento muyto neçessa-<sup>1</sup>rio e muyto puetoso aos vientes e per conservaçam<sup>2</sup> de suas saúdes e segurança das pestilençias. Fey-<sup>3</sup>to per ho reuerendíssimo Senhor Dom Raminto,<sup>4</sup> bispo arusiensi, do Regno da Dacia. E tralladado de<sup>5</sup> latim em lingoagem per ho reuerendo padre frey<sup>6</sup> Luys de Ras, mestre em sancta theologia, da ordem<sup>7</sup> de Sam Francisco.<sup>8</sup> Em louuor da Santissima Triinda-<sup>9</sup>de e da Gloriosa Virgem Maria e a<sup>10</sup> proueyto do pouoo; por conserua-<sup>11</sup>çam dos saãos e reformaçam dos<sup>12</sup> caydos. Quero algumas cousas da<sup>13</sup> pestenença, que nos ameude fere, dos ditos dos mays<sup>14</sup> autênticos médicos, screver. E primeyramente<sup>15</sup> dos signaes prósticos (prognósticos) da pestilencia.<sup>16</sup> Segundo, das cousas della.<sup>17</sup> Terçeyro, dos remédios della.<sup>18</sup> Quarto, das conformidades do coraçam e dos<sup>19</sup> príncipaes membros.<sup>20</sup> Quinto e derradeyro, da sangria.<sup>21</sup> Dos signaaes. Capítollo primeyro.<sup>22</sup> Sygnaes pnósticos da pestilência quanto<sup>23</sup> ao presente pertença sao sete: primeiro, quando<sup>24</sup> em hum dia do estio e do alto veraão se<sup>25</sup> // (Fol. 4) muda a manhã muytas vezes, em modo que de<sup>1</sup> manhã parece chuouosa e chea [de] neuoa e depois<sup>2</sup> ventosa, e principalmente quando hé ho vento meri-<sup>3</sup>dional ou da parte de Estrela do Sul; segun-<sup>4</sup>do sinal hé quando em tal estio muytas vezes escure-<sup>5</sup>cem, ou parecem escurecer, os dias em modo que parece<sup>6</sup> que quer chouuer e nom choue, e entam se isto muito<sup>7</sup> durar hé pera temer de viir grande pestilencia;<sup>8</sup>

tercio hé quando hahy muytas moscas em ha<sup>9</sup> terra, por que entam parece ho aar ser empeçonhenta-<sup>10</sup>do, e que sobem muytos vapores peçonhentos ao aar;<sup>11</sup>

quarto sinal hé quando ha cometa parece voar<sup>12</sup> e, segundo diz Aristóteles em os Metauros, quando<sup>13</sup> ha cometa appareça, acontecem mortes de gentes em<sup>14</sup> bathalhas e c. (por ex.), e por isso diz ho verso poético fa-<sup>15</sup>lando do aparecimento da cometa. A morte se en-<sup>16</sup>sanha ha çidade, se filha e toma dos imigos (sic); ho<sup>17</sup> mar se faz cruel e ho sol se cobre so de nuueens, ho<sup>18</sup> regno se muda, ho pouoo padeçe fame e pestilen-<sup>19</sup>cia; quinto sinal hé quando se fazem muitas relam-<sup>20</sup>pados e trouoadas, e mayormente se veem da par-<sup>21</sup>te do meo dia, so do sul; sexto sinal hé quando<sup>22</sup> veem muitos ventos do meo dia, porque taes ventosi-<sup>23</sup>dades sam muyto çujas e muyto velhacas.<sup>24</sup> Quando ergo (pois) estes signaes appareçerem hé para te-<sup>25</sup> // (Fol. 5) mer grande pestilência se ho Senhor Deus todo pode-<sup>1</sup>roso ho nom quitar e estovuar.<sup>2</sup> Das causas da pestilência. Capítollo II.<sup>3</sup> Três sam as causas da pestilência porque<sup>4</sup> as vezes veem e proçede ha pestilência da<sup>5</sup> rays superior e as vezes proçede da rayz<sup>6</sup> inferior, entanto que sensualmente parece aos ho-<sup>7</sup>mens mudança do aar; e as vezes veem dambos (sic) de<sup>8</sup> dous: so da rayz superior e da rayz infe-

rior juntamen-<sup>9</sup>te. Da rayz inferior, proçede segun-<sup>10</sup>do nós veemos que<sup>11</sup> da priuada que está açerca da câmera, ou de alguum<sup>12</sup> fedor particular de alguum canno çujo se corrompe ho<sup>13</sup> aar em substância e qua-<sup>14</sup>lidade; e esta causa particu-<sup>15</sup>lar e pode acontecer cada dia e daly procedem febres<sup>16</sup> pestilenciaes, acerca das quaes muytos médicos sam<sup>17</sup> enganados por que nom conhecem taes febres serem pe-<sup>18</sup>stilençias, nem ho creem. As vezes isso mesmo veem de<sup>19</sup> corpos mortos, ou de corrupçom de pauoes e char-<sup>20</sup>cos, ou chafarizes çujos podres e federentos; e<sup>21</sup> esto acontece muytas vezes onde há lugares po-<sup>22</sup>dres e corruptos; e também esta causa hé as vezes<sup>23</sup> particular. Da rayz superior veem e acontece a pe-<sup>24</sup>stilência por virtude dos corpos de çima dos çéos dos<sup>25</sup> quaes se corrompem os [e]spíritos vitaes em ha creaturas<sup>26</sup> viuente, e de tal diz Auicena, no quarto livro, que muy<sup>27</sup> a III<sup>28</sup> // (Fol. 6) ligeyra mente se empeçonhentam os corpos da indispo-<sup>1</sup>siçam ou da máa desposiçam dos çéos, por ha empres-<sup>2</sup>sam dos çéos corrompe ho aar. E ha empresam do<sup>3</sup> aar corrompe os [e]spíritos vitaes em ho homem; e assy se<sup>4</sup> geera ha pestilência per esta causa. Da rayz supe-<sup>5</sup>rior e inferior, juntamente, proçede quando da impressam<sup>6</sup> celestial corrompem (sic) ho aar e .podredam dos corpos<sup>7</sup> mortos ou lugares çujos se causa ho morbo ou<sup>8</sup> ha chagua em ho homem; e tal morbo ou infirmi-<sup>9</sup>dades as vêzes hé febre e as vezes apóstema e isto<sup>10</sup> em os demais, porque ho aar inspirado as vezes<sup>11</sup> hé peçonhento; e assy corrupto feere ho coraçom em-<sup>12</sup>tanto que ha natureza hé por muytas ma-<sup>13</sup>neiras agra-<sup>14</sup>uada; mas ainda tam sobejamente se agrava ha na-<sup>15</sup>tureza que nom sinte sy ser ferida nem enferma, e isto<sup>16</sup> porque apparecem boas ourinas, e boas águoas, e<sup>17</sup> boas digestiões; empo[s] ho emfermo vay caminho<sup>18</sup> da morte. E portanto muytos médicos, que em os<sup>19</sup> enfermos soamente esguardam as ourinas, superficial-<sup>20</sup>mente falam e ligeiramente sam enganados. Ergo (pois)<sup>21</sup> hé neçessário que todo enfermo se proveia de boom fisi-<sup>22</sup>co e bem esperto. E estas cousas sam assy ditas, das<sup>23</sup> causas da pestilência.<sup>24</sup> Aqui se mouem duas questões. Da pri-<sup>25</sup>meyra hé<sup>26</sup> porque hé assy que hum morre e ho outro nom; e<sup>27</sup> // (Fol. 7) daquella villa morrem homens e daqueloutra nom; e da<sup>28</sup>quella casa morrem e daqueloutra nom.<sup>29</sup> Segunda questam he esta.<sup>30</sup> Se taes infirmitades pestilenciaes sam conta-<sup>31</sup>giasas so se se apegam. A primeyra questam: digo que<sup>32</sup> esto pode aquecer por duas causas, so por parte do<sup>33</sup> agente e por parte do paçiente. Da parte do agente, quan-<sup>34</sup>do aquella influença sobrecelestial mays de-<sup>35</sup>reyta-<sup>36</sup>mente fere e [e]sguarda aquelle ou aqueloutra, que aquelle<sup>37</sup> ou aqueloutra lugar ou homem. Da parte do paçiente,<sup>38</sup> que aquelle hé mays desposto aa morte que aqueloutra,<sup>39</sup> e portanto deues de notar que os corpos mays despo-<sup>40</sup>stos à infirmitade e à morte sam os corpos quentes<sup>41</sup> e que teem os poros mays largos; e os corpos peçon-<sup>42</sup>hentos que tem os poros opilados e çarrados de<sup>43</sup> muytos humores. E

portanto dos quaes se faz ha/<sup>16</sup> grande resoluçam, assy como sam os corpos desorde-/<sup>17</sup> nados em luxúria e coyto. E os que vaam ameúde a-/<sup>18</sup> os banhos e os ho mens que se muyto esquentam com/<sup>19</sup> grande trabalho ou grande yra teem os corpos mais/<sup>20</sup> dispostos para receber ha pestilência/<sup>21</sup> ¶ A segunda questam: digo que taes infirmitades/<sup>22</sup> pestilenciaaes sam contagiosas e apegam-se muy a-/<sup>23</sup> sinha, porque dos corpos apeçonhentos proce-/<sup>24</sup> dem humores e fumos peço nhentos que corrompem/<sup>25</sup> a IIII/<sup>26</sup> //(Fol. 8) ho aar; e portanto deveu homem de fugir dos aares/<sup>1</sup> peço nhentos; mais ainda, digo que em o tempo pesti-/<sup>2</sup> lençial nemhuum nom deveu de [e]star em ajuntamento do/<sup>3</sup> pouuo, porque poderá ser que alguum delles será ape-/<sup>4</sup> çonhento ou ferido; por razam do qual os mé di-/<sup>5</sup> cos prudentes, quando visitam os enfermos, deuem/<sup>6</sup> de [e]star afastados delles, teendo o rostro para genela/<sup>7</sup> ou fresta; e assy ho deuem de fazer os servidores dos/<sup>8</sup> enfermos. E portanto digo que a tal doente de pesti-/<sup>9</sup> lência hé boom, por alguns dias, mudar a câmera; e/<sup>10</sup> muytas vezes teer as frestas pa ra ho norte ou para/<sup>11</sup> o leuante, abertas. E as gene las ou frestas para ho/<sup>12</sup> meo dia ou para ho sul este m çarradas, porque o vento/<sup>13</sup> do sul teem em si duas causas de de (sic) apodrentar/<sup>14</sup> a primeyra, que faz enfraquecer os corpos, assi dos/<sup>15</sup> saãos como dos enfermos; a segunda, que assi co-/<sup>16</sup> mo se escreue em o terçeyro liuro dos amfórismos/<sup>17</sup> do sul hé vento inchador, agrava o ouuido, fere/<sup>18</sup> o coraçam; porque abre os poros do homem e entra a-/<sup>19</sup> tée o coraçam. Pola qual cousa boom hé ao saão, em/<sup>20</sup> tempo da pestilência, quando venta vento sul, estar/<sup>21</sup> em casa por todo o dia; e se for necessário que saya/<sup>22</sup> este em casa atée que saya o sol e suba huum boom espa-/<sup>23</sup> ço sobre o nosso horizonte./<sup>24</sup>

Dos remédios da pestilência/<sup>25</sup> ¶ Capitulo terçeyro./<sup>26</sup> //(Fol. 9) vistas as causas da pestilência agora a-/<sup>1</sup> jamos (?) de veer per que modo e como se de-/<sup>2</sup> ue homem de guardar da pestilência e pre-/<sup>3</sup> seruar se della. Pollo qual deues de notar que segun-/<sup>4</sup> do diz o grande médico S. David que primeiro se de-/<sup>5</sup> ue o homem de afastar do mal e inclinar-se ao bem;/<sup>6</sup> se que homem primeiramente há de confessar seus peca-/<sup>7</sup> dos humildosamente; pollo qual causa grande re-/<sup>8</sup> médio hé em tempo da pestilência a sanc- ta penitência/<sup>9</sup> e a confissam, as quaaes precedem e sam muyto mel-/<sup>10</sup> horess que todas as mezinhas. Em pró (?) prometo-te/<sup>11</sup> que boom remédio hé fugir e mudar o lugar/<sup>12</sup> apeçonhento; mas porque muytos sem gran de per-/<sup>13</sup> da non podem mudar o lugar, e por yso quanto for/<sup>14</sup> possível taes devem de euitar e de sy esquivar as/<sup>15</sup> causas de tal podridom. E por consequente, todo o coy-/<sup>16</sup> to e toda luxúria, e também o vento meridional ou/<sup>17</sup> sul, o qual naturalmente apeçonhenta. Fechem-se er-/<sup>18</sup> go (pois) as frestas ou genelas, como dito hé, que vaam ou/<sup>19</sup> estam para o sul, atée huma hora depois do meo dia/<sup>20</sup> e abram-se as que [e]stam para o norte. E per esta mesma/<sup>21</sup> cau sa evitarás e esquivarás todo ho fedor, se de/<sup>22</sup> es- trebarias, de campos, de ruas. E em [e]special

don-/<sup>23</sup> de hahi corpos mortos e podres. E também don-/<sup>24</sup> de hahi podridom de ágoas e fedor dellas, por que/<sup>25</sup> //(Fol. 10) em algumas casas estam as ágoas çujas por dous/<sup>1</sup> e três dias e as lançam por canos e regos soterran-/<sup>2</sup> hos; em os quaes taes ágoas çujas causam gram-/<sup>3</sup> des fedores: e daqui veem que em tal casa como esta/<sup>4</sup> morrem os homens mais a zinha e em outra nom, co-/<sup>5</sup> mo dito hé, mesmo onde se lançam (?) e caldos/<sup>6</sup> podres que sobejam em taes ca sas; e por serem assy po-/<sup>7</sup> dres causam tal fedor e doença que muyto empece./<sup>8</sup> E assi como per ho boom cheyro e aromático, se re-/<sup>9</sup> crea o coraçom e o [e]s- prito (sic) do homem, assim enfraquece/<sup>10</sup> per o çujo fedor. E portanto se deveu bem de guardar/<sup>11</sup> a casa, porque non entre em ella ho aar peçonhento,/<sup>12</sup> por que ho aar apeçonhento hé húmido e faz po-/<sup>13</sup> dri dom em a casa ou em lugar onde dormem. E yso/<sup>14</sup> naturalmente. Apure-se ergo (pois) e as utilizeze se a casa/<sup>15</sup> per clara chama ou flama; e faça-se fogo cla ro de/<sup>16</sup> lenha e faça-se também com fumo de boças heruas/<sup>17</sup> aqui [e]scriptas. So baga de louro, juní- pero, vberior-/<sup>18</sup> gano. As quaaes acharás aos apotecay ros. E de a-/<sup>19</sup> losna e ysope e arruda. E artamija. E com lenho/<sup>20</sup> de aloés que hé melhor de tudo posto que se nom pode/<sup>21</sup> comprar por pequeno preço. E tal fumo entre per a/<sup>22</sup> boca e per os narizes, porque assi indiraçam (?) as cousas/<sup>23</sup> de dentro. Item per esta meesma causa se euite e/<sup>24</sup> esquivue todo ho in- chamento do ventre, que veem per/<sup>25</sup> //(Fol. 11) muy- to comer, porque os corpos cheos dos maa-/<sup>1</sup> os humo- res sam mais asinha empeçonhentos./<sup>2</sup> E portanto diz Aviçena, em o quarto do Cãnone, que a-/<sup>3</sup> quelles que sempre querem encher seus ventres que abre-/<sup>4</sup> uiam seus dias e tempos da sua fim e mingua sua vi-/<sup>5</sup> da. Item per esta mesma causa se deveu de eui- tar/<sup>6</sup> ho banho de cada dia, porque pouco creçente a/<sup>7</sup> peçonhenta toda a massa onde finalmente digo que/<sup>8</sup> toda multidom de pouuo e comunidade em tal/<sup>9</sup> tempo se deveu de euitar emquanto for possível, por-/<sup>10</sup> que se nom apeçonhente homem do aar apeçonhen- tado./<sup>11</sup> E quando assi for, que companhia e ajunta- mento de po-/<sup>12</sup> uuo se euite, emtam huse homem dos re- médios a-/<sup>13</sup> bayxo [e]scriptas só de manhaam quando se alguum ale-/<sup>14</sup> uantar logo coma da aruda lavada em ágoa lim-/<sup>15</sup> pa espargida com sal e noz mozcada, huma ou duas/<sup>16</sup> bem limpas. E ysto nom poder hauer emtam coma/<sup>17</sup> paão ou huma sopa molhada em vinagre. E ys- to/<sup>18</sup> seja mayormente em tempo de neuoeiro e chuo- so./<sup>19</sup> Mas em tempo de pestilência milhor hé estar em/<sup>20</sup> casa que andar fora, nem hé saão andar pera villa ou/<sup>21</sup> çidade. E também a casa seja aguada: e em [e]special/<sup>22</sup> em o alto veraão com vinagre rosado e folhas de/<sup>23</sup> vinhas. E yso meesmo hé muyto boom ameúde/<sup>24</sup> lavar as mãos com augoa e vinagre e alim- par/<sup>25</sup> //(Fol. 12) o rostro e despois cheyrar as mãos. E também/<sup>1</sup> hé boom assi em ho inuerno como no veraão chei-/<sup>2</sup> rar cousas azedas. ¶ Em Mompilher nom me pude/<sup>3</sup> escusar de companhia de gente, porque andaua de ca-/<sup>4</sup> sa em casa curando enfermos por causa

da minha<sup>5</sup> pobreza. E emta<sup>m</sup> leuava com<sup>m</sup>igo huua [e]sponja ou<sup>6</sup> paõ emssopado em vinagre: e sempre no punha<sup>7</sup> nos narizes e na boca, porque as cousas azedas e<sup>8</sup> os cheyros taaes opilam e çarram os poros e os<sup>9</sup> meatos e os caminhos dos humores e nom consin-<sup>10</sup>tem entrar as cousas peçonhentas. E assim es capey<sup>11</sup> de tal pestilência, que os meos companheiros nom podiam<sup>12</sup> creer que eu podesse viver e escapar. Eu çertamen-<sup>13</sup>te todos estos remédios provey.<sup>14</sup> ¶ Das conformidades do coraçam e dos<sup>15</sup> outros membros. Capítollo IIII<sup>16</sup> As cousas canfortatiuas sam estas: só a-<sup>17</sup>çafram, casmafístola, çantagem, com todas<sup>18</sup> as outras heruas que endereçam ho [e]spíri-<sup>19</sup>to interior. E estas cousas prestam pera ante pouoo<sup>20</sup> onde ligeiramente se acontece huua seer empeçon-<sup>21</sup>hentado do outro. E por yssote digo que em toda<sup>22</sup> maneyra te guardes, que nom reças do baffo de<sup>23</sup> outrem. Os olhos do aar empeçonhento logo<sup>24</sup> escurecem, se estas cousas nom trouuer homem em ha<sup>25</sup> // (Fol. 13) mão. Muyto saam cousa hé que se laue a boca e os<sup>1</sup> olhos e as mãos ameúde, cada dia com água ro-<sup>2</sup>sada mesturada com vinagre. E se estas cousas nom<sup>3</sup> poder hauer, faça-se com vinagre. E assi guardando<sup>4</sup> estas cousas seguramente entrarás em pouoo ou<sup>5</sup> amtre gente. E também grande remédio vazar o<sup>6</sup> ventre. E se o ventre naturalmente se nom poder<sup>7</sup> vazar toma huua cristel. E também tomarás piro-<sup>8</sup>las pestilenciaaes as quaaes acharás aos apote-<sup>9</sup>cayros. Em casa sempre este fogo açeso, porque<sup>10</sup> clarifica muyto ho aar e põe grande impedimen-<sup>11</sup>to aa má influência do çéeo.<sup>12</sup> ¶ Quanto hé ao teu mantiimento digo-te que a tria-<sup>13</sup>ga te hé muyto proveytosa: assi saões como aos<sup>14</sup> enfermos toma-se ergo (pois) duas vezes no dia com<sup>15</sup> boom vinho claro e auguado, ou com água crara<sup>16</sup> de rosas ou com çerueja crara. Nem se tome mais<sup>17</sup> da triaga que quantidade de huua piseo. E do vinho<sup>18</sup> ou augoa ou çerueja tomarás quantidade de du-<sup>19</sup>as colhares, e a triaga seja delida em ho vaso ou<sup>20</sup> copo em que ha tomares; e nom jantarás atée ho<sup>21</sup> meo dia, porque possa a triaga em o corpo fazer sua<sup>22</sup> operaçam. E yssomeesmo deues de comer boom<sup>23</sup> manjar e bõa yguaria com boom vinho puro e a-<sup>24</sup>meúde, em por nom muyto juntamente, porque atobe-<sup>25</sup>ja abastança e grande inchamento trás apodren-<sup>26</sup> b<sup>27</sup> // (Fol. 14) tamento dos humores. E em os mantiimentos,<sup>1</sup> guarde das cousas queentes, assi como som pigmen-<sup>2</sup>ta e alhos, ainda que pigmenta purga o çerebro da<sup>3</sup> freuma e os outros membros [e]speçiaaes dos hu-<sup>4</sup>mores vistosos, mas porque muyto aqueenta, e a<sup>5</sup> queentura traz podridom, melhor me parece soo<sup>6</sup> a cousa amargosa que queentura cheyro e sabor.<sup>7</sup> Yssomeesmo o alho posto, alimpe da freuma e lam-<sup>8</sup>ça fora os maos humores e prouoca o apeti to<sup>9</sup> de comer; e nom consinta entrar ho aar seco, empe-<sup>10</sup>ro contorua os olhos e [e]squenta a cabeça de cada<sup>11</sup> huua que ho ameúde come. E por yssomeesmo parece se<sup>12</sup> necessário, mas antes inpidoso. A pestilência que veem<sup>13</sup> per causa que ente ameúde se acre

çenta. E portan-<sup>14</sup>to todos os mantiimentos quanto som de mais<sup>15</sup> leue digestam tanto som milhores. Pela manhaam<sup>16</sup> sejam os manjares cozidos, e de noyte assados<sup>17</sup> caldos, polmes; e potagios se euitem se nom forem<sup>18</sup> azedos. Em tempo da pestilência valem mais cousas<sup>19</sup> azedas que toda las meezinhas. Isso mesmo se eui-<sup>20</sup>tem todos os fructos se nom forem azedos, assi como<sup>21</sup> sam çirejas, romaãs, ou huua pequeno de pero ou<sup>22</sup> maçã em lugar de meezinha, por que todo ho<sup>23</sup> fructo traz podridom. E as [e]speçias que comuunen-<sup>24</sup>te conuem a comer sam giugure, canela, cumin-<sup>25</sup>hos, froles de heruas cheyrosas, e açafram. E con-<sup>26</sup> // (Fol. 15) estas cousas busquem-se pera os ricos muyto bom as<sup>1</sup> salsas ou salseamentos, porque se forem pobres con-<sup>2</sup>tentem-se com arruda e salua, noz nozçadas, pereril<sup>3</sup> e todo misturado com vinagre faz muyto bom a salsa.<sup>4</sup> E se nom forem muyto pobres, tomem cuminhos e a-<sup>5</sup>çafram e misturem tudo com vinagre. E tal salsa hé<sup>6</sup> muyto bõa e destruye e quita ou tira toda po-<sup>7</sup>dridom. E também a alegria do coraçam hé gram-<sup>8</sup>remédio para a saúde do corpo, polla qual cousa<sup>9</sup> deve-se homem de guardar em tempo da pestilên-<sup>10</sup>cia que nemguem nom tema a morte, sem teer infirmida-<sup>11</sup>de pestilencial, porque ymaginaçam faz causa e<sup>12</sup> periigo, mas qualquer com muyto prazer e alegria<sup>13</sup> sempre espere de muyto viver.<sup>14</sup> ¶ Da Sangria. Capítollo V.<sup>15</sup> Sangria huua vez em huua mês se pode<sup>16</sup> bem fazer. Se nom, se a ydade ou outra cou-<sup>17</sup>sa for em contrayro, assy como hé em as<sup>18</sup> molheres que som prenes, ou em alguum muyto<sup>19</sup> fraco, so em alguum que teem corrença ou fruru do ven-<sup>20</sup>tre. Faça-se ergo (pois) a sangria em a ve[i]a destra ou see-<sup>21</sup>stra antes de comer. E despois que a ve[i]a for ferida ou<sup>22</sup> aberta aproueyta muyto tomar muyto prazer<sup>23</sup> beber muyto boom vinho ou bõa çerueja, em pó sem-<sup>24</sup>pre se tome temperadante. E nom comuem dormir<sup>25</sup> em aquelle dia que se sangrar e abrir a ve[i]a. E se alguum<sup>26</sup> b II<sup>27</sup> // (Fol. 16) se agrauar de apostema ou sentir agrauado; ou<sup>1</sup> se sentir apeçonhento em toda maneyra tal co-<sup>2</sup>mo este euite o sonno e ysto em andando, porque em<sup>3</sup> ho sonno ha queentura entrinseca, caladamente traz<sup>4</sup> a peçonha ao coraçam e aos outros membros [e]spe-<sup>5</sup>çiaaes, em modo que escassamente pode nenhuma her-<sup>6</sup>ua tal peçonha reuogar, a qual cousa nom se faria<sup>7</sup> se o homem andar em mouimento. ¶ Mas dirá al-<sup>8</sup>guum se o homem deve de euitar ho sonno, que fará ho<sup>9</sup>mem se teuer o sonno natural. A ysto digo breuemen-<sup>10</sup>te que em tempo da pestilência, logo despois de co-<sup>11</sup>mer, se alguum teuer desejo de dormir, que tal desejo<sup>12</sup> se deve reuogar e impedir per alguum andar em<sup>13</sup> jardiis ou em campos, em modo que o sonno natu-<sup>14</sup>ral se possa tomar per huua hora despois de comer.<sup>15</sup> Em pró diz Auiçena que se homem quiser dormir há<sup>16</sup> de beber huua bõa vez de vinho ou çerueja ante [s]<sup>17</sup> de dormir, porque o homem estando em o sonno traz<sup>18</sup> em si muytos vapores, e estes maos humores<sup>19</sup> se lançam fora per tomar huua bõa vez de vinho boom<sup>20</sup> ou bõa çerueja. ¶ Mas,

dirás tu, como sentirá/<sup>21</sup> homem que está apeçonhenta do e ferido da pestilên-/<sup>22</sup>cia. A ysto te respondo que o homem que em tal dia/<sup>23</sup> hé apeçonhenta do e come muito, porque hé cheo/<sup>24</sup> de maos humores, e logo despois de comer tem/<sup>25</sup> desejo de dormir. E sente debayxo de frio grande/<sup>26</sup> // (Fol. 17) quententura. E ysso mesmo tem grande door em ha/<sup>1</sup> parte dianteira da cabeça, mas todas estas cou-/<sup>2</sup>sas pode muyto bem euitar e de sy lançar andan-/<sup>3</sup>do ou espaçando huuum pouco antre ho comer e o/<sup>4</sup> dormir. I posto que tal como este nom pode andar em/<sup>5</sup> cavallo ou besta, nem andar grande camiho por/<sup>6</sup> a grande pigriça do corpo e muyto grande pe-/<sup>7</sup>so e carrega corporal, porque o homem já apeçonhen-/<sup>8</sup>tado em todas as horas tem grande desejo de dor-/<sup>9</sup>mir, porque a peçonha intrínseca pertorua o [e]sprito (sic)/<sup>10</sup> vital em modo que sempre deseja folgança. Ergo (pois)/<sup>11</sup> per estes signaaes se sente homem apeçonhenta do. Mas se algum nom quiser crear, [e]spere per huuum meo/<sup>13</sup> dia e logo sentirá apostema de bayxo dos bra-/<sup>14</sup>ços, ou açerca das partes vergonçosas, ou açer-/<sup>15</sup>ca das orelhas. De ergo grande remédio sy se/<sup>16</sup> alguuum sentir apeçonhenta do ou em tempo de pestilência/<sup>17</sup> sentir estas cousas que escuse o sonno e ho euite quanto/<sup>18</sup> poder, e assi segundo estas cousas hé assaz mani-/<sup>19</sup>festos: que em o tempo do sonno o [e]sprito vital repousa/<sup>20</sup> e emtom a peçonha espalha-se per os membros de to-/<sup>21</sup>da parte. Estas cousas per my mesmo provey. /<sup>22</sup> Estantes ergo (pois) assi estas cousas quando se ho-/<sup>23</sup>mem sente ser tocado da peçonha pestilencial, logo/<sup>24</sup> naquelle meesmo dia mingue ho sangue: e se san-/<sup>25</sup>gre atee esmorecer, porque pouco minguamento/<sup>26</sup> // (Fol. 18) de sangue esperta a peçonha. E se homem nom quiser/<sup>1</sup> cortar muytas ve[i]as juntamente, emtam leyxeirá/<sup>2</sup> ve[i]a aberta ou ferida atée o retardamento do san-/<sup>3</sup>gue, porque pequena sangria, ou pequena sayda/<sup>4</sup> de sangue mais fortemente esperta a peçonha se/<sup>5</sup>gundo dicto hé. Item o ho mem que se sangra ou/<sup>6</sup> tenha pestenença ou nom, em nenhuma maneyra nom/<sup>7</sup> deve de dormir per todo o dia atee mea noyte: e/<sup>8</sup> sempre naquella meesma parte do corpo em a qual/<sup>9</sup> ha doença ou chaga apparecer se deve de sanqrar/<sup>10</sup> e abrir a ve[i]a. E se pella ventura naçer a aposte-/<sup>11</sup>ma debayxo do braço direyto, sangue-se em ho/<sup>12</sup> me[i]o daquelle braço da ve[i]a meaa. Se debay-/<sup>13</sup>xo do braço seestro ou esquerdo, sangue-se em ha/<sup>14</sup> ve[i]a meaa daquelle meesmo braço, ou na ve[i]a epá-/<sup>15</sup>tica, so em a ve[i]a que hé açerca do dedo mais peque-/<sup>16</sup>no. E se açerca das partes vergonçosas, san-/<sup>17</sup>gre-se em o péo daquelle mesmo lado açerca do cal-/<sup>18</sup>canhar. E se a apostema for em o pesçoço, seja/<sup>19</sup> sangrado em a ve[i]a de cephálica açerca do dedo/<sup>20</sup> polegar em a mão daquelle meesmo lado, ou na/<sup>21</sup> meaa daquelle meesmo braço, ou na mão daquelle/<sup>22</sup> meesmo açerca do dedo menor. E se pe-/<sup>23</sup>la ventura apparecer açerca da orelha, faça-se a san-/<sup>24</sup>gria de cephálica daquelle meesmo lado, ou da ve[i]a/<sup>25</sup> que está antre o dedo demonstrador e ho dedo po-  
[r-]/<sup>26</sup>

// (Fol. 19) que a apostema mais cedo e melhor seja madura/<sup>1</sup> e seja rompida, faça-se meezinha em tal maneira. /<sup>2</sup> Toma folhas de sabugo pisadas e com mo-  
tar-/<sup>3</sup>da pisada e faze emprasto, e despois poeem tu do/<sup>4</sup> na apostema, posto que alguuus çirogiaães que-  
rem/<sup>5</sup> que lhe ponham triaga; mas eu rogo muito que se nom pon-/<sup>6</sup>ha, porque a triaga lança apeçonha fo-  
ra, mas eu queria/<sup>7</sup> antes que quando alguuum teuesse tal apostema que sor-/<sup>8</sup>uesse em si toda a triaga: e  
assy lança a peçonha. /<sup>9</sup> Item outro remédio. Toma rás huma herua que/<sup>10</sup> chama barba jouis, e outro que chama serpillio/<sup>11</sup> que acharás ao boticairo. E ysso mesmo toma chan-/<sup>12</sup>tagem e siligem (vay té ao boticayro) e pisa todo/<sup>13</sup> muyto bem atée que vejas que quer parecer que say de/<sup>14</sup> [e]stas cousas assy pisadas ágoa ou çumo, emtom/<sup>15</sup> toma aquelle çumo e mistura-ho com leyte de molher/<sup>16</sup> e da-ho a beber àquelle que teuer apostema. E ysto com/<sup>17</sup> o estâmago gejuum, porque emtom obra melhor em o/<sup>18</sup> homem. Item quando apostema primeyro apparecer, to-/<sup>19</sup>me avelaãs, figos passados e aruda e tudo bem pisa-/<sup>20</sup>do: pom lho em çima da apostema. E estas cousas/<sup>21</sup> abastem per a pestilência. E qualquer que se per este modo reger/<sup>22</sup> escapará muytos pirigos da pestilência com virtu-  
de/<sup>23</sup> e meezinha de Nosso Senhor Jesu Cristo. Sem o qual nom/<sup>24</sup> hahy saúde. E da benta Virgem Maria sua madre se-/<sup>25</sup>ja gloria e louvor pera sempre. Amen. /<sup>26</sup> Feito em Lixboa per Valentino de Morauia. /<sup>27</sup>

\* SANTA MÃE DE DEUS, ROGA POR NÓS. PARA QUE MEREÇAMOS PASSAR POR AQUELA PESTE DA EPIDEMIA E OBTER A PROMESSA DE CRISTO.

NOTAS: 1 - As palavras latina - epydemie - devia ter a desinência do genitivo - ae - e, não, - e -; a palavra - si - está deformada, porque, o advérbio é - sic; e o verbo - optinere - na verdade deve ser grafado - obtinere.

2 - A abreviatura do nome de Cristo é uma forma da Língua Grega que, todavia, tem a desinência latina - i - (genitivo) quando deveria ser - ou.

Lisboa, Incunábulo Português intitulado REGIMENTO PROVEYTOSO CONTRA HA PESTENENÇA, publicado entre os anos de 1496 a 1500. Publicado in Edições Fac-similadas da Livraria Civilização. Porto, 1962. Segundo da dos colhidos nessa edição, essa publicação faz parte de uma coleção que inclui algumas obras rarissimas portuguesas, dirigida pelos bibliotecários, Drs. César Pegado e Jorge Peixoto, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. "São conhecidos exemplares na Biblioteca Pública de Évora e na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, exemplar este que pertenceu ao rei D. Manuel II. Foram feitas edições do Regimento, em 1899, por Luciano Cordeiro, e, em 1961, por Fernando da Silva Correia".

Transcrição Paleográfica:  
PROF. MARIA APARECIDA ANTUNES PEREIRA  
PROF. TERESA RODRIGUES

Tradução do Latim:  
PROF. ABIB NETO

# ÍNDICE DOS DOCUMENTOS

## DOCUMENTOS - SÉCULO XVII

### ATAS DA CÂMARA - 1642 a 1646

- I ALVARÁ DO REI DE PORTUGAL D. JOÃO IV, DE 23 DE JUNHO DE 1642, ONDE MANDA "DECLARAR, QUE A CAPITANIA DO RIO DE IANERO E AS DE SÃO VISENTE E ESPÍRITO SANTO, E AS MAIS DAQUELE DESTRILO, XO DE ESTAR SOBORDINADAS ÀS ORDENS E JURISDIÇÃO DO GOVERNADOR E CAPITÃO GERAL DO ESTADO DO BRAZIL" E CANCELA UMA SUA PROVISÃO, DE 06 DE SETEMBRO DE 1641, PASSADA EM FAVOR DE SALVADOR DE SÁ E BENEVIDES. \_\_\_\_\_ P.15

### LIVRO DE CARTAS DE DATAS DE CHÃOS DA VILA 1622 a 1632

- 2 CARTA DE DATA DE 24 DE OUTUBRO DE 1624, A GA'PAR GONÇALVES, "MORADOR NESTA VILLA", NA QUAL PEDIU E OBTVE "QUINZE BRASAS DE TESTADA DE CHÃOS COM SEUS QUINTAIS, ACABANTE A DATA DE INÁSIO DE CHAVES, CORRENDO PELA RUA ABAIÇO QUE VAI PERA NO RIBEIRO DE MOGI MERIM". \_\_\_\_\_ P.16
- 3 CARTA DE DATA DE 10 DE AGOSTO DE 1625, A FRANCISCO RODRIGUES, FORAM CONCEDIDOS "QUINZE BRASAS DE CHÃOS PARTINDO COM SEU CUNHADO GASPAR GONÇALVES, RUA ABAIÇO DONDE HORA MORAR"; E MAIS DEZ, PARA QUINTAL. \_\_\_\_\_ P.17

## DOCUMENTOS - SÉCULO XVIII

### ATAS DA CÂMARA - 1702 a 1706

- 4 ATA DE 29 DE SETEMBRO DE 1702 NA QUAL O PROCURADOR DO CONSELHO, À VISTA DE CARTA DO SR. CORREGEDOR EM QUE, PARA PODER VER EM CORREIÇÃO, PEDE AOS HOMENS QUE TIVESSEM NEGROS QUE OS CEDESSEM PARA O SEU COMBOIO, O QUE FOI ATENDIDO. \_\_\_\_\_ P.17
- 5 ATA DE 11 DE OUTUBRO DE 1702 REFERENTE À ELEIÇÃO DE BARRETE, DETERMINADA PELO DESEMBARGADOR ANTONIO LUIS PELEJA, QUE NESTA VILA ESTAVA EM CORREIÇÃO ONDE ELEGERAM PARA JUIZ, JORGE DA COSTA PINA EM LUGAR DE ANTONIO LEITÃO POR ESTE ÚLTIMO HAVER MUDADO DE DOMICÍLIO. \_\_\_\_\_ P.17
- 6 ATA DE 19 DE NOVEMBRO DE 1702 QUE DISPÕE SOBRE A FEITURA DE ATERRADOS NA VILA, CONVOCANDO-SE CABOS E TENDO A CÂMARA MANDADO FAZER OS QUARTÉIS PARA OS MESMOS. \_\_\_\_\_ P.18
- 7 ATA DE 09 DE DEZEMBRO DE 1702 EM QUE O PADRE VIGÁRIO APRESENTOU UMA PROVISÃO DO SR. BISPO PARA VIGÁRIO EM COMENDADO, O QUE OS OFICIAIS PUZERAM O "CUMPRAC". \_\_\_\_\_ P.18

### RECEITA E DESPESA - 1717 a 1805

- 8 LANÇAMENTO DO DÉBITO DO CAPITÃO MANOEL PEREIRA DE LIMA, AUSENTE NAS MINAS, NO VALOR DE 2080 RÉIS QUE OS OFICIAIS DA CÂMARA MANDARAM COBRAR EXECUTIVAMENTE. LANÇAMENTO DE UM DÉBITO DO CAPITÃO MANOEL PINTO RAMILLO, NO VALOR DE 32560 RÉIS EM QUE FOI GLOZADO. LANÇAMENTO DE UM DÉBITO DO PROCURADOR DOMINGOS NUNES, NO VALOR DE 18540 RÉIS COM QUE FOI GLOZADO. RECIBO DO PROCURADOR ATUAL, SANTOS MARTINS, DA DÍVIDA ACIMA DE 18540 RÉIS; E OUTRO RECIBO DO MESMO PROCURADOR DA DÍVIDA DE 32560 RÉIS. \_\_\_\_\_ P.19

### TERMOS DE ELEIÇÕES - 1742 a 1765

- 9 TERMO DE ELEIÇÃO DE 1ª DE JUNHO DE 1743, ONDE O JUIZ PRESIDENTE, ANTONIO CORREIA PINTO E OS DEMAIS OFICIAIS DA CÂMARA NOMEARAM PARA ALMOFACÉIS: ANTONIO DE GOIS, JOÃO DA FONSECA, ANTONIO DE FONTES, SALVADOR DA CUNHA, SALVADOR DE MATOS E JOÃO DOMINGUES DE CARVALHO. \_\_\_\_\_ P.18
- 10 TERMO E FORMA DE ELEIÇÃO DE BARRETE DE 1ª DE SETEMBRO DE 1743, ONDE ELEGERAM PARA JUIZ, ANTONIO DE FONTES BARROSA, EM LUGAR DO CAPITÃO JOÃO DOS SANTOS SILVA, POR ESTE TER 100 PARA MINAS GERAS. \_\_\_\_\_ P.19

### REGISTROS DE ALVARÁS - 1732 a 1749

- II ALVARÁ DE 19 DE MARÇO DE 1732, PELO QUAL O REI DE PORTUGAL ORDENA O ESTABELECIMENTO DE JUIZES DE ÓRFÃOS TRIENAIS, SEPARADOS DOS JUIZES ORDINÁRIOS, "SOMENTE NAS VILAS (...) QUE TIVEREM QUATROCENTAS VEZINHOS NO SEU DESTRILO; E NAS VILAS MENORES, "AONDE COMODAMENTE PUER NUM JUIZ DOS ÓRFÃOS SERVIR EM DEFERENTES VILLAS, SE CRIE TAMBÉM SEPARADOS (...)", CONSTATANDO QUE NA JURISDIÇÃO TOTAL DESSAS PEQUENAS VILAS O NÚMERO DE VEZINHOS TAMBÉM NÃO SEJA INFERIOR A QUATROCENTOS. DETERMINA AINDA O MESMO ALVARÁ QUE FOSSEM CRIADOS ESCRIVÃES DOS ÓRFÃOS SEPARADAMENTE, TAMBÉM SOB A MESMA ALEGAÇÃO ACIMA DESCRITA, E, POR ÚLTIMO, ESTABELECE O CRITÉRIO DOS SALÁRIOS COMPETENTES. \_\_\_\_\_ P.19

### REGISTROS DE BANDOS - 1752 a 1829

- 12 CÓPIA DO BANDO DO GENERAL GOMES FREIRE DE ANDRADE, PASSADA NO RIO DE JANEIRO AOS 16 DE JANEIRO DE 1752, ONDE TRATA DAS CONDIÇÕES PARA ESTIMULAR O POVOAMENTO DAS ALDEIAS QUE SE ENCONTRAVAM POVODADAS PELOS PADRES DA COMPANHIA, NO EXTREMO SUL, APÓS O AJUSTE DA DIVISÃO DAS TERRAS DE PORTUGAL E ESPANHA NA AMÉRICA. COPIADO NA VILA DE MOGI, AOS 12 DE MARÇO DE 1752, PELO ESCRIVÃO ANTONIO MONIZ JEZU MARTA. \_\_\_\_\_ P.21

## DOCUMENTOS - SÉCULO XIX

### AVULSO - 1833

- 13 COMUNICADO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR, DE 2 DE JULHO DE 1833, ONDE DETERMINA A ORGANIZAÇÃO DAS GUARDAS NACIONAIS NAS VILAS DA PROVÍNCIA, DIANTE DA POSSIBILIDADE DE AS FORÇAS RESTAURADORAS DO IMPÉRIO PROMOVEREM A VOLTA DO EX-IMPERADOR PEDRO I DE PORTUGAL PARA O BRASIL, SOB A ALEGAÇÃO DE QUE "A RESTAURAÇÃO SERIA INJURIOSA À NAÇÃO BRASILEIRA, PORIA EM RISCO O THRONO CONSTITUCIONAL DO SENHOR D. PEDRO 2º". \_\_\_\_\_ P.22

### AVULSO - 1838

- 14 PEDIDO DO JUIZ DE PAZ, JOSÉ DE CARVALHO, DO CURATO DE SÃO JOSÉ DE PARAITINGA, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1838, ONDE PEDE À CÂMARA DE MOGI QUE TRANSMITA AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA SEU PEDIDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CADEIA NAQUELE CURATO, EM VIRTUDE DE ACONTECIMENTOS DESAGRAVÁVEIS E PITORESCOS QUE VINHAM OCORRENDO NO LOCAL.

## SEÇÃO ESPECIAL

- 15 A SITUAÇÃO EPIDÊMICA DA PENÍNSULA IBÉRICA NA ÉPOCA DOS GRANDES DESCOBRIMENTOS \_\_\_\_\_ P.23

I - O Regimento proveytoso contra ha pestenença do qual localizamos uma bela edição fac-simulada de 1962 no Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro, trata-se de um raro incunábulo português impresso em Lisboa entre 1496 e 1500. Todavia, o texto original tem sua autoria atribuída a Johannes Jacoki - seguramente judeu - e talvez cáta lão. O Franciscano Frei Luís de Ras traduziu tal Regimento para o português e ele foi divulgado pela península com o fito de observar cuidados que a população devia ter em relação à Peste que castigava cruelmente Portugal e Espanha no período (1480 - 1497).

Revisão Paleográfica das Transcrições:

JURANDYR FERRAZ CAMPOS

JOSÉ TEIXEIRA NETO

Revisão Ortográfica das Transcrições e

Tradução do Latim:

ABIB NETO

# BOIGY

## CADERNOS DA DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO E PEDAGÓGICO MUNICIPAL

Pede-se permuta.  
Pidese canje.  
On demande l'échange.  
We ask for exchange.  
Man bittet um Austausch.  
Si richiede lo scambio.

للسادة

Կը խնդրուի փոխանակել

נא לשלוח בחליפין.

御交換を乞ふ

### SUMÁRIO

#### EDITORIAL

*Prof. Dr. Armando Sérgio da Silva*

#### NOTA DOS EDITORES

#### I PARTE

##### O CARMO EM MOGI DAS CRUZES

A Fundação do Convento

*Prof. Jurandyr Ferraz de Campos*

##### DE "CRUZES DE MOGI" A "MOGI DAS CRUZES"

*Prof. Abib Neto.....p. 1*

##### APONTAMENTOS HISTÓRICOS DE SABAÚNA E DE SUA CULTURA POPULAR

*Prof. José Teixeira Neto.....p. 3*

##### LENDAS DE MOGI DAS CRUZES

*Profª. Nyssia Freitas Meira.....p. 12*

#### II PARTE

##### PROJETO FAZENDO E REFAZENDO A HISTÓRIA

Transcrições Paleográficas de Documentos do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal de Mogi das Cruzes

.....p. 13

##### SEÇÃO ESPECIAL

A Situação Epidêmica da Península Ibérica na Época dos Grandes Descobrimientos

*Profª. Drª. Ivone Marques Dias.....p. 23*

##### ÍNDICE DOS DOCUMENTOS

##### SUMÁRIO